



**COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE CAMPO GRANDE– MS: ESTUDO
DE CASO NO QUILOMBO TIA EVA E NA ALDEIA URBANA
MARÇAL DE SOUZA**

Jackeline Franco Rodrigues

Campo Grande -MS

2026

**COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE CAMPO GRANDE– MS: ESTUDO
DE CASO NO QUILOMBO TIA EVA E NA ALDEIA URBANA MARÇAL
DE SOUZA**

Jackeline Franco Rodrigues

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia Mestrado Acadêmico (PPGEO) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área/Linha de Pesquisa: Integração, Território e Ambiente

Orientadora: Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli.

Campo Grande -MS

2026

R613c Rodrigues, Jackeline Franco

Comunidades tradicionais e vulnerabilidade socioespacial na cidade de Campo Grande– MS : estudo de caso no Quilombola Tia Eva e na Aldeia Urbana Marçal de Souza / Jackeline Franco Rodrigues. – Campo Grande, MS: UEMS, 2026.
147 p.

Dissertação (Mestrado) – Geografia– Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2026.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli.

1. Racismo ambiental 2. Justiça ambiental 3. Ecologia política 4. Território I. Bernardelli, Mara Lúcia Falconi da Hora II. Título

CDD 23. ed. - 307.762

Jackeline Franco Rodrigues

**COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL NA
CIDADE DE CAMPO GRANDE– MS: ESTUDO DE CASO NO QUILOMBO TIA EVA
E NA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado Acadêmico (PPGEO) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-
UEMS, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Campo Grande, MS, 10 de julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli Orientadora
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Maria Helena da Silva Andrade Avaliadora Externa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Guilherme Dos Santos Claudino Avaliador Externo
Universidade Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente

Profa. Dra. Viviane Capoane Avaliadora Interna
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Campo Grande – MS

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força, discernimento e inspiração diárias que guiaram meus passos nesta longa jornada, concedendo-me a resiliência necessária para superar os obstáculos e edificar esta dissertação.

À minha família, meu bem mais precioso e porto seguro. Ao meu filho Igor, pela parceria e amor incondicional; e à minha "filha de quatro patas", Ada, por sua fiel companhia. À minha mãe, Dona Joana, exemplo de mulher guerreira que me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos; e ao meu irmão Rodrigo, por estender a mão e me consolar no momento mais difícil da minha vida. Aos meus sogros, Luiz Otávio e Elenir, à minha cunhada Lenise e às minhas sobrinhas, Cintia e Daiane, por estarem ao meu lado com tanto afeto e por fazerem parte da motivação inabalável em cada passo desta trajetória.

Um agradecimento profundamente especial, *in memoriam*, ao meu querido esposo e companheiro de vida, **Luis Mario de Lara**, que esteve ao meu lado no início desta caminhada com a geografia e cujo amor e cumplicidade continuam a guiar meus passos. Sou grata pelo seu amor generoso e por ter sido o meu maior entusiasta, sempre acreditando no meu potencial. Embora você não esteja aqui para testemunhar a conclusão física deste ciclo, sua essência e sua luz permanecem vivas em cada página deste trabalho. A saudade é uma presença diária, mas o legado de afeto e a vida que construímos juntos me dão forças para seguir adiante. Esta conquista também é sua.

Expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, professora Mara, pela leveza e comunhão de pensamentos para que olhássemos na mesma direção. Suas orientações, críticas construtivas, atenção e bom humor até nos finais de semanas e feriados, as discussões e reflexões compartilhadas, foram fundamentais para minha caminhada.

Sou grata aos professores que consolidaram minha base acadêmica: Profa. Dra. Cláudia Heloiza Conte, Profa. Dra. Viviane Capoane, Profa. Dra. Ana Paula Camilo Pereira, Prof. Dr. Rafael de Oliveira Fonseca, Prof. Dr. Walter Guedes da Silva Prof. Dr. Mateus Boldrini, Prof. Dr. Daniel Frainer, a Profa. Dra. Maria Helena e Prof. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva, pelo grande exemplo profissional em sala de aula.

Aos meus amigos de graduação e colegas de programa — Gylize, em Corumbá, Geisy, Ilcileia e Selma (pelo apoio fundamental na coleta de dados) —, obrigado pelas caminhadas, pelos cafés providenciais para espairecer nos momentos de tensão e pelo apoio incondicional que me estenderam neste momento da minha vida, à Marcia e Robson — pelo companheirismo e momentos de descontração na Universidade, e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Sr. Ronaldo (liderança da Comunidade Tia Eva) e ao Cacique Josias (liderança da Aldeia Marçal de Souza), lideranças comunitárias que gentilmente compartilharam suas vivências e facilitaram o acesso às comunidades estudadas.

Aos professores Maria Helena da Silva Andrade e Guilherme dos Santos Claudino, pela leitura atenta do relatório de qualificação e contribuições feitas para o aprimoramento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Mestrado Acadêmico (PPGEO) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), pelo arcabouço teórico, suporte técnico e pela bolsa do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP), que me permitiu uma formação acadêmica de qualidade.

RESUMO

Esta pesquisa analisou duas comunidades tradicionais urbanas em Campo Grande – MS, a Comunidade Tia Eva e a Aldeia Urbana Marçal de Souza, com o objetivo de compreender suas origens, suas formas de inserção na cidade e as manifestações de racismo ambiental presentes nesses territórios. O objetivo geral consistiu em identificar as manifestações de racismo ambiental nas comunidades estudadas. Como objetivos específicos, foram discutidos os conceitos de justiça ambiental, injustiça ambiental, território, territorialidade, desterritorialidade, reterritorialização e rugosidades, buscando relacioná-los ao objeto de estudo. A metodologia combinou abordagens quantitativas e qualitativas, por meio de levantamento bibliográfico e documental, mapeamento das comunidades, aplicação de questionários, realização de entrevistas com lideranças, moradores, além de gestores vinculados a secretarias e órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de demandas desses grupos. Consideramos que a pesquisa mostrou como a Geografia pode contribuir para uma análise dos territórios, da territorialidade e da desterritorialidade, demonstrando como esses conceitos se conectam com o estudo de áreas suscetíveis ao racismo ambiental. Destacou-se que as raízes do racismo ambiental são históricas e, ao longo dos séculos, esse processo vem sendo ampliado e se aprofundado com a globalização, manifestando-se na produção de um espaço marcado pelas desigualdades socioambientais nas comunidades locais, notadamente, naquelas mais frágeis em termos étnicos e socioeconômicos. A pesquisa revelou que o racismo ambiental no Brasil está associado a uma estrutura de classes etnizadas e à produção desigual do espaço urbano. O estudo contribui para a análise de comunidades vulnerabilizadas em contextos urbanos e oferece subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação da justiça ambiental nessas comunidades.

Palavras-Chave: Racismo Ambiental; Justiça Ambiental; Ecologia Política; Território.

ABSTRACT

This research analyzed two traditional urban communities in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil: the Tia Eva Community and the Marçal de Souza Urban Village. The study aimed to understand their origins, their forms of insertion into the city, and the manifestations of environmental racism present in these territories. The general objective was to identify manifestations of environmental racism in the communities studied. The specific objectives included discussing concepts such as environmental justice, environmental injustice, territory, territoriality, deterritorialization, reterritorialization, and roughnesses, relating them to the object of study. The methodology combined quantitative and qualitative approaches, including bibliographic and documentary research, community mapping, questionnaires, interviews with leaders and residents, and interviews with managers from public agencies and departments responsible for addressing the demands of these groups. The research revealed that environmental racism in Campo Grande differs from its North American origins, being associated with a structure of ethnicized classes and the unequal production of urban space. The study contributes to the analysis of vulnerable communities in urban contexts and provides support for the formulation of public policies aimed at expanding environmental justice in these communities.

Keywords: Environmental Racism; Environmental Justice; Political Ecology; Territory; Campo Grande – MS.

LISTAS DE SIGLAS

AGEHAB	Agência Estadual de Habitação
Agraer	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
AU	Aldeia Urbana
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DPU	Defensoria Pública da União
EMAHA	Agência de Habitação do Município
EMHA	Agência Municipal de Habitação de Campo Grande
EUA	Estados Unidos da América
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MPF	Ministério Público Federal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande
PLANURB	Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano

PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PROACINQ	Programa de Apoio às Comunidades Indígenas e Quilombolas de Mato Grosso do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMADESC	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1- Cronologia dos eventos significativos no movimento de justiça ambiental.	26
Quadro 2 - Estratégias e características da Justiça Ambiental	37
Quadro 3 - Casos de Racismo Ambiental na América Latina.....	40
Quadro 4 - Zonas sociais de inserção, Moser (1998).....	42
Quadro 5 - Campo Grande – MS: Comunidades Indígenas por Região Urbana.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Indicadores de Vulnerabilidade Social (IVS) 2016.....	119
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Aldeias Urbanas em Campo Grande-MS	48
Figura 2 - Localização das Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul.	52
Figura 3 - Evolução da População indígena em Campo Grande – MS (2010-2022).	54
Figura 4 - Campo Grande – MS: Localização das Comunidades Indígenas Urbanas	57
Figura 5 - Homenagem a Tia Eva.	58
Figura 6 - Comunidade Quilombola Comunidade Tia Eva.	60
Figura 7- Recorte jornalístico sobre política habitacional voltada a comunidades quilombolas urbanos.	62
Figura 8 - Missa de abertura aos festejos de São Benedito.....	72
Figura 9 - Quadro Geral Da Festa De São Benedito	73
Figura 10 - Igreja de São Benedito.	73
Figura 11- Reportagem sobre a Igreja São Benedito (2018).....	75
Figura 12 - Revitalização da Igreja São Benedito (2019).	76
Figura 13 – Igreja São Benedito e Centro comunitário.....	77
Figura 14 - Restauração da Igreja São Benedito.	78
Figura 15 - Placas na Comunidade Tia Eva.	79
Figura16-Aldeia Urbana Marçal de Souza: antes da implantação do conjunto residencial	84
Figura 17- Aldeia Urbana Marçal de Souza: implantação do conjunto residencial	85
Figura 18 - Projeto Arquitetônico da Aldeia Urbana Marçal de Souza	Erro! Indicador não definido.
Figura 19 - Habitação na AU Aldeia Urbana Marçal de Souza.....	88
Figura 20 - Visão do painel na Avenida Marques de Pombal.....	90
Figura 21 - Aspectos da Aldeia Marçal de Souza	90
Figura 22 - Distribuição por Gênero (Comunidade Tia Eva).....	104
Figura 23 - Distribuição etária dos entrevistados na Comunidade Tia Eva.....	104
Figura 24 - Tempo de residência na Comunidade Tia Eva.....	105
Figura 25 - Renda familiar Comunidade Tia Eva.....	106
Figura 26 - Serviços básicos – Comunidade Quilombola Tia Eva.....	107

Figura 27- Área de Lazer	108
Figura 28 - Nuvem de Palavras - Comunidade Tia Eva	109
Figura 29 - Distribuição por gênero dos entrevistados - Aldeia Urbana Marçal de Souza	111
Figura 30 - Renda – Aldeia Urbana Marçal de Souza	112
Figura 31 – Infraestrutura e Serviços básicos - Aldeia Marçal de Souza.....	113
Figura 32 - Avaliação de área de lazer suficientes na Aldeia Urbana Marçal de Souza	113
Figura 33 - Mapa de Temperatura- Comunidade Tia Eva e Aldeia Marçal de Souza.	115
Figura 34 - Comparação entre as superfícies da Comunidade de Tia Eva e da Aldeia Marçal de Souza	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - VIDAS INVISÍVEIS: O RACISMO AMBIENTAL E SUAS ORIGENS	25
1.1. <i>Conceitos de (In)justiça Ambiental.....</i>	<i>29</i>
1.2. <i>Justiça Ambiental</i>	<i>34</i>
1.3. <i>Racismo Ambiental no Brasil e na América Latina.....</i>	<i>38</i>
CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIO E IDENTIDADES: O PRESENTE/PASSADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS EM CAMPO GRANDE – MS.....	50
2.1. <i>Análise socioespacial das Comunidades Quilombolas</i>	<i>50</i>
2.2. <i>A Dinâmica da Migração Indígena e as Aldeias Urbanas em Campo Grande</i>	<i>53</i>
2.3. <i>Comunidade Tia Eva: Território, territorialidade e dinâmicas sociais.....</i>	<i>57</i>
2.4. <i>Caminhos trilhados na construção da pesquisa: a metodologia empregada</i>	<i>62</i>
2.5. <i>Sujeitos da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados</i>	<i>68</i>
2.6. <i>Rugosidade da fé e Re-existir (Festa de São Benedito)</i>	<i>70</i>
2.7. <i>Aldeia Marçal de Souza: Resistência e Identidade em Campo Grande ..</i>	<i>80</i>
2.8. <i>A produção socioespacial da aldeia urbana</i>	<i>82</i>
CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS URBANOS: INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CIDADE.....	92
3.1. <i>Perspectivas Institucionais e Gestão Pública</i>	<i>93</i>
3.2. <i>Entrevista com o líder da Comunidade Tia Eva</i>	<i>100</i>
3.3. <i>Entrevista com o líder da Aldeia Marçal de Souza</i>	<i>101</i>
3.4. <i>Entrevistas com moradores: Comunidade Tia Eva e o Perfil Socioeconômico</i>	<i>103</i>
3.5. <i>Entrevistas com moradores: Aldeia Marçal de Souza e Perfil Socioeconômico</i>	<i>110</i>
3.7. <i>Promoção da Justiça Ambiental e Mitigação de Vulnerabilidades</i>	<i>118</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE - A	139
APÊNDICE - B	143

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no campo da Geografia, especialmente nos debates sobre território, vulnerabilidade socioespacial, justiça ambiental e racismo ambiental. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a produção desigual do espaço urbano não pode ser analisada apenas como resultado do crescimento das cidades, mas como expressão de relações históricas de poder, marcadas pela segregação socioespacial, pela distribuição desigual de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e pela permanência de desigualdades raciais e territoriais (Santos, 2000; 2002; Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006; Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

Nesse campo de discussão, Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, constitui um espaço relevante para a análise das desigualdades socioespaciais e ambientais, pois reúne processos históricos de urbanização, expansão territorial e inserção de populações indígenas e quilombolas na malha urbana. A cidade apresenta comunidades tradicionais que, embora façam parte da formação socioespacial local, nem sempre são plenamente incorporadas ao planejamento urbano e às políticas públicas. Dessa forma, a realidade campo-grandense permite observar como os conflitos ambientais, a precariedade urbana e a seletividade territorial atingem grupos historicamente racializados e vulnerabilizados.

É nesse contexto urbano que se localiza o recorte empírico desta pesquisa: a Comunidade Quilombola Tia Eva e a Aldeia Urbana Marçal de Souza. A escolha desses dois territórios justifica-se por sua relevância histórica, social, cultural e territorial para Campo Grande, bem como por expressarem formas distintas de permanência, resistência e reivindicação de direitos na cidade. Assim, antes de tratar os territórios como casos isolados, a pesquisa os compreende como parte da própria produção urbana de Campo Grande e de suas contradições socioespaciais.

A discussão sobre racismo ambiental exige considerar a herança colonial brasileira, marcada pela expropriação territorial, pela escravização da população negra, pela violência contra povos originários e pela imposição de modelos de desenvolvimento que subordinaram territórios, culturas e formas de vida. Essa leitura dialoga com autores que analisam a formação socioespacial brasileira e latino-americana, como Sérgio Buarque de Holanda (1997), Darcy Ribeiro (1995), Santos (2000; 2002), Porto-Gonçalves (2006) e Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), os

quais contribuem para compreender como os processos históricos de dominação permanecem atualizados nas desigualdades socioespaciais contemporâneas.

A conexão com Campo Grande torna-se ainda mais evidente quando se observam os dados demográficos de Mato Grosso do Sul e da capital. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2022), o estado registrou 116.469 pessoas indígenas, correspondendo a 4,2% da população estadual, configurando-se como o terceiro maior contingente indígena do Brasil. Desse total, 68,5 mil indígenas residem em territórios indígenas e 47,8 mil vivem em contexto urbano. Em Campo Grande, foram registradas 18.439 pessoas autodeclaradas indígenas. Em relação à população autodeclarada preta, Mato Grosso do Sul apresentou cerca de 179,1 mil pessoas, das quais 64.997 residem em Campo Grande (IBGE, 2022).

Esses dados demonstram que a capital sul-mato-grossense concentra uma parcela expressiva da população indígena e negra do estado, o que reforça a pertinência de analisar as formas pelas quais esses grupos se territorializam na cidade. No caso de Campo Grande, a presença de aldeias urbanas e comunidades quilombolas revela processos específicos de territorialização, resistência, pertencimento e disputa por direitos. Entretanto, apesar da relevância desses grupos para a formação socioespacial da cidade, suas demandas nem sempre são plenamente incorporadas ao planejamento urbano, às políticas ambientais e às políticas públicas de infraestrutura, saúde, educação, lazer, moradia e saneamento.

Diante da relação entre produção desigual do espaço urbano, presença de comunidades tradicionais em Campo Grande e seletividade no acesso à infraestrutura, serviços e reconhecimento territorial, a pergunta científica central que orienta esta dissertação é: como a vulnerabilidade socioespacial da Comunidade Quilombola Tia Eva e da Aldeia Urbana Marçal de Souza expressa manifestações de racismo ambiental na produção desigual do espaço urbano de Campo Grande – MS? Essa questão organiza a investigação ao articular três dimensões: o objeto empírico, constituído pelas duas comunidades tradicionais urbanas estudadas; a categoria analítica da vulnerabilidade socioespacial; e o conceito de racismo ambiental, compreendido como expressão da distribuição desigual de riscos, ausências, danos e benefícios ambientais que incidem de modo particular sobre grupos historicamente racializados e subalternizados.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se na existência de uma lacuna científica relacionada aos estudos sobre racismo ambiental em comunidades tradicionais urbanas de Campo Grande. Embora haja avanços nas discussões sobre justiça ambiental, vulnerabilidade socioespacial e povos tradicionais, parte significativa da produção acadêmica ainda se concentra em áreas rurais, terras indígenas demarcadas ou comunidades quilombolas rurais. Assim, torna-se necessário ampliar a análise para os territórios tradicionais situados na malha urbana, nos quais a vulnerabilidade se expressa por meio da inserção desigual na cidade, da precariedade ou insuficiência de equipamentos públicos, da limitação de áreas de lazer, das dificuldades de regularização territorial e da desigual distribuição de benefícios e ônus ambientais.

A pesquisa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 (Água limpa e saneamento) 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). O ODS 6 está centrado no acesso universal à água limpa e saneamento, sendo fundamental para a saúde e o bem-estar das comunidades, enquanto o ODS 10 foca em reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, o ODS 11 busca tornar as cidades mais inclusivas e seguras, resilientes e sustentáveis, destacando a importância de considerar as necessidades específicas dessas comunidades. Tal articulação permite abordar a lacuna existente na literatura local – que comumente privilegia áreas rurais, focando na urgência de estudos urbanos sobre as comunidades Tia Eva e Aldeia Marçal.

Do ponto de vista social e político, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de produzir conhecimento capaz de subsidiar reflexões sobre políticas públicas mais equitativas, voltadas à justiça ambiental e à garantia de direitos de comunidades tradicionais urbanas. A análise das condições vivenciadas na Comunidade Tia Eva e na Aldeia Marçal de Souza permite compreender não apenas as carências existentes, mas também as formas de resistência, organização comunitária e reivindicação de direitos que caracterizam esses territórios.

O conceito de racismo ambiental foi inicialmente sistematizado a partir das lutas de comunidades afro-americanas nos Estados Unidos contra a exposição desigual à poluição industrial e aos depósitos de resíduos tóxicos. No Brasil, a discussão ganhou relevância ao evidenciar que populações negras, indígenas, quilombolas, periféricas e outros grupos vulnerabilizados são atingidos de forma desigual por riscos e danos

ambientais, em razão de processos históricos de segregação, desigualdade territorial e seletividade das políticas públicas (Herculano, 2008; Acseirad; Mello; Bezerra, 2009; Marques, 2016; Steinbrenner, 2020).

Essa discussão conecta-se à formação histórica do sistema-mundo moderno-colonial, cuja expansão esteve baseada na expropriação territorial, na violência contra povos racializados, na apropriação da natureza e na imposição de formas econômicas, culturais e epistemológicas de dominação. Conforme Porto-Gonçalves (2006) e Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), desde o século XV a modernidade colonial estruturou formas de controle territorial que permanecem atualizadas nas desigualdades socioambientais contemporâneas. Nessa perspectiva, o racismo ambiental deve ser compreendido como expressão histórica da apropriação desigual da natureza, da subordinação de territórios e da permanência de hierarquias raciais e sociais no espaço.

A interpretação em longa duração permite compreender que a desigualdade socioambiental não é circunstancial, mas estrutural e histórica. A subordinação de territórios, populações e ecossistemas à lógica de acumulação do capital acompanha diferentes fases do desenvolvimento capitalista, desde a expansão colonial, passando pela industrialização, até a atual predominância do capitalismo financeiro. Para Santos (2002), a globalização representa o ápice da internacionalização do mundo capitalista, ampliando a concentração de capitais e aprofundando desigualdades entre lugares, grupos sociais e territórios.

A compreensão dos efeitos da globalização contribui para analisar as desigualdades sociais, econômicas e espaciais como expressões concretas desse processo. Santos (2000) interpreta a globalização como uma narrativa ambígua, composta simultaneamente por fábula e perversidade. A fábula associa-se à promessa de integração e progresso difundida pela informação globalizada; a perversidade manifesta-se na produção de violência, empobrecimento, exclusão e precarização das condições de vida. Ainda segundo o autor, tais processos também geram resistências, nas quais o lugar exerce papel central como espaço vivido, de experiência, memória e ação política.

[...] o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que

permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (Santos, 2000, p. 56).

Com base nessa reflexão, torna-se necessário articular o racismo ambiental aos conceitos de território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização. Esses conceitos permitem compreender como as comunidades tradicionais urbanas constroem permanências, vínculos, formas de resistência e estratégias de reivindicação de direitos diante da produção desigual do espaço urbano. No caso de Campo Grande, essa articulação possibilita analisar a Comunidade Quilombola Tia Eva e a Aldeia Urbana Marçal de Souza como territórios marcados por processos históricos de exclusão, mas também por práticas de pertencimento, organização comunitária e luta por justiça ambiental.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar as manifestações de racismo ambiental na Comunidade Quilombola Tia Eva e na Aldeia Urbana Marçal de Souza, em Campo Grande – MS, considerando suas condições socioespaciais, a presença ou ausência de infraestrutura e serviços públicos, as percepções dos moradores e lideranças e a atuação de órgãos públicos relacionados às demandas dessas comunidades.

Como objetivos específicos, busca-se: discutir os conceitos de racismo ambiental, justiça ambiental, injustiça ambiental, vulnerabilidade socioespacial, território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização; contextualizar a formação e a inserção urbana das comunidades estudadas; mapear as condições de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos existentes nesses territórios; analisar as percepções dos moradores, lideranças comunitárias e representantes institucionais; e apontar elementos que possam contribuir para o debate sobre políticas públicas orientadas à promoção da justiça ambiental.

A contribuição original desta dissertação consiste em analisar o racismo ambiental não apenas a partir de grandes empreendimentos poluidores ou de depósitos de resíduos tóxicos, como nos casos clássicos norte-americanos, mas a partir de sua manifestação cotidiana em comunidades tradicionais urbanas. Ao articular vulnerabilidade socioespacial, pertencimento étnico-racial e produção desigual do espaço urbano, a pesquisa busca demonstrar que a ausência ou

insuficiência de infraestrutura, arborização, áreas de lazer, equipamentos públicos, reconhecimento territorial e políticas específicas constitui uma forma territorializada de vulnerabilização socioambiental em Campo Grande.

A contribuição da Geografia para esta pesquisa está na possibilidade de espacializar as desigualdades socioambientais, evidenciando como os riscos, carências e ausências de políticas públicas se distribuem de forma desigual no território urbano. Ao relacionar racismo ambiental, território e vulnerabilidade socioespacial, a análise geográfica permite compreender que as condições vivenciadas pelas comunidades estudadas não são fatos isolados, mas expressões de processos históricos, políticos e econômicos que produzem seletividades no acesso à cidade.

O recorte espacial da pesquisa compreende a Comunidade Quilombola Tia Eva e a Aldeia Urbana Marçal de Souza, por se tratarem de territórios tradicionais inseridos na malha urbana de Campo Grande e por apresentarem trajetórias distintas de territorialização, resistência e reivindicação de direitos. A escolha desses territórios permite observar como a vulnerabilidade socioespacial se expressa em comunidades tradicionais urbanas e como as políticas públicas incidem sobre suas condições de vida, infraestrutura, serviços e reconhecimento territorial.

Metodologicamente, a pesquisa combinou abordagens qualitativa e quantitativa. Foram realizados levantamento bibliográfico e documental, análise de dados secundários, mapeamento das comunidades, aplicação de questionários junto aos moradores e entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos. Os procedimentos detalhados da investigação, incluindo os critérios de amostragem, os sujeitos participantes, os instrumentos de coleta e as formas de análise dos dados, são apresentados no capítulo metodológico.

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre racismo ambiental em comunidades tradicionais urbanas, ampliando a compreensão sobre as desigualdades socioespaciais em Campo Grande. Ao focalizar a Comunidade Tia Eva e a Aldeia Marçal de Souza, o estudo busca oferecer subsídios para a reflexão acadêmica e para a formulação de políticas públicas mais justas, inclusivas e orientadas à promoção da justiça ambiental.

O Percurso da Pesquisa

Os procedimentos metodológicos estruturaram-se, inicialmente, no levantamento e revisão bibliográfica acerca do conceito de racismo ambiental, observando suas raízes históricas. Tal fundamentação foi associada à análise de dados de fontes secundárias, obtidos junto a órgãos e instituições governamentais, o que permitiu a identificação e o mapeamento das comunidades tradicionais em Campo Grande. Outra estratégia de captação de dados, utilizada neste estudo, foi o trabalho de campo e levantamento de dados primários, sendo realizadas entrevistas e questionários *in loco*. Essa abordagem viabilizou diálogos com representantes das esferas pública, estadual e federal, além de lideranças das Comunidades Tia Eva e da Aldeia Urbana Marçal de Souza, definidas como recortes espaciais do estudo.

O contato com os indivíduos das comunidades foi realizado tendo como parâmetro a ética na pesquisa e o respeito aos colaboradores, tendo estes total liberdade para desistirem, a qualquer momento, de sua participação no estudo. A interação com o grupo partícipe deste trabalho foi um fator crucial na elaboração desta dissertação, haja vista a riqueza de dados prospectados a partir das entrevistas e questionários.

As visitas às comunidades ocorreram com a anuência das lideranças e dos seus moradores, bem como as entrevistas e demais interações. As perguntas foram dirigidas aos entrevistados de forma que estes estivessem à vontade para responder ou não às indagações, dando-lhes total liberdade sobre os dados produzidos no curso da pesquisa.

Os registros das entrevistas foram realizados entre os meses de abril a junho de 2025. A coleta ocorreu de forma presencial, utilizando-se gravador de áudio e registros fotográficos para documentar a pesquisa. Todos os dados coletados foram armazenados em ambiente nuvem, garantindo a integridade do material.

No que se refere às fontes documentais secundárias, destacam-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Estado da Cidadania (SEC/MS)¹ e o Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, que conta com acervo de documentos históricos e fundiários, entre outros dados relevantes.

¹ Documento obtido junto à Secretaria de Estado da Cidadania (SEC/MS), sem fonte.

A análise dos resultados ocorreu por forma analítica e qualitativa, integrando diferentes perspectivas para uma compreensão mais profunda sobre o tema. Os dados qualitativos, resultados das entrevistas, foram organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo, com auxílio do *software* MAXQDA.

Os dados quantitativos, resultado da aplicação dos questionários, bem como os demográficos e socioeconômicos do IBGE e de outras fontes foram organizados em quadros, tabelas e gráficos, de forma a permitir uma análise abrangente. Essas abordagens combinadas permitiram descrever e verificar a vulnerabilidade socioespacial dessas comunidades tradicionais inseridas no meio urbano na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.

Este estudo aprofunda os conceitos a respeito da temática racismo ambiental, analisando suas raízes históricas e a dinâmica de movimento, nas comunidades urbanas da capital sul-mato-grossense. Pretendeu-se, assim, produzir uma análise que pudesse contribuir para o entendimento da problemática; bem como colaborar com a formulação e aprimoramento de políticas públicas mais inclusivas e equitativas.

Para alcançar os objetivos propostos e apresentar os resultados da pesquisa, a dissertação está organizada em cinco capítulos. Na introdução são apresentados o tema, a problemática, os objetivos, a justificativa e os procedimentos gerais da investigação. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica, discutindo o racismo ambiental, a justiça e a injustiça ambiental, a vulnerabilidade socioespacial, o território, a territorialidade e os processos de desterritorialização e reterritorialização. O segundo capítulo desenvolve uma reflexão, apoiada em diversos autores, sobre o processo histórico de constituição das comunidades quilombolas e a origem das denominadas “aldeias urbanas”, discutindo seus processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, e sua presença no espaço urbano de Campo Grande; também enfatizamos os procedimentos metodológicos adotados, incluindo o percurso da pesquisa, os sujeitos investigados e os procedimentos de coleta e análise dos dados. No terceiro capítulo apresentamos os resultados e discussões, com a análise socioespacial da Comunidade Tia Eva e da Aldeia Urbana Marçal de Souza, bem como as entrevistas realizadas com lideranças, moradores e representantes institucionais. Por fim, as considerações finais trazem uma reflexão sobre a importância do estudo, em comprovar que as vulnerabilidades são resultado de processos históricos e políticos, não do acaso.

CAPÍTULO 1 - VIDAS INVISÍVEIS: O RACISMO AMBIENTAL E SUAS ORIGENS

O início dos debates sobre o racismo ambiental é associado a um movimento de protesto de comunidades negras nos Estados Unidos contra a poluição industrial, adquirindo relevância na década de 1980. Nesse contexto, Robert D. Bullard (2004) define o racismo ambiental como um conjunto de políticas, práticas ou diretrizes que causam impacto desigual, intencionalmente ou não, em pessoas, grupos ou comunidades, com base em sua raça ou cor. A obra enfatiza que as raízes desse movimento são profundas, pois derivam de desigualdades históricas e estruturais que moldam a distribuição desigual dos riscos ambientais.

Essa visão teórica sobre a seletividade dos riscos mostra que o racismo ambiental não é um acidente, mas um produto de estruturas sociais que exigem o enfrentamento direto por meio de movimentos sociais. Ademais, complementando essa perspectiva histórica, Cole e Foster (2001) ressaltam que o movimento também se fortaleceu a partir da resistência dos moradores de Kettleman City (Califórnia). Naquele cenário, a comunidade articulou-se politicamente contra a instalação de incineradores e depósitos de resíduos tóxicos, utilizando a ação direta e processos democráticos para reivindicar seus direitos ambientais que lhes eram negados. Tal engajamento resultou na formação de grupos locais que enfrentaram a seletividade industrial e a negligência estatal.

Esses autores enfatizam que apontar uma data ou um evento específico que tenha contribuído para o surgimento do movimento de justiça ambiental é impossível, visto que os movimentos cresceram organicamente a partir de dezenas, até centenas de lutas e movimentos locais sobre o assunto. No entanto, determinados incidentes emergem da narrativa histórica do movimento como eventos que catalisaram sua evolução e impacto.

Cole e Foster (2001) destacam que o movimento por justiça ambiental ocorreu por meio de vários eventos que podem ser considerados como um marco inicial dessa problemática. Para alguns ativistas, as primeiras lutas por justiça ambiental na América do Norte remontam à invasão inicial pelos europeus, há mais de 500 anos, e pela luta dos trabalhadores agrícolas, unidos contra a intoxicação por pesticidas no local de trabalho em 1960.

Em 1967, houve um protesto pela morte de uma menina de oito anos em um depósito de lixo em uma área residencial de Houston (Texas/EUA), esse protesto foi liderado pelo sociólogo Bullard e estudantes universitários. Outro marco destacado pelos autores foi o trágico assassinato do reverendo Dr. Martin Luther King Jr. em 1968, durante uma viagem a Memphis (Tennessee/EUA), para apoiar trabalhadores que lidavam com resíduos. Do mesmo modo, citam o protesto contra um depósito de lixo tóxico no condado de Warren, na Carolina do Norte, em 1982 (Cole e Foster, 2001).

O quadro 1 apresenta os principais eventos que originaram os movimentos pela justiça ambiental.

Quadro 1- Cronologia dos eventos significativos no movimento de justiça ambiental.

Ano	Evento
Há 500 anos	Invasão inicial pelos europeus na América do Norte
1960	Luta dos Trabalhadores Agrícolas Unidos contra a intoxicação por pesticidas no local de trabalho
1967	Protestos de estudantes afro-americanos em Houston pela morte de uma menina de oito anos em um depósito de lixo
1968	Assassinato do reverendo Dr. Martin Luther King Jr. enquanto apoiava os trabalhadores de lixo em greve em Memphis
1982	Protestos de afro-americanos no condado de Warren, Carolina do Norte, contra um depósito de lixo tóxico

Fonte: Cole e Foster (2001, p. 19). Org.: autora.

Os eventos registrados no Quadro 1 retratam como a luta pela justiça ambiental está ligada aos conflitos sociais e históricos. Assim, desde o processo da colonização europeia, envolvendo a imposição da escravidão, o genocídio das populações originárias, a reprodução das desigualdades socioespaciais até as lutas dos movimentos sociais envolvendo as comunidades afetadas, observa-se a persistência das desigualdades socioambientais nas comunidades não brancas. Cabe frisar que esses marcos reforçam a necessidade da participação da comunidade para mitigar as práticas discriminatórias e garantir maior acesso, equidade e qualidade de vida.

Nesta perspectiva, a articulação entre os conceitos de desigualdade e território torna-se mais nítida sob a ótica de Acseelrad; Mello e Bezerra (2009), ao afirmarem que a injustiça ambiental expressa a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais sobre populações de baixa renda, grupos racialmente discriminados, povos étnicos tradicionais e comunidades vulneráveis. Para os autores, a injustiça ambiental é o fenômeno geral de má distribuição dos riscos, enquanto o racismo ambiental evidencia uma de suas faces mais perversas, ao selecionar grupos vulneráveis como receptores dos impactos negativos do desenvolvimento.

Outra abordagem do conceito de racismo ambiental é a realizada por Fernandes (2021), que assinala que o termo foi introduzido por Benjamin Franklin Chavis, um químico e líder do movimento negro nos Estados Unidos. Chavis observou que as áreas habitadas pela população negra norte-americana eram frequentemente escolhidas para a localização de depósitos de resíduos tóxicos. O termo foi usado em 1981, após a realização de várias pesquisas e investigações sobre o assunto.

Desta forma, no mesmo período em que Chavis estava abordando o racismo ambiental, o sociólogo Robert Bullard estava, simultaneamente, contribuindo para a construção do conceito de injustiça ambiental. Ele argumentou que os danos ambientais afetavam desproporcionalmente as comunidades nos Estados, ressaltando que os impactos eram mais presentes entre comunidades “racializadas” (1993).

Silva (2012) destaca que o surgimento do termo racismo ambiental ganhou proeminência, especialmente após casos emblemáticos como o Love Canal (Buffalo, Nova Iorque), onde uma comunidade majoritariamente branca residia sobre um canal de resíduos tóxicos, sem cunho racial. Em 1982, o termo adquiriu maior projeção

quando os residentes da comunidade negra de Warren County, na Carolina do Norte, descobriram planos para a instalação de um aterro contendo o produto químico bifenilo policlorado 21F1F1F1F² em sua vizinhança, o que gerou intensos protestos, resultando em centenas de prisões (Herculano, 2008).

Para Herculano (2008), a gênese do racismo ambiental se deu pela mobilização do movimento negro e a conscientização dos congressistas norte-americanos que levaram à realização, em 1983, de um estudo para abordar as questões levantadas. Ficou evidenciado que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos correspondia e seguia a distribuição territorial das comunidades étnicas pobres nos Estados Unidos.

Em consonância, Silva (2012), Herculano (2008) e Souza (2019) destacam que o surgimento do termo racismo ambiental está relacionado com os impactos nocivos que afetaram as comunidades locais norte-americanas entre as décadas de 1960 a 1980, também no contexto da emergência e ampliação das lutas do movimento negro contra a discriminação racial.

Na visão de Souza (2019, p. 65): "O racismo ambiental pode ser compreendido como uma das manifestações da injustiça ambiental". Sendo que: "Toda situação de racismo ambiental corresponde a uma situação de injustiça ambiental, mas o inverso não é verdadeiro" (Souza, 2019, p. 65).

Consequentemente, os marcos históricos demonstram que o racismo ambiental não é um fenômeno isolado, mas constitui-se em uma forma de controle territorial. Como afirmou Porto-Gonçalves (2006), a justiça ambiental não pode ser pensada sem enfrentar o racismo ambiental, pois este é o elemento que estrutura a apropriação desigual da natureza. Enquanto a injustiça aponta para o resultado (a má distribuição), o racismo revela critério (a raça/ a etnia) que decide quais territórios serão sacrificados.

Diante das reflexões sobre a problemática, fica evidente que o racismo ambiental impacta uma parcela expressiva da população, uma maioria que é minoria

² Produto altamente tóxico, utilizado pela indústria no século passado, está associado ao câncer, além de causar danos ao sistema imunológico, reprodutivo e nervoso, se concentrando nos organismos que entram em contato direto ou indireto (por meio da contaminação alimentar, por exemplo) com a substância.

por ser historicamente marginalizada pela injustiça ambiental, que é ainda mais agravado quando esta é portadora de características étnicas ou raciais.

1.1. Conceitos de (In)justiça Ambiental

Como destacado no item anterior, o termo (in)justiça ambiental tem sido amplamente discutido por pesquisadores de diversas áreas, como da Sociologia, da Filosofia, da Economia, do Direito, entre outros. No entanto, ainda existe uma produção limitada sobre essa temática, em especial, no campo da Geografia. Essa lacuna contrasta com a centralidade das categorias geográficas, como território e lugar, na compreensão dos impactos ambientais.

Para preencher essa lacuna na área da Geografia, como assinalam Nascimento e Zangalli Junior (2022), deve-se considerar que a disciplina possui um papel fundamental na espacialização de conflitos socioambientais ocultos, utilizando suas ferramentas teórico-metodológicas para desvelar padrões de desigualdade racial no território. Essa abordagem não apenas expõe casos de racismo ambiental, mas reforça o compromisso da Geografia em contribuir para pesquisas científicas e reposicionar o pesquisador como agente ativo na transformação das realidades espaciais injustas.

Nesta perspectiva de especialização dos conflitos, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) oferece uma contribuição fundamental ao desnaturalizar o processo de globalização, tratando-o não como um fenômeno inevitável, mas como estratégia política. Assim, desde o século XV, os povos europeus empreenderam uma ocupação territorial, articulado a um processo de apropriação da natureza (florestas, minerais, terras), que representou, também, a subordinação dos povos originários, que foram expulsos, escravizados ou marginalizados. A ideia da natureza como recurso econômico começa a ser construída, vinculada à ideia de progresso e desenvolvimento.

Outro ponto importante a destacar é o fato de que a questão ambiental foi gradualmente institucionalizada e tecnicizada pelo sistema neoliberal como forma de silenciar as demandas por justiça social e diversidade que surgiram nas décadas de 1960-1970. Ao converter o desafio ambiental em uma pauta puramente técnica de

gestão de recursos, ignora-se a dimensão política e racial que sustenta a exploração desigual dos territórios.

Outro autor da Geografia que merece destaque neste debate é Souza (2019), que apresenta um panorama sobre os termos de (in)justiça ambiental em seu livro “Ambientes e Território” (2019), além de trabalhar com um campo de estudo da Ecologia Política, uma área que analisa a relação entre o meio ambiente e os sistemas políticos.

Souza (2019) compreende que a Ecologia Política está relacionada com as transformações da natureza e sua produção nos discursos, gerando conflitos sobre seu uso.

A Ecologia Política, atrevo-me a sugerir, lida potencialmente com todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais concretos e específicos (Souza, 2019, p. 115).

Nessa mesma direção, para Martínez-Alier (2007), a ecologia política surge como campo teórico que examina conflitos ecológicos distributivos, relacionados à disputa pelo acesso e uso de recursos naturais e serviços ambientais. Isso resulta em conflitos espaciais e temporais que revelam as desigualdades geradas pelos fatores econômicos, políticos e tecnológicos.

Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos (Martínez-Alier, 2007, p. 113).

Leff (2006), por sua vez, descreve a ecologia política como campo teórico-prático em construção, que integra diversas disciplinas para abordar os conflitos decorrentes da distribuição desigual de recursos naturais e serviços ambientais.

La ecología política construye su campo de estudio y de acción en el encuentro y a contracorriente de diversas disciplinas, pensamientos, ética, comportamientos y movimientos sociales. Allí colidan, confluyen y se confunden las ramificaciones ambientales y ecológicas de nuevas disciplinas: la economía ecológica, el derecho ambiental, la sociología política, la antropología de las relaciones cultura-naturaleza, la ética política (Leff, 2006, p. 22).³

A partir das bases teóricas da ecologia política, que evidencia a dinâmica dos conflitos distributivos e a interdisciplinariedade necessária para compreendê-los, a noção de injustiça ambiental emerge como expressão concreta das assimetrias analisadas por Martinez-Alier (2007) e Leff (2006).

Nesse debate, Maristella Svampa, em entrevista concedida a Milanez e Lamas (2022), amplia o horizonte da Ecologia Política ao propor o conceito de Justiça Ecosocial como resposta ao colapso ambiental contemporâneo. A autora argumenta que não há como separar a justiça social da justiça ecológica do Sul Global, uma vez que o modelo econômico hegemônico promove um falso dilema entre ambiente e desenvolvimento. Para a autora, o desafio atual consiste em pensar numa transição que não seja colocada apenas como questão energética, mas integral. Como afirma Svampa:

É o sistema econômico que tem que se adaptar à crise climática se realmente quisermos evitar um colapso maior. É uma verdade evidente, mas isto implica uma mudança de paradigma. Temos que repensar a economia para que ela se adapte aos limites naturais e ecológicos do planeta. E não continuar pensando que é o planeta que tem que se adaptar às chamadas "atividades produtivas", que hoje estão destruindo tantos ecossistemas estratégicos (Svampa, 2022, p.8).

³ “A ecologia política constrói seu campo de estudo e de ação no encontro e na contramão de diversas disciplinas, pensamentos, ética, comportamentos e movimentos sociais. Ali colidem, confluem e se confundem as ramificações ambientais e ecológicas de novas disciplinas: a economia ecológica, o direito ambiental, a sociologia política, a antropologia das relações cultura-natureza, a ética política.”(Leff, 2006, p. 22, tradução nossa).

Complementando essa mudança de paradigma, proposta por Svampa, Alberto Acosta (2020) aprofunda a crítica ao modelo civilizatório atual ao classificar o desenvolvimento como um fetiche e uma armadilha ideológica. Para o autor a busca incessante pelo progresso material, sob a égide *american way of life*, não apenas fracassou em erradicar a pobreza na América Latina, como serviu de justificativa para o atropelamento de direitos das comunidades e territórios tradicionais.

Sob essa ótica, a Geografia permite compreender como esse fetiche do desenvolvimento se materializa no espaço urbano. Segundo Souza (2019), esse fenômeno não se reduz à mera distribuição desigual dos impactos ambientais, mas revela estruturas profundas de marginalização e segregação socioespacial, no qual grupos vulneráveis, como as comunidades tradicionais ou periféricas, são afetados por contaminantes em processos industriais, os malefícios decorrentes da exploração de recursos e geração de resíduos sólidos. Também não se pode desconsiderar a existência da mercantilização da terra, que obriga os que não podem pagar seu preço a ocupar as piores áreas das cidades, geralmente periféricas, como fundos de vale, beira de córregos e áreas de risco, fato debatido amplamente na Geografia e outras áreas do conhecimento ⁴.

Retomemos aos EUA, berço dos debates sobre a injustiça ambiental, onde os estudos revelaram que, no final da década de 1970, um grupo de moradores de um bairro de classe média negra em Houston (Texas), descobriu que o governo estadual havia autorizado uma instalação de descarte de resíduos sólidos em seu bairro. Essa atitude levou os moradores a questionarem o porquê de sua comunidade ter sido selecionada; enquanto os bairros de pessoas brancas não foram considerados.

Embora inicialmente compreendida como a disparidade na carga representada pela geração de contaminantes em processos industriais e sua distribuição espacial, seu escopo deve ser ampliado. A injustiça ambiental abrange qualquer situação em que os malefícios decorrentes da exploração de recursos e da geração de resíduos indesejáveis sejam distribuídos de forma assimétrica, com base em clivagens de classe e outras hierarquias sociais.

Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 41), a injustiça ambiental pode ser definida como:

⁴ Ver, entre outros, os trabalhos de Lefebvre (1969); Maricato (2015) e Rodrigues (2007).

[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, os grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Estes autores ainda destacam que os fatores locacionais estão envolvidos no processo de injustiça ambiental, no qual se verificam fatores como:

[...] configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis, como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias etc. (Acseirad; Mello; Bezerra, 2009, p. 17).

Portanto, cabe destacar que a injustiça ambiental recai sobre os grupos socialmente vulneráveis, especialmente os mais pobres e os pertencentes às minorias étnicas (racismo ambiental), que acabam sofrendo com os impactos dos riscos ambientais gerados pelo conjunto da sociedade. Esses malefícios são facilmente encontrados nos noticiários, de forma desproporcional, abrangendo desmatamento, poluição e exploração dos recursos naturais, que contribuem para os deslocamentos dessas comunidades tradicionais para diversos locais.

Esses eventos podem ser observados em Mato Grosso do Sul quando se considera, especialmente, a população indígena. A Aldeia Urbana Marçal de Souza, comunidade indígena localizada no bairro Tiradentes, na cidade de Campo Grande, abriga cerca de 617 indígenas de etnia majoritariamente Terena, destaca o Cacique Josias (2025)⁵, muitos migraram na década de 1980 para o município de Campo Grande, por causa da perda e dificuldades enfrentadas em seus territórios, mas, também, motivados pela busca de outros direitos na cidade, como renda, saúde e, especialmente, oportunidades de educação.

Para Fernandes Junior e Oliveira Neto (2024):

⁵ JOSIAS (Cacique da Aldeia Marçal de Souza). Entrevista concedida em 10 de junho 2026.

A perda dos territórios das sociedades indígenas no Brasil com a demarcação de reservas reduzidas, bem como com a crescente destruição dos recursos naturais, vem destruindo os sistemas de autossustentação desses povos, inviabilizando suas economias tradicionais (Oliveira Neto; Fernandes Junior, 2024, p. 8).

Essa perda de territórios e a consequente migração forçada para o contexto urbano, como observado no caso da etnia Terena, reflete o que Porto-Gonçalves (2006) denomina como a “natureza da globalização”: um modelo de desenvolvimento que, embora fale em sustentabilidade, mantém a lógica colonial no Sul Global. Isso reafirma a realidade enfrentada pelos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, que sentem essa precariedade, não como acidente de planejamento, mas como o resultado de um processo histórico em que certas populações sofreram etnocídio (e genocídio) em nome do crescimento econômico de outros grupos, mostrando que a modernidade e a colonialidade caminham juntas na produção do espaço do Estado.

Embora as injustiças ambientais tenham raízes profundas e históricas, faz-se necessário entender o campo da conceituação do significado de justiça ambiental. Essa ampliação teórica permite analisar como a justiça ambiental se articula com os princípios éticos e as demandas por equidade ambiental.

1.2. Justiça Ambiental

A noção de justiça ambiental, conceituada por Soja (2010), pode ser considerada como um subcampo da justiça espacial, focada na discriminação geográfica relacionada aos impactos ambientais negativos, que variam desde a localização de depósitos de resíduos tóxicos até o impacto desigual, regional, do aquecimento e das mudanças climáticas. A ideia de justiça ambiental se apresenta quando as comunidades vulneráveis lutam para reivindicar seus direitos contra o descaso por parte dos órgãos responsáveis, refletindo-se em pesquisas realizadas atualmente.

Para Pacheco (2007), ao falarmos de justiça ambiental está implícito o conceito social, que é inerente à essência da própria justiça. A autora ressalta que, ao discutir o conceito de racismo ambiental, não se deve desconsiderar o combate ao racismo

institucional, nem o preconceito que se manifesta no cotidiano das pessoas de múltiplas formas.

Cole e Foster (2001) assinalam que o movimento de justiça ambiental está atrelado ao Movimento pelos Direitos Civis nas décadas de 1950 e 1970, os autores lembram que o movimento também envolvia os ativistas latinos, contando com muitos ativistas religiosos.

Segundo Bullard (2004, p.19), citado por Acselrad; Mello; Bezerra (2009, p.19) o movimento por justiça ambiental emergiu a partir de lutas contra as desigualdades ambientais em Afton, Carolina do Norte, 1982. Nessa época, a questão sobre justiça ambiental surgiu como parte da luta pelos direitos civis e incentivou a inclusão da desigualdade ambiental na agenda do movimento ambientalista. Com o tempo, o movimento passou a desenvolver pesquisas multidisciplinares sobre as desigualdades ambientais nos EUA. Um estudo conduzido por Bullard, em 1987, revelou que a composição racial de uma comunidade era a principal variável para a presença de depósitos de resíduos perigosos.

Dessa forma, a gênese do movimento serviu como base para as autoridades elaborarem leis que contemplam a base de leis ambientais, inclusive no Brasil, a exemplo das que se seguem: i) Lei nº 6.938/1981: Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que define diretrizes para a preservação ambiental; ii) Lei nº 9.605/1998: Estabelece a Lei dos Crimes Ambientais, que define sanções penais e administrativas para quem lesa o meio ambiente; iii) Lei nº 12.651/2012: Estabelece o Novo Código Florestal; iv) Lei nº 12.305/2010: Estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos; v) Lei nº 9.433/1997: Estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos; vi) Lei nº 11.284/2006: Estabelece a Gestão de Florestas Públicas para Produção Sustentável.

Alguns autores, como Souza (2019) e Herculano (2008), destacam que a justiça ambiental se refere a ações que busquem implementar uma equidade ambiental e social. Souza (2019) descreve que a justiça ambiental pode ser definida como a distribuição equitativa dos benefícios e ônus ambientais entre todas as pessoas, independentemente de raça, cor, origem nacional ou rendimento.

Já no entendimento de Bullard (1994, p. 16), conforme citado por Acselrad; Mello; Bezerra (2009, p. 19), o Movimento por Justiça Ambiental dos EUA pode ser compreendido como:

[...] tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (Bullard, 1996, s.d. apud Acseirad; Mello; Bezerra, 2009, p.16)

Sobre esses conceitos, a pesquisa buscou analisar a presença da justiça ambiental nas comunidades tradicionais que vivem na área urbana de Campo Grande, a partir da análise de parcela da população que compõe a base demográfica, que enfrenta desigualdades ambientais significativas no contexto urbano.

Logo, para Acseirad et al. (2009), a justiça ambiental está condicionada a um “meio ambiente seguro, sadio e produtivo”, sendo o meio ambiente considerado como um todo, que abrange diversas dimensões, sejam elas ecológicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas.

Assim, Abreu (2018) entende que a justiça ambiental não se limita à proteção do meio ambiente, mas também envolve os cuidados com as pessoas que dependem do ambiente para sobreviver e sofrem com o racismo ambiental.

As vítimas da exclusão ambiental formam grupos vulneráveis que, normalmente, sofrem com a pobreza, com a miséria e com a indignidade. A falta de participação política e a invisibilidade social demonstram que a concretização do Estado Democrático de Direito Ambiental no Brasil ainda é um projeto (Abreu, 2018, p. 81).

No contexto do crescimento de movimentos por justiça ambiental, diversas ações são empreendidas para promover a justiça socioambiental e enfrentar as desigualdades nos impactos ambientais. Dentro desta perspectiva, Acseirad; Mello; Bezerra (2009), destacam que o movimento adota quatro princípios e sete estratégias que buscam reformular as práticas de avaliação ambiental, bem como, buscar a

aplicação das leis, além de lutar pelo aprimoramento de políticas públicas voltadas para proteger o meio ambiente, definindo-os como princípios da justiça ambiental.

O primeiro princípio refere-se à poluição tóxica, no qual os autores supracitados repudiam a lógica individualista, que desloca a poluição para regiões vulneráveis e defendem uma abordagem coletiva para lidar com os impactos. O segundo princípio envolve a luta por um outro modelo de desenvolvimento, eles propõem a revisão do modelo atual que concentra riscos e impactos negativos. O terceiro sugere envidar esforços por uma transição mais justa, em que os autores defendem um modelo de desenvolvimento que busque promover alianças com sindicatos para promover mudanças nos padrões produtivos e proteger os trabalhadores. O último princípio enfatiza a necessidade de geração de políticas ambientais democraticamente instituídas, criticando a crença do mercado como solução para problemas ambientais e enfatizando a necessidade de sua regulação efetiva e democrática (Acselrad; Mello; Bezerra 2009).

O Quadro 2 apresenta estratégias e características que estão envolvidas com a ideia de justiça ambiental.

Quadro 2 - Estratégias e características da Justiça Ambiental

ESTRATÉGIAS	CARACTERÍSTICAS
Produção do próprio conhecimento	Produção independente, com formas inovadoras. Ex.: Caso dos norte-americanos.
Pressão pela aplicação universal de Leis	Reivindicar a equidade na aplicação das leis.
Pressão pelo aperfeiçoamento da legislação de proteção ambiental	Dependendo da localidade, é necessário haver pressão pela instituição de novas leis. Ex.: Zoneamento Ecológico-Econômico em RJ e ES, foram feitas a partir de mobilizações.
Pressão por novas racionalidades no exercício do poder estatal	O movimento busca mudar a cultura das entidades públicas que tradicionalmente adotam uma abordagem tecnicista e reativa ao gerenciamento ambiental.

ESTRATÉGIAS	CARACTERÍSTICAS
Introdução de procedimentos de avaliação de equidade ambiental	Crítica aos métodos tradicionais de avaliação ambiental, impulsionou o desenvolvimento de métodos alternativos que integram aspectos socioculturais. No Brasil buscam superar os métodos dos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs).
Ação direta	É a ferramenta dos movimentos sociais e utilizada pelo movimento de justiça ambiental.
Difusão espacial do movimento	Internacionalização do movimento reflete a globalização dos processos que perpetuam injustiças ambientais.

Fonte: Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 25-39). Org.: autora.

Tais estratégias (Quadro 2) servem para auxiliar a produção do conhecimento, refletindo sobre as lacunas nas abordagens tradicionais de gestão ambiental, propondo novas racionalidades no campo de pesquisa.

1.3. Racismo Ambiental no Brasil e na América Latina

Faz apenas algumas décadas que os debates e as lutas contra o racismo ambiental surgiram, sendo que estes movimentos vêm se ampliando na área dos direitos civis e ambientais. Como visto anteriormente, o racismo ambiental pode ser diferentemente abordado. O estudo de Abreu (2018) assinala que o racismo ambiental no Brasil se vincula às questões sociais, não se restringindo apenas ao preconceito racial e étnico.

Pacheco (2005), por sua vez, define o racismo ambiental como:

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua 'raça, origem ou cor'. [...] O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto

'racial', não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (Pacheco, 2008, s.p., apud Torres, 2018 p. 26).

Nessa conjuntura, o racismo ambiental no Brasil, embora semelhante a outros países latino-americanos, apresenta particularidades distintas, relativas à realidade nacional. Para Porto-Gonçalves (2006) essa especificidade deve-se ao fato de que, na América Latina, a estrutura de classes é "etnizada". Isso significa que a monopolização da terra e do espaço urbano por grupos dominantes cria uma seletividade territorial onde a cor e a etnia definem quem terá acesso ao saneamento ou quem será exposto ao risco.

Abreu (2018) considera que o racismo ambiental na América Latina ocorre de maneira diferente dos países desenvolvidos, como os europeus, que mantêm a dominação hegemônica. Essa dominação tem raízes no colonialismo europeu, reverberando como contínuo instrumento de colonialidade do poder capitalista ao longo dos séculos que, na análise de Quijano (2005, p. 73): "Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder".

Foucault (conforme Abreu, 2005, p. 307) afirma que: "O racismo vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador". A herança colonial faz com que os países latino-americanos estejam expostos à fragilidade em seus territórios, pois ainda apresentam um papel subordinado aos interesses do norte global, conforme comprova a produção de *commodities* que interessam ao mercado mundial, no quadro de uma divisão internacional do trabalho que apresenta a troca comercial como a forma mais sofisticada dessas relações na contemporaneidade.

O racismo ambiental nos países da América Latina exsurge da classificação social 'racista' advinda do padrão de biopoder capitalista eurocentrado e norte americanizado que detêm fundo biológico, econômico e ambiental. Os Estados Constitucionais latino-americanos não atingiram o mesmo patamar desenvolvimentista e lucrativo da Europa e dos Estados Unidos e não são detentores do mesmo poder político e econômico internacional em comparação com Estados desenvolvidos (Abreu, 2018, p. 134).

Como ressaltado nas observações de Quijano (2005), a colonialidade do poder sustenta-se em uma classificação racial que estrutura o padrão de poder mundial. Tal herança colonial presente na sociedade atual é visível, influenciando as culturas locais por meio de propagandas, filmes e outras formas de submeter, quase que de forma inconsciente, os povos e suas culturas à lógica dominante do colonizador. É essa herança que alimenta o racismo ambiental, que faz da razão instrumental a razão de ser de governos em várias partes do mundo, e no Brasil não é diferente. O racismo ambiental, bem como a lógica colonial que o mantém, estão indissociavelmente interligados, dado que representam formas de perpetrar a opressão e a injustiça social, cujas consequências acabam por atingir de maneira negativa minorias e suas comunidades.

O Quadro 3 apresenta alguns casos emblemáticos de racismo ambiental em alguns países latinos, tais como: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Chile.

Quadro 3 - Casos de Racismo Ambiental na América Latina.

País	Localização	Evento/Impacto	Populações Afetadas	Detalhes do Racismo Ambiental
Brasil	Acre	Inundações pelo transbordamento do Rio Acre	Comunidades afrodescendentes e indígenas	Vulnerabilidade socioeconômica e histórica aumentam o impacto das enchentes.
Brasil	Salvador, Bahia	Desigualdade no impacto das chuvas	Moradores de favelas	Falta de políticas públicas nas favelas leva a desastres desproporcionais.
Bolívia	Alpacoma	Deslizamento de terra no aterro sanitário	Populações afro e indígenas	Lixo tóxico depositado em áreas habitadas por comunidades vulneráveis.
Colômbia	Territórios étnicos	Falta de consulta prévia	Grupos étnicos afrodescendentes	Empresas não respeitam direitos das comunidades ao decidir sobre projetos.

Equador	Áreas com refinarias	Refinarias de petróleo	Populações étnicas	Indústrias poluentes localizadas em territórios de populações vulneráveis.
Chile	Territórios indígenas	Exploração de lítio	Comunidades indígenas	Temor de escassez de água devido à expansão da exploração de lítio.
Brasil	São Paulo, Belém, Recife	Enchentes históricas	Grupos étnicos e raciais	Urbanização inadequada e em áreas vulneráveis aumenta o risco de desastres.

Fonte: France 24. Org.: autora.

Em resumo, o racismo ambiental na América Latina apresenta características diferentes em relação às comunidades afetadas. Nota-se pelo Quadro 3 alguns casos reportados no *site* do Canal *France 24*. Observa-se que o impacto nas comunidades ocorre por inundações, deslizamentos, exploração de recursos naturais que afetam suas comunidades. As distinções dos grupos afetados são perceptíveis, sendo que a maioria das comunidades afetadas no Brasil é composta por populações vulneráveis ou povos tradicionais, já nos demais países latino-americanos a maior parte é de indígenas.

1.4. Vulnerabilidade Socioespacial

Acerca da expressão vulnerabilidade social, discutida nos últimos anos, o termo não possui uma única definição consolidada na literatura. Para Prowse (2003), ao analisar a multiplicidade de usos desta categoria, observa-se que, enquanto alguns trabalhos a tratam como suscetibilidade à pobreza, outros a caracterizam como sintoma ou uma de suas dimensões. Pesquisadores do tema traçam algumas linhas interpretativas sobre o fenômeno, explorando, a bem da verdade, mais aspectos históricos do que conceituais.

Vários estudos no campo da Geografia, da Sociologia e da Economia têm pesquisado acerca do tema em contextos urbanos, trabalhando a segregação urbana e suas diferentes dimensões. O termo vulnerabilidade possui multidimensionalidade,

que abrange aspectos ambientais, sociais, econômicos, residenciais e subjetivos, pontos essenciais para as políticas públicas. Cabe destacar que esse termo ainda não se consolidou com uma teoria unificada e nem com a utilização de métodos de medições amplamente aceitos.

Essa não consolidação deve-se, em grande medida, às dimensões sociais, ambientais e econômicas e à dificuldade em definir parâmetros universais, o que gera uma pluralidade de tentativas de conceituação. Como destacam Cutter *et al.* (2003) e Eakin e Luers (2006) a vulnerabilidade pode ser compreendida como um conceito dinâmico e multidimensional, envolvendo exposição a riscos, sensibilidade e capacidade de adaptação.

O Quadro 4, de Moser (1998 apud IPEA, 2018), complementa a discussão sobre vulnerabilidade ao categorizar as “Zonas Sociais de Inserção”, segundo a relação com o trabalho e as redes de proximidade.

Quadro 4 - Zonas sociais de inserção, Moser (1998).

Mundo do Trabalho	Trabalho estável	Trabalho Precário	Não trabalho
Zonas Sociais	Zonas de Integração	Zonas de Vulnerabilidade	Zonas de desfiliação
Relações de proximidade	Fortes	Fracas	isolamento social

Fonte: IPEA, 2018.

A abordagem apresentada pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2018), em seu documento “Tendências em vulnerabilidade social: a pobreza na visão brasileira”, utiliza a expressão juntamente com conceitos como: necessidades básicas insatisfeitas, pobreza multidimensional e outros indicadores de mal-estar social, evidenciando que a pobreza não é suficiente para explicar a complexidade das condições de vida nas situações de risco. Ainda, de acordo com o

Ipea (2018, p. 13): “Outro modo de aplicação de vulnerabilidade encontramos em bases do Banco Mundial no fim de 1990. Com apoio de Moser (1998), que buscou compreender as dinâmicas da pobreza em sociedades periféricas”.

Moser (1998 *apud* Ipea, 2018, p. 14), sobre os riscos e suas classificações, propõe o modelo da vulnerabilidade de ativos (*asset-vulnerability framework*), segundo o qual

[...] a vulnerabilidade dos indivíduos, famílias e comunidades derivaria de: i) falta ou escassez de ativos; e ii) manejo inadequado, por parte de indivíduos, famílias e comunidades, daqueles ativos de que dispõem. Nesse sentido, as intervenções destinadas a combater a vulnerabilidade devem se dar no sentido de fornecer ativos às populações e/ou de apoiá-las para que usem mais produtivamente os ativos que possuem. Com base nessa mesma formulação, o Banco Mundial tem publicado, desde os anos 2000, uma série de documentos que coloca a vulnerabilidade de ativos no centro das análises, bem como das políticas de proteção social.

Contudo, foi com Robert Castel (2004; 2008) que o conceito de risco social passou a ser empregado. Para o autor, o investimento em políticas sociais é muito mais que medida paliativa à real solução de problemas sociais; é, principalmente, um instrumento estratégico de prevenção para inibir o surgimento desses problemas. Assim, na tentativa de minimizar os riscos, é necessário envidar esforços no sentido de evitar a dissociação social, o que pode ser operacionalizado pela elaboração de estratégias de gestão dos riscos (Castel, 2004).

Castel (2004) chama atenção para os processos de reinserção social que, vez ou outra, aparecem como substitutos das proteções sociais sob a salvaguarda por lei: “...se o Estado se retira, há um risco de um quase vazio, da anomia generalizada do mercado, pois este não comporta nenhum dos elementos necessários à coesão social, muito pelo contrário, funciona pela concorrência, “não faz sociedade” (Castel, 2004, p. 257).

Já Beck (1992), inclui a ideia de sociedade de risco:

Nesse modelo, a categoria risco é introduzida como contraparte necessária da vulnerabilidade. Contudo, seu sentido aqui é bem distinto do que foi atribuído aos riscos sociais por Robert Castel. Com base na formulação de Beck (1992) acerca da sociedade de risco, Moser enumera um conjunto mais amplo de riscos (catástrofes naturais e ambientais, riscos alimentares, riscos sanitários, riscos políticos), enquanto abandona o conceito de risco social tal como utilizado na tradição bismarkiana e por Castel. O desemprego, as migrações e os choques econômicos são tratados como riscos alimentares; por sua vez, as doenças, a invalidez, a velhice e as epidemias são consideradas riscos sanitários (Ipea, 2018, p. 14).

As diferenças entre Moser (1998) e Castel (2004; 2008), dão enfoque na origem da vulnerabilidade e os riscos a elas associados, conforme se destaca neste excerto:

Entre as muitas diferenças entre a interpretação de Moser (1998) e a de Castel (1998), apresentadas aqui, pode-se destacar principalmente a origem das vulnerabilidades e a natureza dos riscos a elas associados. Enquanto Castel refere-se à vulnerabilidade social como produto da precária inserção dos indivíduos na sociedade salarial – a qual engendra riscos sociais específicos –, Moser e demais autores vinculados ao Banco Mundial entendem essa condição como um déficit dos indivíduos ou das famílias, que aparentemente não tem relação com a organização da sociedade capitalista, de mercado e salarial, e cuja superação depende da obtenção de ativos ou da melhor utilização dos ativos disponíveis (IPEA, 2018).

Embora o conceito de vulnerabilidade de ativos avance ao reconhecer que a privação de bem-estar deriva da falta de recursos como a educação e a poupança, ele corre o risco de neutralizar as desigualdades sociais e deixar os indivíduos como responsáveis pela sua realidade, em que suas falhas são ampliadas, enquanto as estruturas sociais injustas, derivadas do capitalismo, são desconsideradas. Desta forma, é preciso estar atento ao emprego dos conceitos e das teorias que embasam as problemáticas tratadas.

1.5. Território, Territorialidade e Desterritorialidade

Nesta dissertação, o território é adotado como categoria analítica central, compreendido não apenas como localização ou cenário no qual os fenômenos ocorrem, mas como produto de relações de poder, apropriações, conflitos, permanências históricas e práticas de resistência. Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Porto-Gonçalves (2006), para os quais o território é constituído por relações sociais, políticas, econômicas e culturais que definem formas de controle, pertencimento e disputa. Assim, a Comunidade Tia Eva e a Aldeia Urbana Marçal de Souza são analisadas como territórios produzidos por processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, atravessados por desigualdades socioespaciais, reconhecimento identitário e lutas por justiça ambiental.

A interconexão entre o racismo ambiental e os conceitos fundamentais da Geografia, como a relação com o território, a territorialidade, a desterritorialidade. Ao explorarmos os aspectos que conectam o racismo ambiental a esses conceitos da Geografia, torna-se evidente a compreensão dessas relações para uma análise mais abrangente.

A concepção geográfica do território vem sendo interpretada a partir de diversas perspectivas. Inicialmente foi moldada pela influência das Ciências Naturais, sendo empregada para delinear a extensão de influência de uma espécie animal específica ou o domínio que ela exerce sobre um determinado espaço. O território, enquanto categoria social, é um conceito complexo, multifacetado e, por vezes, ambíguo. As primeiras discussões que pretendiam defini-lo datam do século XIX, mais especificamente na área da Geografia Política. Nesse período inicial, era preponderante a noção de território “...como um espaço de poder demarcado, controlado e governado e, assim, fixo” (Silva, 2009, p. 100).

Na perspectiva apresentada por Ribas et al. (2003), destaca-se a interpretação de Ratzel acerca do Estado, evidenciando uma estreita vinculação deste com a população residente e um território claramente demarcado. Os autores enfatizam que os habitantes mantêm uma relação íntima com o solo, retirando dele os recursos essenciais para sua subsistência, o que, por conseguinte, contribui para a configuração e estabelecimento do próprio Estado (Ribas et al., 2003, p. 171).

Para Souza (1995; 2013), território configura um espaço cuja especificidade ocorre por e a partir das dinâmicas de poder, não se atendo somente ao poder exercido pelo Estado-Nação, como interpretado na Geografia positivista, mas por distintos agentes. Essa interpretação nos sugere que podemos desenvolver estudos, no âmbito do racismo ambiental, em que a definição e limitação de territórios são influenciadas por dinâmicas de poder que podem perpetuar desigualdades socioambientais, marginalizando grupos específicos com base em fatores racializados.

Outro conceito fundamental explorado na geografia é o da territorialidade. Este conceito refere-se à forma como grupos sociais, comunidades ou atores específicos estabelecem e mantêm sua relação como o espaço territorial que ocupam. Conforme sugere Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Sposito define a territorialidade como a característica que o território adquire em função de sua utilização ou apropriação pelo ser humano (Sposito 2009, p. 11). Ainda nesse aspecto, Haesbaert (2004, p.3) compreende que a territorialidade abrange não apenas uma dimensão política mais restrita, mas também está relacionada às dinâmicas econômicas e culturais. Isso ocorre devido à maneira como as pessoas utilizam o espaço, organizam-se nele e atribuem significado ao lugar. Dessa maneira, as relações econômicas e culturais estão conectadas com as pessoas, ao modo de como se organizam e como dão significado ao lugar.

Haesbaert (2004, p. 3) compreende que

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

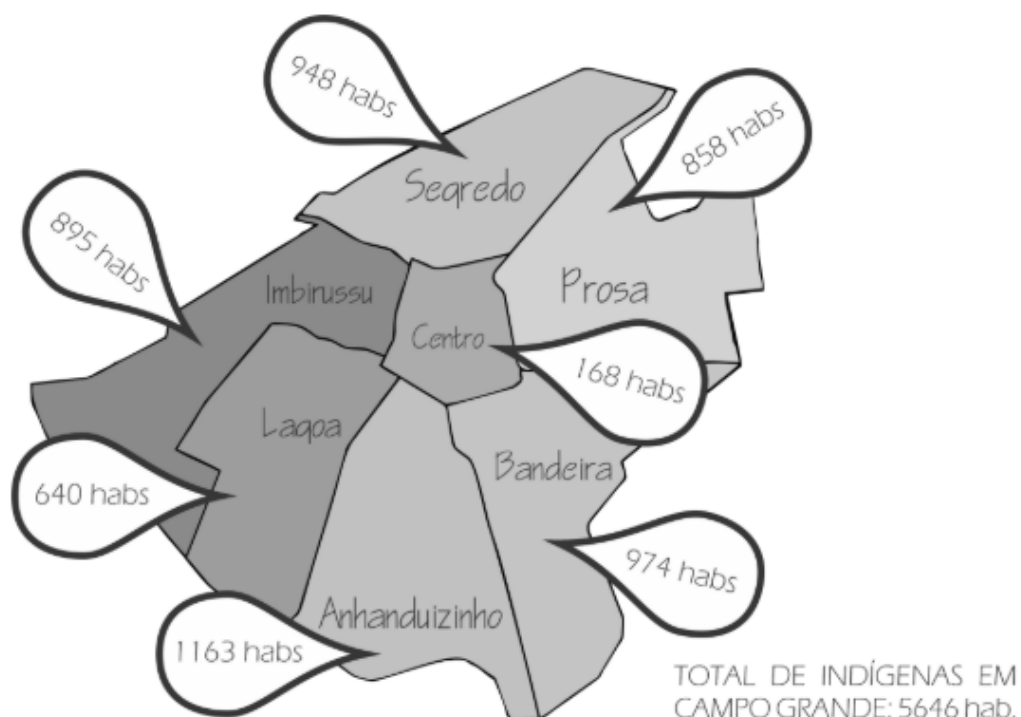
Para Saquet (2007), o território é um espaço que engendra relações de poder e disputas políticas de grupos privilegiados no processo de formação socioespacial. Nessa perspectiva, a abordagem da territorialidade emerge como um elemento essencial para compreender as complexidades envolvidas no processo efetivo da reprodução social.

Haesbaert e Bruce (2003) definem que o processo de desterritorialização pode manifestar-se tanto de maneira simbólica, envolvendo a destruição de símbolos, marcos históricos e identidades, quanto de forma concreta e material, abrangendo aspectos políticos e/ou econômicos, mediante a desintegração de antigos laços ou fronteiras econômico-políticas. Além disso, é relevante considerar que indivíduos, classes e grupos sociais incorporam, em diferentes graus e escalas, perspectivas que envolvem a desterritorialização (Haesbaert e Bruce, 2003, p.181).

Por outro lado, para Haesbaert (2004), ao discutir a multiterritorialidade no contexto contemporâneo, é necessário considerar que a desterritorialização nunca ocorre de forma absoluta, pois os processos de reterritorialização, com a recriação de vínculos e significados em novos espaços, acompanham a reprodução social. Ainda que haja desigualdades abissais nos processos de apropriação do espaço, a desterritorialização sempre envolve uma nova territorialização, mesmo que esta pareça precária, daí a proposição do autor de entender tal processo a partir de uma tríade TDR (Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização).

Essa dinâmica de reterritorialização é o que fundamenta a análise da Figura 1, que apresenta a localização das Aldeias Urbanas em Campo Grande. Embora os dados originais (2016) indiquem a presença de 5.646 indígenas, o processo de territorialização na cidade é complexo e de longa duração. O último Censo do IBGE (2022) revela que a população indígena saltou de 5.646 indígenas em 2016 para 18.439 pessoas na cidade de Campo Grande, esse aumento evidencia o processo de reterritorialização, que é acompanhado pelo estabelecimento de famílias em diferentes áreas da cidade, geralmente, de forma precária, considerando-se o acesso à moradia adequada, meios de consumo coletivos (infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos), além de acesso à educação e saúde.

Figura 1- Aldeias Urbanas em Campo Grande-MS



Fonte: Batistoti e Latosinski (2019).

Assim, entendemos que o processo de territorialização dos povos indígenas na cidade precisa ser compreendido como parte de um processo complexo e de longa duração que, especialmente a partir dos anos 1960, passa a ocorrer de forma mais intensa (Silva, 2022), pois o processo de urbanização envolve uma série de conflitos, entre os quais a ocupação de terrenos vazios em áreas periféricas.

Tais grupos indígenas, diante das dificuldades de reprodução social encontradas em seus territórios tradicionais, muitos dos quais reduzidos por meio dos chamados “aldeamentos”, passam a se estabelecer na cidade, por meio de práticas de reterritorialização e de mobilização política. Ao longo do tempo são impulsionados e dialogam com outros movimentos locais, que visam garantir os direitos dessas populações.

Conforme apontado por Silva (2022), as questões indígenas em contextos urbanos podem ser abordadas a partir de duas grandes análises, uma seria referente aos efeitos sociais do processo de migração, destacando temas como renda, saúde,

educação e moradia. Já a segunda está focada na contextualização dos significados cosmológicos e nas formas de apropriação e ressignificação de elementos culturais no espaço urbano, considerando os regimes de subjetivação dos indígenas.

Isso se reflete na produção da territorialidade e reterritorialização dessas comunidades locais, fortemente marcadas pela presença da cultura e ancestralidade em suas práticas cotidianas, que estão fortemente vinculadas à resistência contra o meio urbano.

No próximo capítulo da dissertação discutimos os elementos que nos permitem compreender as comunidades tradicionais no tempo presente e retomamos os caminhos metodológicos seguidos no estudo para compreender as manifestações do racismo ambiental sobre duas comunidades tradicionais da cidade de Campo Grande, a Comunidade Tia Eva e a Aldeia Urbana Marçal de Souza.

CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIO E IDENTIDADES: O PRESENTE/PASSADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS EM CAMPO GRANDE – MS

2.1. Análise socioespacial das Comunidades Quilombolas

Conforme Lélia Gonzalez (1988), o processo de formação do povo brasileiro nos remete às questões históricas da colonização, que foi marcada pelo genocídio de povos originários e de negros trazidos do continente africano para serem escravizados. Tais violências geraram um sofrimento que ainda se manifesta na realidade dos grupos racializados, reverberando nas estruturas sociais mesmo após findado o período colonial.

No Brasil, foram 388 anos de escravidão até a assinatura da Lei Áurea (1888), porém, desde as primeiras décadas do século XIX passam a ocorrer pressões (da Inglaterra, sobretudo) para o fim da escravidão, o que levou a uma sequência de legislações sobre os escravizados (Fausto, 2001). Por outro lado, ainda hoje verifica-se a herança nefasta da escravidão na sociedade brasileira e no mundo todo, agindo ideologicamente por meio do racismo, do preconceito e da intolerância. Para alguns autores, o processo de abolição não se concretizou rapidamente, dado o fato de o Brasil ser o último país das Américas a aderir à abolição da escravidão. Também é preciso ressaltar que não houve qualquer tipo de reparação histórica aos trabalhadores escravizados ou a seus descendentes, muito pelo contrário, inicialmente houve a negativa ostensiva de direitos de cidadania (educação, saúde, trabalho e igualdade salarial, entre outros) e, mesmo após a retomada da democracia com a Constituição Federal de 1988, por meio do racismo estrutural que ainda se apresenta como obstáculo para a população preta, especialmente, para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Após a abolição, muitos ex-escravizados ainda desempenhavam funções que os brancos não queriam fazer, como destaca Oliveira (2019, p. 28):

Desse modo, os negros eram subempregados em atividades domésticas, no transporte, na limpeza das ruas, no carregamento de cargas e na venda de jornais. A exclusão racial não aconteceu apenas no âmbito do trabalho.

Podemos notar também que os negros foram excluídos geograficamente. Por causa da sua precária condição financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando cortiços e pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados do centro.

A abolição não reduziu a desigualdade, levando os negros a migrarem para diversas regiões do território brasileiro em busca de oportunidades para recomeçar a vida.

Dessa forma, ao discutimos o contexto histórico do surgimento da Comunidade Quilombola Comunidade Tia Eva e da Aldeia Urbana Marçal de Souza, ressaltamos, inicialmente, que consideramos que ambos se configuram como espaços de sobrevivência cultural frente a processos históricos.

O processo de reconhecimento dos quilombos no estado ocorre por meio do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 CF/1988, e levou anos para que o processo terminasse. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as comunidades quilombolas são grupos étnicos autodefinidos, majoritariamente integrados a população negra rural ou urbana, que mantêm relação com a terra, o território e a ancestralidade e práticas tradicionais (Oliveira, 2019).

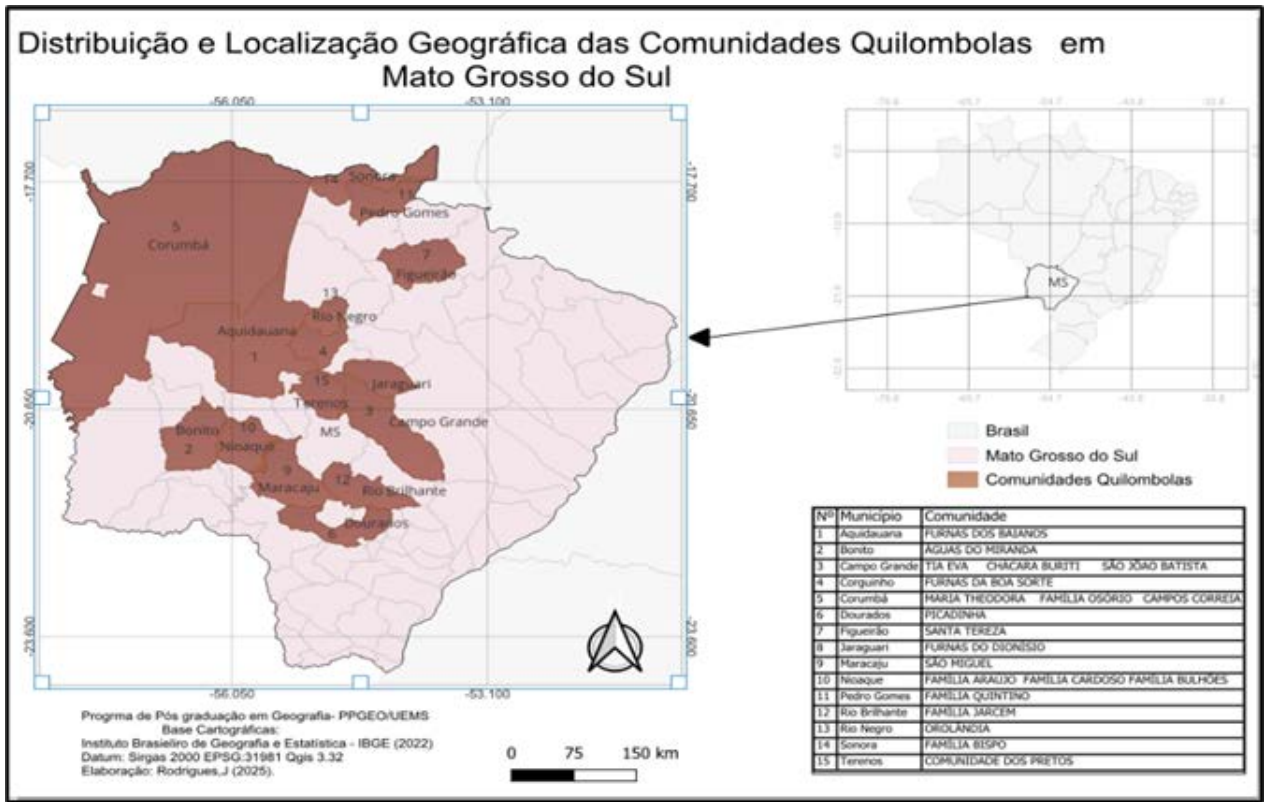
Nas palavras de Oliveira (2019, p. 19-20):

A partir da Constituição de 1988, o quilombo passa a ter significação atualizada e é inscrito no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que verifica os direitos territoriais aos remanescentes quilombolas que estejam ocupando terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. Assim, os negros da Comunidade Tia Eva passaram a levantar a questão do reconhecimento jurídico constitucional do território, o que lhes autorizou reivindicar aos governos federal, estadual e municipal a regularização fundiária junto ao INCRA, com o advento do Decreto 4.887/2003, a competência para a regularização fundiária dos territórios quilombolas no âmbito federal passou a ser do INCRA que publicou a Instrução Normativa N. 16, de 24 de março de 2004, revogada pela Instrução Normativa N. 20/2005 para regulamentar os procedimentos elencados no decreto. As palavras lutam, resistência e esperança sempre fizeram parte da história de Comunidade Tia Eva, e, com o tempo, foram ganhando força à medida que seus descendentes tomavam conhecimento de

seus direitos e passavam a fazer da questão uma bandeira. Com isso ganhavam visibilidade no cenário social da cidade.

No estado de Mato Grosso do Sul, identificam-se 22 comunidades quilombolas distribuídas em 15 dos 79 municípios existentes (figura 01). Em Campo Grande, capital do estado, destacam-se três dessas comunidades: Comunidade Tia Eva/São Benedito, São João Batista e Chácara Buriti. Cabe ressaltar que essas comunidades são reconhecidas pela Fundação Zumbi dos Palmares, e estão em processo de regularização pelo INCRA.

Figura 2 - Localização das Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul.



Fonte: IBGE, 2022.

Assim, as comunidades quilombolas de Campo Grande possuem trajetória marcada por processos históricos de exclusão, resistência e afirmação de identidade. Nos achados da dissertação de Myleide Oliveira (2019), encontramos alguns elementos que contribuem para ampliar a nossa visão sobre o processo de formação da Comunidade Tia Eva.

A Comunidade Tia Eva foi originada no território onde se encontrava o sítio da ex-escravizada Eva Maria de Jesus, que chegou à Campo Grande em 1905. Conforme os relatos de pesquisas sobre o assunto, o nome da comunidade deriva de promessa ao santo católico São Benedito, como resultado da graça recebida ao encontrar um lugar seguro para criar sua família e viver em paz, além de se curar de um problema de saúde que perdurou anos.

Inicialmente, a trajetória de Eva Maria de Jesus nos leva ao final do século XIX, com a divulgação sobre terras devolutas na porção sul do Mato Grosso, que atraiu migrantes vindos de Uberaba, em Minas Gerais (MG), e, também, um grupo de ex-escravizados que buscavam recomeçar suas vidas. Segundo Oliveira (2019), em 1904, uma comitiva comandada por Maria Antônia, mulher de origem africana, partiu buscando essas terras. Faziam parte desse grupo seus filhos, genros, além de outros ex-escravizados, como Eva Maria de Jesus e seus familiares, vindos de Jataí, localizada no estado de Goiás (GO).

Essa viagem foi longa e desafiadora, durando vários meses. O transporte foi realizado por meio de carros de bois e a comitiva necessitou interromper a viagem para cultivar pequenas roças para garantir seus meios de subsistência, deixando-os cerca de quatro meses parados (Oliveira, 2019).

Por fim, a comitiva chegou na Vila de Santo Antônio de Campo Grande em 1905, onde se estabeleceram próximo ao córrego Segredo, levantando a Comunidade Negra de São Benedito. Anos mais tarde, Tia Eva cumpre a promessa feita ao santo, e constrói a igrejinha de São Benedito. Tia Eva trabalhou dentro da comunidade como benzedeira, curandeira e parteira.

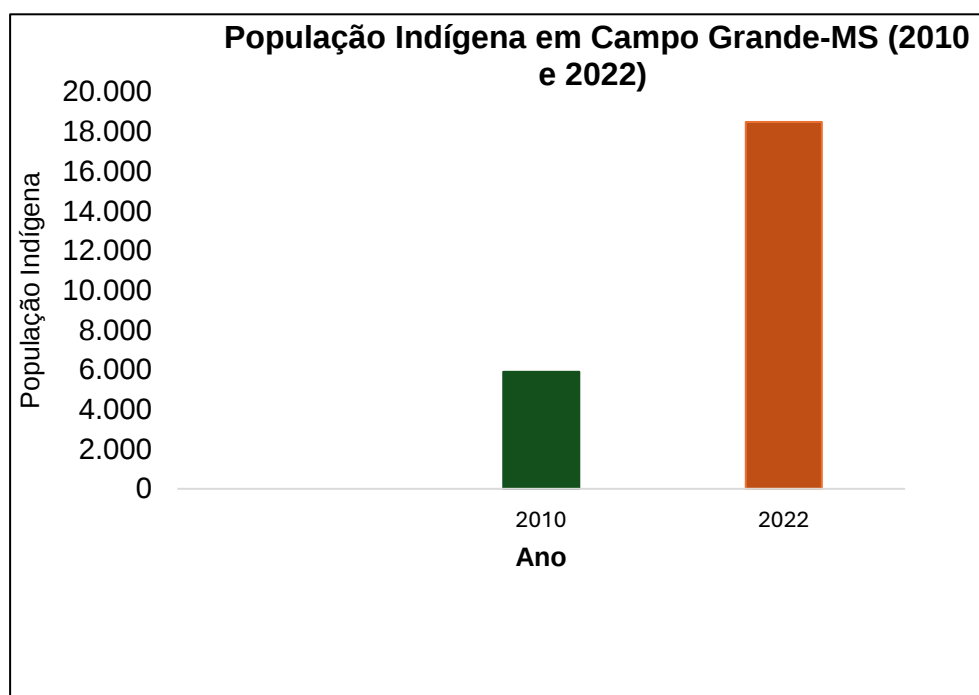
2.2. A Dinâmica da Migração Indígena e as Aldeias Urbanas em Campo Grande

Para melhor compreensão, os núcleos habitacionais denominados como “aldeias urbanas” surgem como uma forma de atender ao processo de migração indígena, ocorridos desde a década de 1960, para as cidades no então Mato Grosso. Esse processo foi se intensificando, na medida em que a população indígena deixou seus territórios tradicionais (desterritorializando-se) e passou a buscar melhores condições de vida em áreas urbanas (reterritorializando-se), inicialmente por meio de ocupações irregulares, verdadeiras favelas indígenas. Aos poucos, esses grupos

foram reivindicando, junto ao poder público, condições dignas de moradia, até conquistarem os primeiros conjuntos habitacionais que ficaram conhecidos como Aldeias Urbanas (AU) (Silva; Bernardelli, 2016).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a capital contava com 5.898 (cinco mil, oitocentos e noventa e oito) pessoas que se autodeclararam indígenas; dados mais recentes apontam que esse número saltou para 18.439 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove) pessoas autodeclaradas indígenas, representando um aumento de 313,63%, ocorrido na última década (IBGE, 2022). A figura 3 apresenta tais dados.

Figura 3 - Evolução da População indígena em Campo Grande – MS (2010-2022)



Fonte: IBGE (2010; 2022). Org.: autora.

O processo de migração indígena para áreas urbanas é marcado por questões históricas e contínuas, motivado pela busca por melhores condições de vida, sendo acompanhado por desafios significativos, que se manifestam na adaptação cultural e na manutenção da identidade étnica em área urbana.

As Aldeias Urbanas (AU), conforme a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb), não representam uma área indígena demarcada, mas apresentam núcleos indígenas, onde os indígenas residem. Essas comunidades

representam importantes centros de preservação cultural e são fundamentais para compreender a diversidade étnica e as raízes históricas presentes na região, destacando a riqueza e a relevância das culturas originárias para o contexto local.

Esses territórios estão distribuídos na periferia da cidade. De acordo com a Secretaria de Estado da Cidadania (SEC), atualmente existem vinte e quatro aldeias urbanas registradas pelo órgão, sendo distribuídas nas sete regiões urbanas do município: Segredo, Prosa, Imbirussu, Bandeiras, Anhanduizinho, Centro e Lagoa. Nessas territórios encontramos aldeias e associações como Água Bonita, Darcy Ribeiro, Paravá, Marçal de Souza, Estrela da Manhã, Novo Dia, Água Funda, Peyo Kaxe, Jardim Inápolis, Tarsila do Amaral, Vivendas do Parque, Nova Canaã, Portal Caiobá, Indubrasil, Ceramista, Inamati Koxoneti, Kadweu, Roda Velha, Bordon, Associação Noroeste, Nova Lima (no bairro Nova Lima), Jardim Aeroporto, Corredor Nova Lima, Comunidade Tijuca e Dalva de Oliveira, totalizando um panorama complexo e diverso da ocupação indígena na malha urbana. O Quadro 5 apresenta esta distribuição na cidade.

Quadro 5 - Campo Grande – MS: Comunidades Indígenas por Região Urbana.

Região Principal	Bairro(s) Associado(s)	Comunidade / Aldeia	População (Total de Pessoas)
Segredo	Nova Lima, Nasheville	Água Bonita	712
		Tarsila do Amaral	200
		Nova Canaã	90
		Nova Lima	100
		Corredor Nova Lima	100
Prosa	Noroeste, Tiradentes	Darcy Ribeiro	300
		Marçal de Souza	607
		Estrela da Manhã	290
		Água Funda	400
		Ceramista	150
Imbirussu	Vila Romana,	Associação Noroeste	100
		Parava	560

	Santa Mônica, Jd. Inapolis, Vila Bordon, Imbirussu	Novo Dia Jd. Inápolis Indubrasil Roda Velha Bordon Jardim Aeroporto	350 240 180 200 100 250
Bandeiras Centro	Vivenda Parque, Tiradentes Vila Planalto	Vivenda do Parque Dalva de Oliveira Peyo Kaxe	80 190 280
		Portal Caiobá Inamati Koxoneti Kadiwéu Comunidade Tijuca	100 100 80 120 135
Lagoa			
Anhanduizinho	Aerorrancho	Família Polidorio	

Fonte: SEC, 2025.

Considerando-se esses dados, podemos destacar que o processo de migração indígena para áreas urbanas ocorre de forma contínua, impulsionado por diversos fatores, especialmente a busca por melhores condições de vida. A concentração de uma parte significativa da população indígena no município pode ser vista pelo quantitativo informado pelo IBGE (2022), de 18.439 indígenas, enquanto a população vivendo em Aldeias Urbanas representa 6.044 indígenas. Tais dados revelam que uma parcela significativa dos indígenas reside de forma mais dispersa nos demais bairros da capital, não se concentrando apenas nas áreas das “aldeias”, em que há uma concentração étnica (Figura 4).

Jesus, sendo ela reconhecida como símbolo de luta e resistência para o povo afrodescendente na região. A formação da comunidade se deu pela participação de vários grupos de ex-escravizados vindos das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Oliveira, 2019).

A Figura 5 apresenta o monumento em homenagem à Tia Eva, presente no Quilombo que lhe rende homenagem.

Figura 5 - Homenagem a Tia Eva.



Fonte: Paula Maciulevicius/SEC (2025).

Essas interações foram de vital importância para o nascimento da Comunidade Tia Eva, assim como para sua conformação identitária, tendo em vista, como observam Silva e Martins (2014, p. 289): “A construção da identidade de um grupo está diretamente associada ao conhecimento que este mesmo grupo possui de sua história. Não pode haver construção de uma identidade sem que saibamos quem somos”.

Compreender a influência de Tia Eva para a formação da comunidade foi fundamental para amparar o processo de autoafirmação quilombola e seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Posteriormente, os descendentes de Comunidade Tia Eva começaram a reivindicar seus direitos para sua

regulamentação junto ao INCRA, onde conseguiram o título de território quilombola (Oliveira, 2019).

Anteriormente à regulamentação do território, um marco importante para a preservação do patrimônio foi o tombamento da Igreja de São Benedito em 1996, estabelecido por uma Lei Municipal. Como destaca Oliveira (2019, p. 41), ‘É importante observar que o tombamento da Igreja de São Benedito foi efetivado pela Lei Municipal n. 3523, de 15/06/1996, e pela Resolução/SECE, de 07/05/1998, reconhecendo sua importância simbólica e histórica’.

No entanto, mesmo com o reconhecimento de sua importância cultural e histórica, a Comunidade Tia Eva passou enfrentar novas pressões no contexto da expansão territorial urbana da capital a partir da década de 1970.

Para Santos (2014), a partir dos anos de 1970, a cidade de Campo Grande passou a vivenciar um processo de expansão territorial, decorrente do processo de urbanização, havendo mudanças expressivas que vieram a impactar a Comunidade Tia Eva. Surgiram loteamentos em todo o entorno, que passariam a ser ocupados por classes socioeconômicas de baixos rendimentos e a ausência de documentação da propriedade do sítio pela comunidade imporia a determinação de abertura de ruas de ligação entre os bairros.

Foi na década de 1970 que ocorreu uma explosão do tecido urbano de Campo Grande, “momento em que surgiram os grandes loteamentos afastados do centro comercial, destinados, na sua maioria, a abrigar a população de baixa renda que se dirigia em fluxos cada vez maiores para a cidade.” (PLANURB, 2005, p. 41). Na época, fazendas e chácaras da região do “Sítio de Comunidade Tia Eva” foram substituídas pelos grandes loteamentos dos bairros Nasser, Monte Castelo, Portal do Gramado, Vila Saraiva, Vila São Roque, Otávio Pécora e Jardim Seminário I e II, criados para abrigar a população de baixa renda de Campo Grande (SANTOS, 2014, p. 311).

Os hábitos e cultivos camponeses que eram praticados pelos descendentes, bem como a venda dos alimentos plantados foi severamente afetado neste processo de “regularização urbana”. Como forma de homenagear a fundadora, foi construída uma via (principal) com o nome Rua Eva Maria de Jesus, que cortou o sítio e onde estão localizados o centro comunitário e a igreja. A Figura 6 destaca a Rua Eva Maria de Jesus na Comunidade Quilombola Comunidade Tia Eva.

Figura 6 - Comunidade Quilombola Comunidade Tia Eva.



Fonte: Google Earth, 2025. Org.: A autora.

Com um traçado linear de aproximadamente 500 metros, a rua em questão conecta a comunidade com outros parcelamentos, abrigando os dois principais marcos identitários da coletividade, como o Centro Comunitário Comunidade Tia Eva e a Capela de São Benedito. Essa rua compõe uma linha dorsal que materializa no espaço a resistência de uma comunidade negra que teceu sua história no espaço urbano de Campo Grande.

Acerca da identidade cultural da Comunidade Tia Eva, ela pode ser manifestada em diversas atividades culturais, como no caso o festejo a São Benedito, essa prática serve como ponto de união e reafirmação da fé e da herança deixada por Comunidade Tia Eva. A religiosidade se revela como elemento central na vida da comunidade, desde os seus primórdios.

No que diz respeito à constituição histórico-cultural e religiosa, Matos e Kashimoto (2003, p. 11-12), entendem que “... a história dessa comunidade destaca a religião como um dos aspectos culturais de grande relevância para a referência do passado local, ao mesmo tempo em que mantém viva a continuidade de cumprimento

de uma promessa”. Nesse contexto, a história da comunidade expressa-se, também, pelo viés religioso; viés este que compõe parte dos constructos identitários dos moradores da Comunidade Tia Eva e se expressam por meio da territorialidade presente, nos símbolos existentes e nos seus significados.

Mais recentemente, esse processo de autoafirmação e luta pela terra alcançou um desfecho histórico. Em 18 de setembro de 2025, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu oficialmente, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, as terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Eva Maria de Jesus⁶. A medida declarou como território quilombola uma área de 21,59 hectares, divididas em seis glebas⁷, abrangendo vias fundamentais como a Rua Eva Maria de Jesus e trechos próximos ao Parque Linear do Segredo.

Este território quilombola também irá contar com um investimento de R\$32 milhões para a construção de 300 casas para as famílias da comunidade. Como vemos na reportagem (Figura 7), a ministra Simone Tebet, caracteriza esse investimento para o Condomínio Quilombola Tia Eva como uma ação de justiça social e governança colaborativa, numa tentativa de reparação estatal aos descendentes do quilombo.

⁶ O reconhecimento oficial da Comunidade Eva Maria de Jesus/Tia Eva pelo Incra, em 18 de setembro de 2025, faz parte de um conjunto de medidas de reparação histórica que incluiu também os territórios de Patioba (SE) e Penteado (MA), totalizando o reconhecimento de 3,1 mil hectares de terras quilombolas em território nacional. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Incra reconhece terras de comunidades quilombolas em três estados**. Brasília, DF: Incra, 23 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-reconhece-terras-de-comunidades-quilombolas-em-tres-estados>. Acesso em: 26 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-reconhece-terras-de-comunidadesquilombolas-em-tres-estados>. Acesso em: 26 jan. 2026.

⁷ Segundo Deutsch e Couri (2013), define-se como **Gleba** Urbanizável todo o terreno em zona urbana ou de expansão urbana, cujo aproveitamento eficiente depende de parcelamento e urbanização, tendo, em princípio, uma área superior a 10.000,00 m².

Figura 7- Recorte jornalístico sobre política habitacional voltada a comunidades quilombolas urbanas.



Fonte: FRAIHA, M. (Campo Grande News, 2025)

Contudo, sob a visão de Porto-Gonçalves (2006), esse processo visto como desenvolvimento envolve uma complexa reestruturação do território, tendo em vista o formato condomínio proposto pela política pública, a re-existência quilombola se reestrutura na forma de um planejamento urbano moderno, para permanecer definitivamente em seu território. Quais os impactos que serão sentidos na territorialidade construídas ao longo do tempo e das lutas travadas para permanecer no território? Não temos respostas para a questão, mas não temos dúvidas de que isso trará mudanças importantes na comunidade, em sendo efetivamente implantado.

2.4. Caminhos trilhados na construção da pesquisa: a metodologia empregada

A pesquisa é de natureza aplicada, realizada no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo geral de identificar as manifestações de racismo ambiental contra comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas). A investigação buscou compreender como esses grupos percebem e vivenciam as desigualdades socioespaciais e como avaliam a presença de políticas públicas nesses locais.

Os sujeitos da pesquisa são representados pelos moradores das comunidades tradicionais, também foram entrevistados representantes de órgãos municipais e estaduais responsáveis por implantar ou gerenciar políticas públicas voltadas a essas

comunidades. Dessa maneira o percurso metodológico desta pesquisa está dividido nas seguintes etapas: I) classificação da pesquisa, II) instrumentos de coleta e III) análise de dados.

A partir do número de imóveis urbanos existente nas comunidades selecionadas faremos a aplicação dos questionários com um grau de confiança de 95%, sendo que na comunidade Tia Eva aplicaremos um percentual de 63,33% (38 lotes) e na Aldeia Marçal de Souza 46,96% (54 lotes).

Tendo vista as duas comunidades específicas, adotaremos o procedimento de amostragem simples, como destaca Lima Filho:

É o processo mais elementar. O método se fundamenta no princípio de que todos os membros de uma população têm a mesma probabilidade de serem incluídos na amostra pois é indicado para populações homogêneas em suas respectivas comunidades (Lima Filho, s.d . p. 18).

Conforme Barbetta (2012), para determinar o tamanho mínimo de uma “[...] amostra aleatória simples precisamos ter uma lista completa dos elementos da população, esse tipo de amostragem consiste em selecionar a amostra através de um sorteio, sem restrição” (Barbetta, 2012, p.45).

Dessa maneira:

A amostragem aleatória simples tem a seguinte propriedade: qualquer subconjunto da população, com o mesmo número de elementos, tem a mesma probabilidade de fazer parte da amostra. Em particular, temos que cada elemento da população tem a mesma probabilidade (dada por n/N) de pertencer à amostra. (Barbetta, 2012, p.45).

Dessa forma, para fazermos o cálculo amostral para obter o tamanho mínimo da amostra, utilizou-se a seguinte fórmula estatística:

N = tamanho (número de elementos) da população;

n = tamanho (número de elementos) da amostra;

n_0 = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra e

E_0 = erro amostral tolerável.

Um primeiro cálculo do tamanho da amostra pode ser feito, mesmo sem se conhecer o tamanho da população, através da seguinte expressão:⁷

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Se a população for muito grande (digamos, mais que vinte vezes o valor calculado n_0), então n_0 já pode ser adotado como tamanho da amostra ($n = n_0$). Caso contrário, é sugerida a seguinte correção:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Aplicando essas fórmulas na Comunidade Tia Eva temos o seguinte resultado.

$N = 60$ lotes

E “0” erro amostral tolerável = 10% E ($E_0 = 0,10$)

$n_0 = 1/(0,10)^2 = 100$

$N = 60$ lotes

$n = (60 \cdot 100)/(60 + 100) = 37,5$ lotes

Amostra= 38 lotes

Arredondamos o resultado para cima, resultando em um tamanho de amostra de 38 lotes. Isso nos permite ter um nível de confiança de 95%, com uma proporção estimada de 63,33% da amostra.

Aplicando essas fórmulas na Comunidade Urbana Aldeia Marçal de Souza, temos o seguinte resultado.

$N = 115$ lotes

E 0 erro amostral tolerável = 10% E ($E_0 = 0,10$)

$n_0 = 1/(0,10)^2 = 100$

$N = 115$ lotes

$n = (60 \cdot 100)/(115 + 100) = 53,49$ lotes

Amostra= 54 lotes

Observamos, com base nos cálculos, que na Aldeia Marçal de Souza, com seus 115 lotes aplicando um grau de confiança de 95%, o tamanho da amostra necessária é de 54 lotes. Essa amostra representa 46,96% da amostra total desta comunidade.

Com base nesses cálculos pudemos entrevistar as comunidades de acordo com cada amostra e mantivemos um nível de confiança de 95%, com a margem de erro de 10%. O processo de amostragem da seleção será aleatório dos lotes urbanos das comunidades, com critérios de substituição em caso de recusa, os questionários também envolveram cada representante dos órgãos governamentais e secretarias municipais.

Para assegurar a confidencialidade e a privacidade do/as participantes de pesquisa, a coleta foi realizada no ambiente das comunidades, apenas com a presença da pesquisadora. Somente a pesquisadora e o orientador responsável tiveram acesso integralmente aos dados. Os resultados das análises foram tratados por meio de *softwares* relacionando variáveis, conteúdos de falas e códigos de identificação. Todo e qualquer dado publicado resguardou a identidade dos participantes, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018 (BRASIL, 2018).

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa (quali-quant), como lembra Triviños (1987), alguns estudiosos veem a pesquisa qualitativa como uma "expressão genérica". O estudo abrange atividades de investigação que podem ser designadas de maneira específica, ao mesmo tempo em que compartilham características comuns com outros procedimentos geralmente empregados.

A propósito da menção à pesquisa qualitativa, Brandão (2001) esclarece que essa modalidade de captação de dados relaciona-se à vida sociocultural dos sujeitos, envolvendo os processos de significação que os indivíduos conferem às suas vivências, experienciadas na realidade concreta e nos meandros simbólico-culturais do mundo social. A pesquisa qualitativa tende a refletir a compreensão que as pessoas têm do mundo. "Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa" (Brandão, 2001, p. 13).

Não obstante, ainda que haja oposição entre os métodos qualitativo e quantitativo, ambas as abordagens são relevantes na produção do conhecimento, e quando associadas, tendem a enriquecer o trabalho realizado em razão da maior abrangência de dados, bem como são maiores e mais substanciais as interpretações produzidas nesse contexto (Minayo, 2009).

Nas palavras de Minayo (2009, p. 22):

Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam criar modelos, descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Entre elas há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações.

Essa concepção auxilia na compreensão do escopo de ações possíveis para o pesquisador que busca interpretar a realidade sob uma abordagem qualitativa (Triviños, 1987), articulada à abordagem quantitativa para compor um quadro interpretativo mais amplo do fenômeno estudado. Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa permitiu captar as percepções dos sujeitos participantes, enquanto a abordagem quantitativa possibilitou sistematizar informações sobre perfil socioeconômico, infraestrutura, serviços públicos e percepção ambiental. Ao todo, foram aplicados 92 questionários junto às comunidades pesquisadas e realizadas oito entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias e representantes de órgãos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à abordagem quantitativa, Pocinho e Matos (2022) defendem que ela nos permite encontrar as variáveis mensuráveis e suas relações com o objeto de pesquisa. Por meio desse método de pesquisa, verificam-se “[...] as variáveis propostas a serem estudadas e como se relacionam, identificam a população alvo/participantes, serão utilizadas expressões como: comparar, determinar, analisar, avaliar”; já nas pesquisas de caráter qualitativo, “[...] vão ser identificados o fenômeno central, o local onde ocorre a investigação, e são usados os termos como compreender, descrever, explorar”. (Pocinho; Matos, 2022, p. 7).

Nesse estudo, a pesquisa quantitativa serviu para delimitar os grupos vulneráveis a partir de dados demográficos, das moradias e da renda dessa amostra. Já do ponto de vista qualitativo, o foco recaiu na descrição desses processos, além de explorar as experiências do público-alvo em relação à temática investigada.

A descrição também foi empregada, pois como destaca Gil (2008, p. 28): “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Desse modo, o estudo de caso analisou e descreveu como o público-alvo vivencia e percebe o racismo ambiental, além de avaliar as políticas públicas dos órgãos responsáveis.

Os instrumentos de coleta de dados compreenderam a aplicação de 92 questionários, em formato físico e por meio do Google Forms, junto aos moradores das duas comunidades estudadas. Também foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias e representantes de órgãos municipais, estaduais e federais, totalizando 100 participantes. Essa composição

permitiu reunir dados quantitativos e qualitativos, assegurando diversidade de perspectivas para a análise da vulnerabilidade socioespacial e das manifestações de racismo ambiental.

As categorias de análise foram construídas de forma articulada entre o referencial teórico e o material empírico produzido em campo. Inicialmente, foram consideradas categorias orientadoras, como território, vulnerabilidade socioespacial, infraestrutura, serviços públicos, arborização, lazer, saúde ambiental, pertencimento, reconhecimento territorial e políticas públicas. Posteriormente, com a organização das entrevistas no software MAXQDA, as falas foram codificadas a partir de recorrências temáticas, permitindo identificar aproximações e diferenças entre os discursos de moradores, lideranças comunitárias e representantes institucionais. Esse procedimento possibilitou relacionar os dados qualitativos às informações quantitativas, aos mapas e aos registros de campo, buscando evitar uma leitura apenas descritiva ou confirmatória dos dados.

Para reduzir possíveis vieses interpretativos, a análise buscou triangular diferentes fontes de informação: questionários, entrevistas, dados secundários, observação de campo, registros fotográficos e produção cartográfica. Desse modo, a interpretação das manifestações de racismo ambiental não se baseou apenas na constatação de carências urbanas, mas na relação entre essas carências, a trajetória histórica dos territórios, a condição étnico-racial das comunidades e a seletividade das ações públicas. Essa estratégia metodológica permitiu distinguir indicadores de vulnerabilidade socioespacial de sua interpretação como expressão de racismo ambiental.

Os procedimentos de coleta incluíram o uso de gravador e de registros fotográficos da área em estudo, visando documentar a realidade socioespacial das comunidades. A abordagem qualitativa focou nas percepções e vivências, a abordagem quantitativa foi empregada para tabular dados estatísticos referente à percepção dos moradores. Todo o material bruto, incluindo gravações e registros fotográficos está armazenado em ambiente de nuvem (*Google Drive*).

Para assegurar a confidencialidade e a privacidade do/as participantes de pesquisa, as entrevistas foram realizadas em ambiente protegido, apenas com a presença da pesquisadora. Só possuem acesso aos dados a pesquisadora e a orientadora responsável. Buscamos trabalhar com os dados gerados, bem como os

resultados das análises, de forma clara e objetiva, sendo que, após sua análise, o material será guardado por cinco anos, pela pesquisadora, em uma pasta (arquivo nuvem) em *drive* institucional e com senha, cujo acesso é permitido somente à mesma e à orientadora do estudo, em conformidade com a Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 9º, Inciso V; Artigo 17, Inciso IV (CNS, 2016), da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Desse modo, na condução desta pesquisa, todo e qualquer dado publicado resguardará a identidade dos participantes, bem como qualquer menção específica que possa levar à sua identificação, como apelidos, endereços específicos ou características pessoais, observando as orientações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018 (Brasil, 2018) e ao Comitê de Ética em Ciências Humanas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

2.5. Sujeitos da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados

Os sujeitos da pesquisa foram compostos por 100 participantes, distribuídos em três grupos principais. O primeiro grupo foi formado por 54 moradores da Aldeia Urbana Marçal de Souza. O segundo grupo reuniu 38 moradores da Comunidade Quilombola Tia Eva. O terceiro grupo foi composto por oito participantes, incluindo lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais vinculados às políticas direcionadas às comunidades tradicionais. Entre os órgãos consultados, destacam-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Secretaria de Estado da Cidadania (SEC), a Subsecretaria de Políticas Públicas para os Povos Originários, a Subsecretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial, a Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos, as coordenadorias municipais voltadas à promoção da igualdade racial e à defesa das populações indígenas, além da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB).

A definição da amostragem baseou-se no levantamento dos imóveis urbanos existentes nas áreas de estudo, totalizando 60 lotes na Comunidade Tia Eva e 115 lotes na Aldeia Urbana Marçal de Souza. A partir desse universo, aplicou-se cálculo amostral com grau de confiança de 95%, o que resultou na definição de 38 questionários para a Comunidade Tia Eva e 54 questionários para a Aldeia Marçal de

Souza. Essa distribuição buscou assegurar representatividade em relação às especificidades observadas empiricamente em cada comunidade.

Sobre as duas comunidades específicas, adotamos o procedimento de amostragem aleatória simples, como destaca Lima Filho (s.d., p. 18), que se constitui no mais elementar no contexto do processo: “O método se fundamenta no princípio de que todos os membros de uma população têm a mesma probabilidade de serem incluídos na amostra pois é indicado para populações homogêneas em suas respectivas comunidades”.

O procedimento de sorteio dos lotes fundamenta-se no fato de que qualquer membro da comunidade possui a mesma probabilidade para compor a amostra. Em conformidade com essa premissa, realizou-se o sorteio dos lotes a serem visitados utilizando como base a localização geográfica das áreas.

Gil (2008, p. 121) também recomenda a amostra aleatória simples, com uso de sorteio:

[...] por amostragem casual, randômica, accidental etc. Consiste basicamente em atribuir a cada elemento do universo um número único para, depois, selecionar alguns desses elementos de maneira casual. Para realizar este sorteio, são utilizadas as tábuas de números aleatórios, que são constituídas por números apresentados em colunas, em páginas consecutivas [...].

Ressaltamos que a combinação da amostragem aleatória simples com o sorteio visou assegurar a imparcialidade e representatividade na condução da pesquisa. Essa abordagem metodológica reforça a validade dos resultados, pois a amostra selecionada tenderá a espelhar as características da população total das comunidades estudadas. No entanto, cumpre observar que a execução prática do campo impôs ajustes ao planejamento inicial. Durante as visitas, registraram-se casos de ausência de moradores ou recusa em participar, o que caracteriza o fenômeno da não resposta. Nesses casos ocorreu a substituição a partir de nova seleção.

Esta pesquisa visa o grau máximo de benefícios aos participantes, a comunidade envolvida, aos acadêmicos envolvidos e aos gestores locais, tendo em vista que, após análise das entrevistas, poderemos utilizar os dados para amparar reflexões sobre políticas públicas realizadas e futuras, voltadas para realização de políticas públicas, tais como implantação de infraestrutura, que sejam orientados por

qualidade ambiental, e que atendam às demandas locais e melhorem a vida dos residentes em comunidades tradicionais da cidade.

Outrossim, também pretendemos disponibilizar os resultados às comunidades após a defesa pública da dissertação, compartilhando os resultados e, caso possível, apresentando aos mesmos o trabalho finalizado.

2.6. Rugosidade da fé e Re-existir (Festa de São Benedito)

Durante a realização das entrevistas que ocorreram entre os meses de abril a junho de 2025, a pesquisa de campo foi enriquecida pelo convite para participar da festividade do padroeiro da comunidade, ocorrida em maio. Essas celebrações constituem-se em um marco de resistência e territorialidade deixadas pela Comunidade Tia Eva e sua liderança ancestral, cuja tradição completou 106 anos nesta edição (2025), demonstrando como a cultura permanece ao longo do tempo.

Essas manifestações ocorrem em espaços específicos da Comunidade que, na visão de Santos (2006), podem ser denominadas como rugosidades, isto é, que podem ser compreendidas como resíduos do passado que se materializa no presente sob forma de paisagem e espaço construído, sendo que sobrevivem aos processos históricos de supressão e superposição.

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (Santos, 2006, p. 92).

Na Comunidade Tia Eva, essa perspectiva permite interpretar as manifestações religiosas e a própria igreja como elementos da paisagem que não são estáticos, mas como rugosidades que estão presentes na memória e na resistência quilombola. São símbolos que reafirmam o pertencimento e valorizam as lutas empregadas para a manutenção das memórias ancestrais no território.

A territorialidade fica evidenciada no espaço vivido (Raffestin, 1993), compondo um espaço multidimensional, sendo que a apropriação do território envolve dimensões políticas, econômicas e culturais (Haesbaert, 2004).

A festa de São Benedito começa com a promessa de Eva Maria de Jesus, ela falece em 1926, mas esse legado que ela deixou continua até os dias de hoje. É uma festa muito importante da cultura afro-brasileira na Capital, que serve para reunir e confraternizar. Então, são as redes quilombolas, as redes da cultura africana, que são expressas através dessa festa aqui na cidade, e ela tem um simbolismo muito grande', explica. (Vânia Baptista entrevista Brasil, 2025) ⁸

A Festa de São Benedito é uma comemoração que ocorre todos os anos no mês de maio, inicia-se na lua cheia em data próxima ao dia 13 desse mês e tem duração de mais de dez dias (Diacópulos, 2022). Em 2025 começou no dia 09 de maio e encerrou-se no dia 24 do mesmo mês.

A cerimônia em 2025 celebrou a 106ª edição, que ao longo das décadas expressa as manifestações culturais presentes na comunidade, com devoção ao Santo Benedito. A cerimônia iniciou-se com missa de abertura, na ocasião estavam presentes moradores da comunidade, parte dos quais possui ascendência direta com Eva Maria de Jesus (a fundadora da Comunidade Tia Eva). Após a missa ocorreu um evento com apresentações musicais e, na parte externa, havia uma feira cultural e gastronômica com aproximadamente 20 barracas.

Nos dias seguintes estavam previstas diversas programações, como a realização de novena a São Benedito, às 19 horas, durante esses dias de festividade. Também ocorreu apresentações musicais de diversos gêneros (samba e sertanejo).

A celebração continuou, nos dias seguintes, com terço, queima da fogueira e o levantamento do mastro; no sábado e no domingo ocorreu o encerramento das festividades, incluindo a final do campeonato de futebol com times locais, uma confraternização comunitária, outras apresentações culturais e a descida do mastro que marca o ritual de encerramento. Para os moradores a comemoração não se restringe apenas à devoção, como se torna o momento de confraternização na

⁸ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica. Promessa que atravessa gerações: Festa de São Benedito movimenta comunidade Tia Eva. Campo Grande: SEC, 2025. Disponível em: <https://www.sec.ms.gov.br/promessa-que-atraversa-geracoes-festa-de-sao-benedito-movimenta-comunidade-tia-eva/>. Acesso em 20 de maio 2025.

comunidade, de aproximação maior entre os residentes e de reafirmação de suas lutas.

A Figura 8 apresenta registros da festividade, com a missa de abertura em devoção a São Benedito.

Figura 8 - Missa de abertura aos festejos de São Benedito.

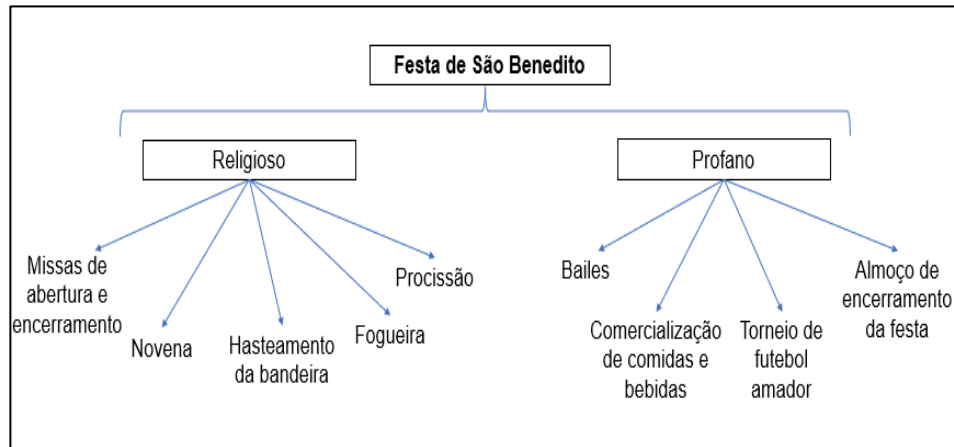


Fonte: (Org.: Autora).

Segundo o historiador Jorge Ribeiro Diacópulos, a festa constitui-se como uma celebração em que as categorias aparentemente antagônicas (religioso e profano) se imiscuem e se interpenetram no decorrer dos dez dias da realização da festa (Diacópulos, 2022).

Na Figura 8, observa-se a disposição simbólica de elementos que compõem a festa de São Benedito. O autor chama atenção para as convergências entre o sagrado e o profano em um mesmo espaço, a exemplo das novenas (elemento sagrado) e dos bailes (elemento profano); sem esquecer, contudo, que essa convergência não anula o caráter simbólico-religioso da homenagem ao Santo.

Figura 9 - Quadro Geral Da Festa De São Benedito



Fonte: Diacópulos (2022, p. 89)

A Festa de São Bendito constitui um elemento de identidade cultural da Comunidade Tia Eva, onde as tradições afro-brasileiras são mantidas vivas, fortalece os laços de pertencimento e de resistência cultural da comunidade quilombola. O evento resgata o legado cultural, promovendo a interação social, observamos a convivência religiosa, como as novenas, missas e as manifestações culturais, como as apresentações musicais e feiras gastronômicas, evidenciando a complexidade e profundidade das tradições da festa. Assim, a festa ao santo se configura como um rito de resistência cultural e um reflexo da vitalidade da Comunidade Tia Eva, reforçando sua relevância histórica e social.

A Figura 10 registra a Igreja de São Benedito, cuja construção foi motivada pela promessa feita pela matriarca, Eva Maria de Jesus, ainda em solo mineiro, na esperança pela sua liberdade e de sua família (Santos, 2014).

Figura 10 - Igreja de São Benedito.

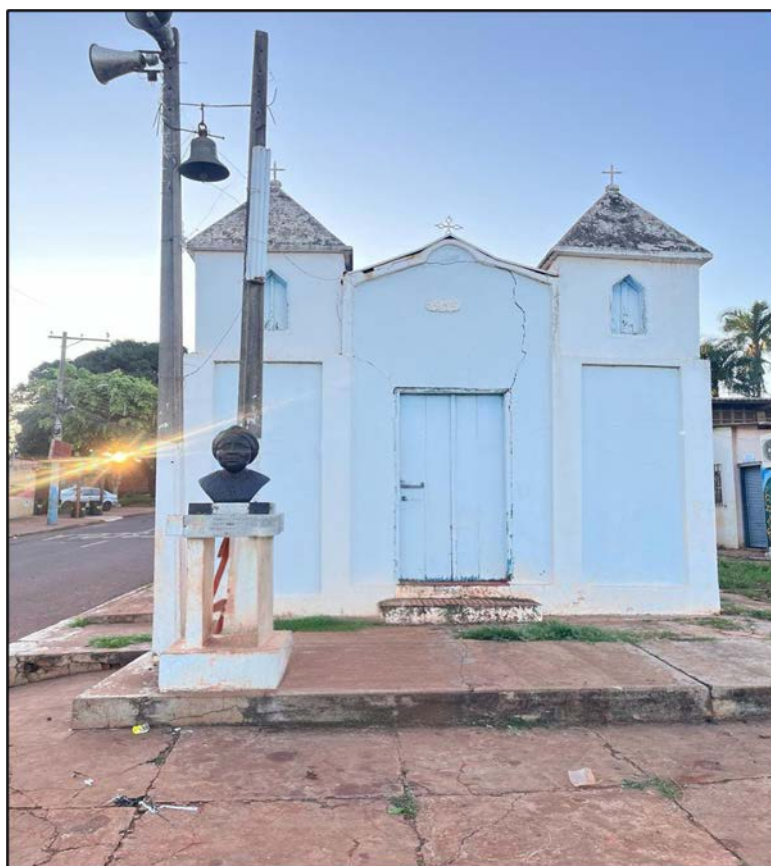


Foto: Selma Araujo (2025).

Entretanto, cabe mencionar a luta persistente da comunidade junto ao Ministério Público para a revitalização da Igreja de São Benedito, patrimônio cultural de Campo Grande, que perdura há anos. A Igreja de São Benedito oficialmente é tombada como patrimônio histórico e cultural municipal em (1996) e estadual em (2022), enfrenta um longo período de abandono e deterioração física, marcada por rachaduras e desgastes estruturais que simbolizam o abandono do estado e promove a invisibilidade institucional.

A Figura 10 revela as condições precárias da Igreja São Benedito, que vem se degradando com o passar dos anos, conforme a reportagem de Natalia Yahn para o Correio do Estado em 2018, o monumento chegou ao colapso estrutural, sendo objeto de investigação da 26ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente. O risco de desabamento, denunciado pelo bisneto da fundadora, Sr. Michael, revela uma das faces do racismo ambiental, por parte do silenciamento institucional que permitiu que esse patrimônio permanecesse por quase quatro

décadas esperando a manutenção. A partir de então, com a ação do Ministério Público (MP) em 2018, anuncia-se a verba para a primeira fase da restauração do templo religioso.

Figura 11- Reportagem sobre a Igreja São Benedito (2018).



Fonte: YAHN, N. (Correio do Estado, 2018)

Já na figura 11, a reportagem aponta, ainda em 2018, sobre o processo para a revitalização da igreja, no entanto, até recentemente, essa iniciativa ainda não havia saído do papel. A demora deve-se às questões burocráticas que envolvem as licitações públicas, abertas para as construtoras aptas. Isto demonstra um descaso com um patrimônio público municipal e estadual, mas também a negligência com o território quilombola e um dos seus principais símbolos de resistência.

A Figura 12 traz outra reportagem sobre a Revitalização da Igreja São Benedito.

Figura 12 - Revitalização da Igreja São Benedito (2019).

TIA EVA

Com 108 anos, igreja São Benedito será restaurada

Verba de aproximadamente R\$128 mil deve ser destinada para o projeto

ALÍRIA ARISTIDES

Com diversos danos em sua estrutura, a igreja São Benedito, que fica na comunidade Tia Eva, deve receber apoio financeiro para restauração. O pequeno prédio da igreja - no Jardim Semeadado - é uma das construções tombadas como patrimônio histórico cultural de Campo Grande, mas atualmente sofre com infiltrações e apodrecimento do forro, além de risco de desabamento e incêndio.

Desde sua construção, em 1912, a capela dedicada a São Benedito passou por pequenas reformas e alterações, muitas custeadas por meio de doações. Em novembro de 2018, o local foi alvo de investigação do Ministério Público do Estado (MPMS) para determinar e avaliar os problemas da estrutura, que deveria ser preservada. Foram identificadas instalações elétricas inadequadas e apodrecimento na madeira do forro.

A verba a ser destinada para a restauração da igreja e do seu entorno é proveniente do Fundo Municipal de Investimentos Culturais (FMIC), da



DESABAMENTO. Em novembro do ano passado, investigação do Ministério Público apontou riscos

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. De acordo com o edital, o projeto deve receber a quantia de R\$128.686,37, com previsão de entrega para janeiro de 2020.

Além da restauração do local, outros 34 projetos culturais também foram contemplados com aporte financeiro proveniente do fundo. Entre os critérios para seleção do projeto estão relevância cultural, impacto territorial, criatividade, inovação e singularidade.

IMPORTANTE
Conhecido na comunidade como seu Michel, Sérgio Antônio da Silva, 81 anos, é bisneto da fundadora da comunidade, a ex-escrava Eva Maria de Jesus. O aposentado relata que a última reforma foi feita em 1980, para a instalação do forro e substituição de telhas, na época do ex-prefeito Juvêncio César da Fonseca, falecido recentemente.

"Está precisando muito de uma reforma, é um risco até para quem entra na igreja. A gente reivindica porque é um lugar importante, foi tombado como patrimônio. Faz parte da história da nossa comunidade e também da cidade".

É nos entornos da igreja que a tradicional festa de São Benedito, promovida pela Associação dos Descendentes da Tia Eva, acontece todos os anos. Em 2019, a festividade comemorou sua 100ª edição. "A festa acontece em 100 anos, e Campo Grande tem 120 anos. Isso mostra a importância de preservar esse

Saiba

História
A igreja da Comunidade Tia Eva foi fundada pela ex-escrava Eva Maria de Jesus, como promessa após ser curada de uma grave doença. Em 26 de abril de 2008, a Fundação Cultural Palmares concedeu a Certidão de Autodefinição como Comunidade Remanescente de Quilombos aos descendentes de Tia Eva. Em 1996, a igreja foi tombada pelo município. No dia 5 de maio de 1998, a Igreja de São Benedito recebeu o tombamento definitivo como parte do Patrimônio Histórico de Mato Grosso do Sul.

lugar, porque conta a história da cidade também", afirma seu Michel.

"Vem muita gente de fora para conhecer a comunidade, não só do Estado e do Brasil. Já veio gente dos Estados Unidos, Itália, França. Os turistas vêm para conhecer nossa história. Fico até com vergonha de levar eles na igreja. Mas se for reformado mesmo, vai ser uma alegria receber qualquer um que queira conhecer", comemora.

Fonte:

Aristides, A. (Correio do Estado, 2019)

A Figura 13 traz outros registros da Comunidade, feitos pela autora, que expressam parte dessa territorialidade. O centro comunitário da Comunidade Tia Eva, dedicado à cultura afro-brasileira, recebe nome de "Centro de Difusão da Cultura Afro-Brasileira Tia Eva", local onde a comunidade se encontra para festejar a Festa de São Benedito.

Figura 13 – Igreja São Benedito e Centro comunitário.



Fonte: (Org.: Autora).

As rugosidades presentes na Comunidade Tia Eva constituem-se como espaço-tempo construído, transformando-se em rugosidade/paisagem, revelando ser parte de um território construído por meio de diversas e contínuas lutas. Essa categoria analítica permite compreender que objetos em ruína, como a Igreja São Benedito, não perdem seu *status* espacial; pelo contrário, eles guardam uma relação intrínseca com a totalidade do capital e representam a resistência e a permanência do território quilombola, que desafia a modernização urbana e o apagamento da comunidade.

Em atualização realizada na fase final deste trabalho, em janeiro, verificou-se que o cenário de invisibilidade institucional, que por décadas relegou ao abandono o patrimônio quilombola, mudou drasticamente de configuração no início de 2026. O poder público fará um investimento de R\$2,213 milhões na Comunidade, que está destinado ao processo de requalificação urbana e cultural, com recursos do Estado.

Assim em 2026, a Comunidade Tia Eva⁹ vivencia um marco de justiça reparatória, com o restauro da Igreja e a modernização do salão de festas (Figura 14), espaço dos eventos da comunidade, que permitem ao povo quilombola o seu “lugar de fala e de vivência.

Figura 14 - Restauração da Igreja São Benedito.



Fonte: Topmidia News, Bruno Rezende/Secom (2026).

Na Figura 14 podemos observar um dos descendentes de Tia Eva, verificando os primeiros trabalhos para o restauro.

A Figura 15 apresenta a sinalização presente que identifica a Comunidade.

⁹ MATO GROSSO DO SUL. **Com início das obras, moradores da Comunidade Tia Eva vivem sonho de ver restauro da igreja e entorno.** Campo Grande: Portal MS, 2026. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/com-inicio-das-obras-moradores-da-comunidade-tia-eva-vivem-sonho-de-ver-restauro-da-igreja-e-entorno/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Figura 15 - Placas na Comunidade Tia Eva.



Fonte: (Org.: Autora).

Cabe mencionar que a Comunidade carrega uma forte herança que pode ser expressa pelos sentimentos de pertencimento ao lugar/território, reafirmando as lutas pelos seus direitos. Podemos perceber que as placas de identificação da comunidade estão deterioradas, sendo que essa materialidade expressa o abandono do poder público, e requer maior fiscalização da sociedade.

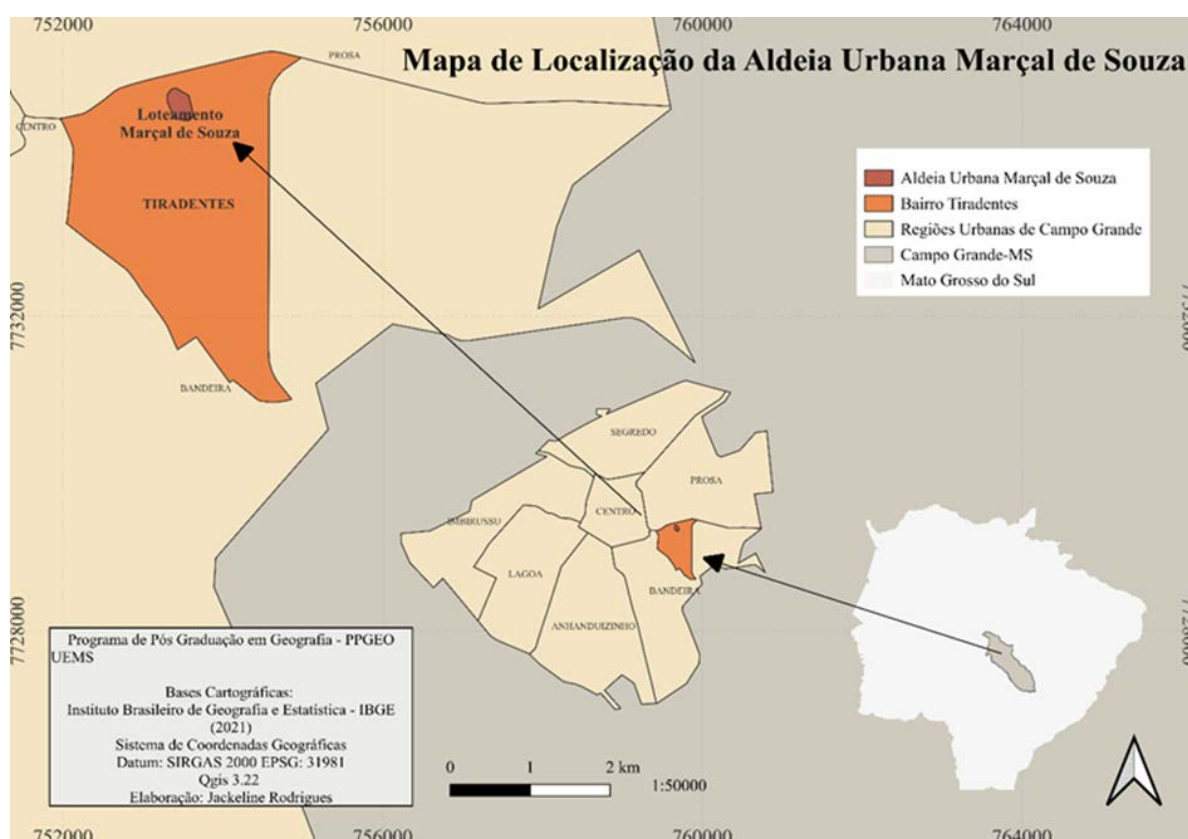
De todo modo, fica evidente que as conquistas obtidas são objeto de muitas iniciativas integradas da Comunidade, reafirmando a importância das lutas em seu processo de resistência para a manutenção de suas memórias e na obtenção de direitos de cidadania, uma das expressões da justiça ambiental.

Na sequência da pesquisa, discutiremos sobre a Aldeia Marçal de Souza, como os indígenas travam suas lutas para conquistar direitos e manter sua identidade.

2.7. Aldeia Marçal de Souza: Resistência e Identidade em Campo Grande

O estado sul-mato-grossense conta com a terceira maior população indígena do país. Fato esse que nos remete a traçar o contexto histórico-espacial da construção da Aldeia Marçal de Souza, que recebeu esse nome em homenagem ao líder indígena Marçal de Souza, assassinado a tiros em 25 de novembro de 1983. O episódio que vitimou Marçal de Souza Tupã'i (pequeno deus), como também era conhecido, ocorreu na noite de uma sexta-feira em sua casa, na aldeia Campestre, no município de Antônio João (MS) (Tetila, 1994). A Aldeia está localizada na Região Urbana do Bandeira, no bairro Tiradentes, zona leste da cidade. A Figura 16 apresenta a situação geográfica desta Aldeia Urbana.

Figura 16 – Campo Grande – MS: Localização da Aldeia Urbana Marçal de Souza.



Fonte: IBGE. Org.: A autora.

A AU Marçal de Souza é reconhecida internacionalmente como a primeira aldeia urbana do Brasil e foi constituída em 1995 por 74 famílias indígenas e 19 não indígenas, registrando uma população de 668 habitantes (IBGE, 2022). Sua

construção foi fruto das lutas de iniciativa do cacique Enir Bezerra, que contou com o apoio da Agência Municipal de Habitação de Campo Grande (EMHA) e de recursos federais do programa Habitar Brasil, em parceria com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Campo Grande (Santana, 2004 *apud* Batistoti e Latosinski, 2019).

A Funai dispunha de um terreno-lote 13 do bairro Desbarrancado - na periferia da malha urbana de Campo Grande, doado em 1973 pela prefeitura para a construção da Casa do Índio. Nos anos 1990, ele foi ocupado por posseiros não índios. Tendo em vista preservar o que entendiam ser seu patrimônio e buscar uma solução para os seus problemas habitacionais, em 1995, 20 famílias terena ocuparam o terreno. (Vietta, 2011, p. 103).

Durante o processo de migração indígena para Campo Grande, conforme destacado por Mussi (2011), que se intensificou entre as décadas de 1960 e 1990, esses povos se estabeleceram majoritariamente nas aldeias Marçal de Souza e Água Bonita.

As aldeias urbanas, apesar do componente cultural que as diferencia e particulariza, padecem de problemas comuns, como ausência de espaço e de equipamentos públicos de lazer; serviços de saúde pública insuficientes (ou inexistentes) para atender à demanda; precárias estruturas de habitação; ausência de infraestrutura básica; ou seja, foram construídas em locais que dificultam a vivência e a continuidade cultural das tradições indígenas. Como observam Batistoti e Latosinski (2019, p. 336) estão: "...localizadas nas periferias da cidade e à margem da sociedade - com exceção da Marçal de Souza que se encontra melhor localizada devido à expansão urbana na região".

Esse processo gerou problemas na organização social da etnia, uma vez que parcela acabou migrando para as cidades, afetando principalmente os jovens e adultos e causando a perda da esperança e da resistência em razão da imposição de ter de deixar seu lar. Por um lado, sua presença nas cidades representa maior visibilidade da causa que defendem e o acesso das crianças e jovens à saúde e educação que, durante muito tempo, foi negado aos indígenas, permitindo maior resistência e organização das lideranças. Por outro lado, entre os desafios colocados aos indígenas estava o fato de que, com saída dessa parcela de seu povo (que migrou), muitas aldeias acabavam ficando com pessoas mais velhas sob seus

cuidados; dificultando a transmissão de saberes tradicionais, devido à ausência de jovens em número considerável.

2.8 A produção socioespacial da aldeia urbana

De acordo com Silva (2022), a presença de povos indígenas nos grandes centros não é um fenômeno recente. Essa migração se deu por diversos fatores, tais como condições precárias nas terras indígenas, relacionadas aos equipamentos sociais disponibilizados e à questões relacionadas à regularização fundiária e à violência. Essa onda de migração tem destaque nas décadas de 1960, ocorrendo diversos fluxos de indígenas para diferentes centros urbanos do país, desde Manaus, Rio de Janeiro, Campo Grande, Curitiba e Brasília.

Entre as motivações relacionadas à dinâmica populacional indígena, Soave (2017) analisa que:

As razões do deslocamento indígena para a cidade são variadas. Pesquisadores e lideranças indígenas apontam para um amplo mosaico de fatores, associados a diferentes situações de contato com sociedades regionais. Exemplos: busca por trabalho, por melhores condições de acesso à saúde e educação; perda de terras tradicionais; conflitos externos e conflitos internos nas aldeias estimulados, muitas vezes, pelo crescimento populacional etc. [...] Quanto às formas de inserção dessas populações em território urbano, há desde indivíduos que migram isoladamente até grupos familiares que se deslocam inteiros para bairros específicos, seguindo uma ampla rede de parentesco (Soave, 2017, p.57 apud Silva, 2022, p.65).

Encontramos relatos interessantes sobre este processo registrados em um *e-book* intitulado “Memórias em Palavras: A cidade na visão de seus prefeitos”, escrito por Maura Buainain, em 2006. A autora entrevistou e registrou as memórias dos ex-prefeitos sobre as principais obras e programas de seus governos. A Aldeia Marçal de Souza é citada pelo ex-prefeito André Puccinelli, tendo em vista a implementação da

Política Municipal de Habitação, pela Lei nº 3429¹⁰, com projetos para reduzir o déficit habitacional em Campo Grande.

Conforme fala do ex-prefeito Puccinelli, uma das metas era o desfavelamento, como consta no trecho destacado:

Outra das nossas metas era investir maciçamente na questão da habitação, porque atingiríamos dois objetivos ao estimular a construção civil: dar trabalho à mão-de-obra menos qualificada, de difícil colocação no mercado e, ao mesmo tempo, alavancar a economia com a venda dos insumos necessários – tijolos, cimento, ferro, portas, caibro, prego etc. Emprego de um lado, teto do outro (Puccinelli, André citado por Buainain, 2006, p.392).

Sobre a área onde a Aldeia Urbana foi construída, o ex-prefeito se lembra como descobriu o local:

O loteamento Marçal de Souza tem uma história engraçada. Convidaram-me ir ao Tiradentes. A cinco minutos da Prefeitura, encontramos uma favelona, um amontoado de gente, detritos jogados onde os moradores tinham decidido, aleatoriamente, que seria a rua. Havia o campinho de futebol e um monte de casas agregadas. Intei-me do assunto. Era uma área que tinha sido destinada, pela municipalidade, à FUNAI. Aqui, quero fazer referência a uma pessoa que não está mais conosco, que faleceu, mas que era o diretor da FUNAI, na época, Sulivam Silvestre de Souza. Graças à interferência dele, aquela área nos foi restituída, porque a FUNAI não pôde construir a Casa do Índio no prazo de dois anos, conforme o estabelecido e, também, porque ele confiava que a municipalidade faria daquela favela um loteamento. **Como a grande maioria dos moradores era índia, procurou-se caracterizar as unidades habitacionais como ocas. Numa visão panorâmica, essas unidades com suas varandas cobertas representam ocas hexagonais.** Além da construção das moradias para 135 famílias, foi feita a urbanização da favela, com abastecimento de água e um Memorial, para que se possa manter a cultura indígena e produzir artesanato que lhes garanta o sustento. Na escola, se ensinam o português e o terena. Professores bilíngues mantêm a tradição cultural de escrita e de fala dos terenais. (Puccinelli, André, citado por Buainain, 2006, p.392 grifo nosso).

Como mencionado pelo ex-prefeito, a aldeia Marçal de Souza ganhou destaque após a sua implantação e eliminação da favela. As Figuras 17 e 18 mostram registros antes e depois da implementação, destacando-se a paisagem da aldeia anterior à construção do programa habitacional e depois de sua implementação. Podemos

¹⁰ Lei nº 3429, de 24 de dez. 1997. Dispõe sobre a Política Municipal de Habitação, e o desenvolvimento de projetos voltados para a redução do déficit habitacional, como o "Mudando para Melhor", "Construindo Legal", "Meu Cantinho", "Casa da Gente", "Aldeia Urbana Marçal de Souza", além da implementação do Programa de Arrendamento Residencial – PAR, em parceria com a Caixa Econômica Federal; e da execução do Projeto Multissetorial Integrado "Viva o seu Bairro", do Projeto Sóter e do Programa Habitar Brasil – BID.

observar a paisagem com os barracos dispostos próximos uns aos outros, com algumas áreas verdes preservadas, a maioria dos quais construídos com madeira.

Figura16-Aldeia Urbana Marçal de Souza: antes da implantação do conjunto residencial

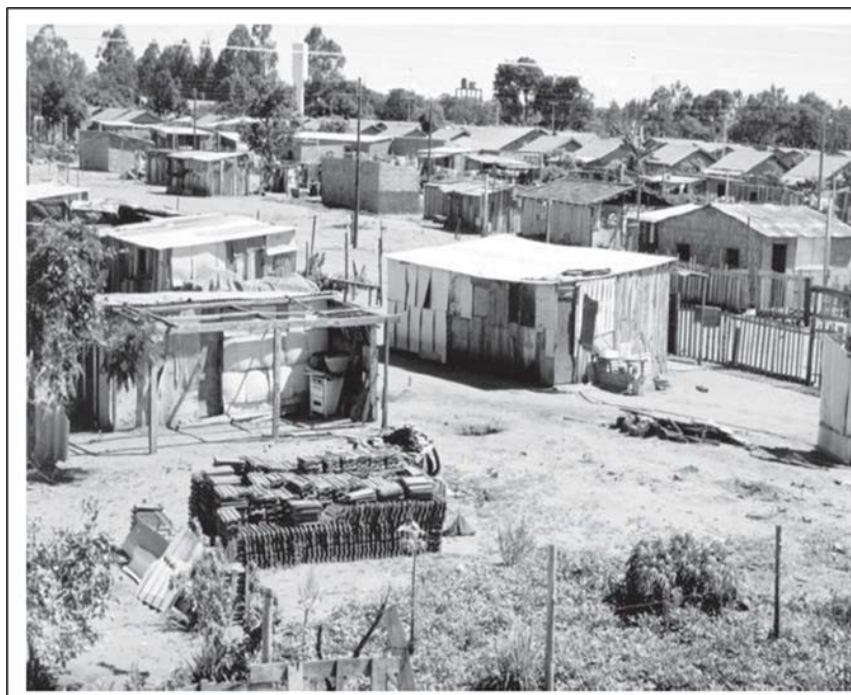


Foto: Elio Taveira (sem ano).

Figura 17- Aldeia Urbana Marçal de Souza: implantação do conjunto residencial

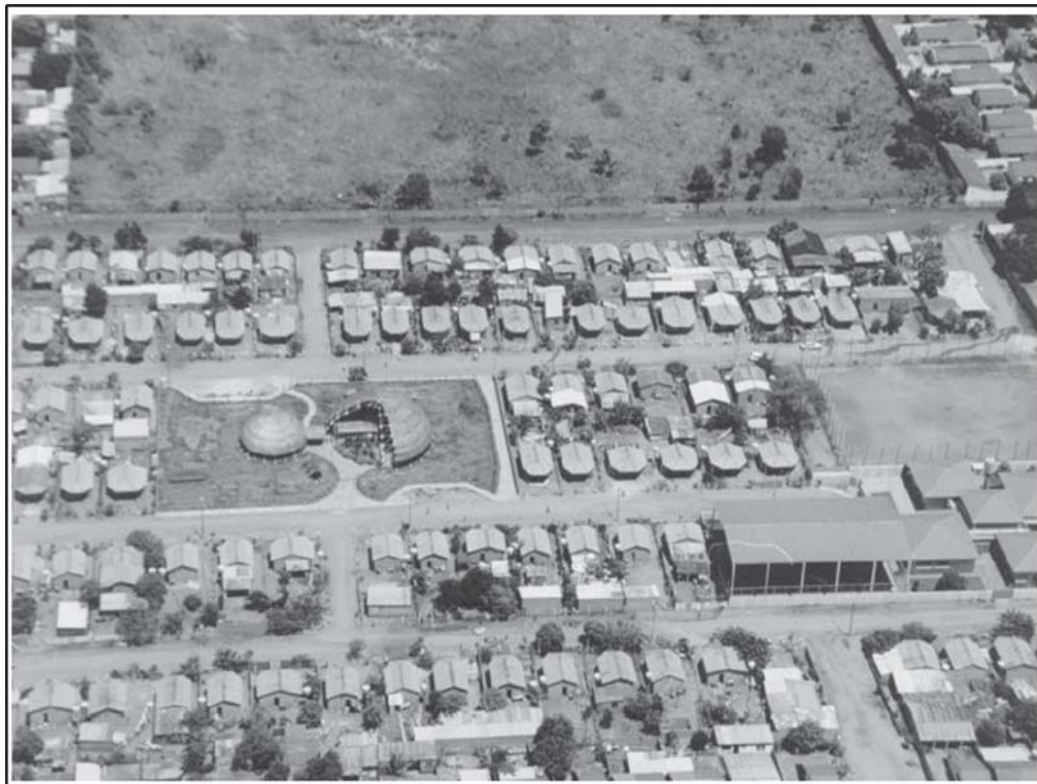
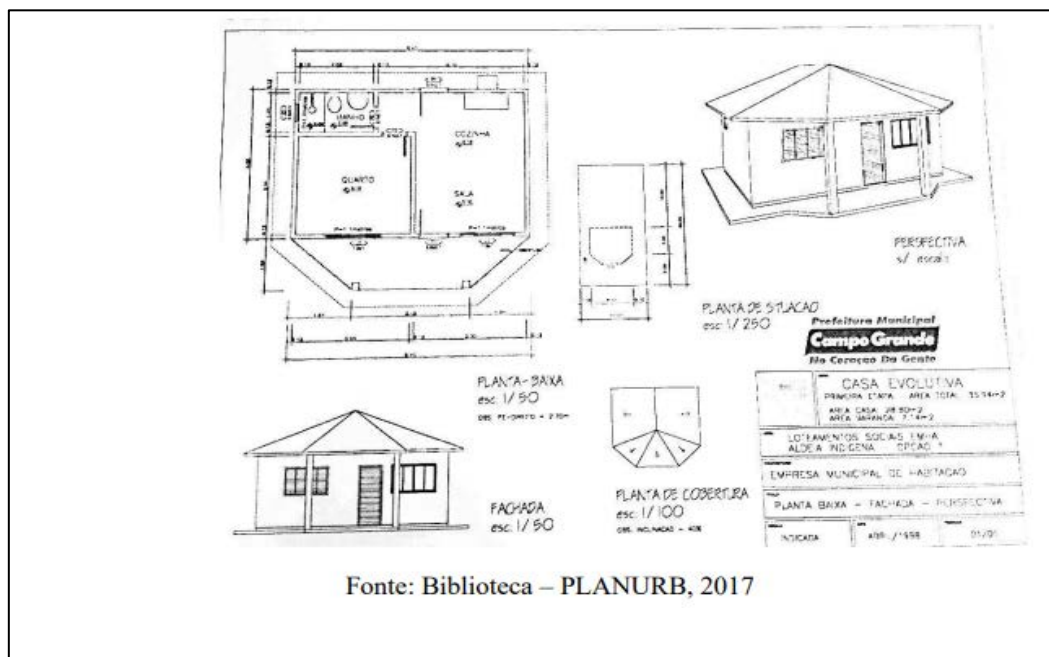


Foto: Elio Taveira (sem ano).

Na Figura 19 observamos a construção de casas de alvenaria e implantação de infraestrutura, e é possível identificar a ideia de oca na arquitetura das casas, presente nas aldeias tradicionais do Brasil, além da construção do Memorial Indígena¹¹.

¹¹ “Em 31 de agosto de 1999, foi inaugurado o Memorial da Cultura Indígena na Aldeia Urbana Marçal de Souza (Campo Grande), primeira comunidade indígena urbana do Brasil. A estrutura, construída com bambu tratado e cobertura de palha de bacuri, ocupa 340 m² e foi projetada para abrigar exposições de artesanato Terena, oficinas culturais e atividades educativas. A obra, financiada com investimento de R\$ 149 mil, simboliza a valorização da identidade étnica, conforme destacou a professora e moradora Maria Auxiliadora Bezerra: “As crianças agora compreendem que não há motivo para ocultar suas raízes”. (Fonte: Correio do Estado, 31/08/1999 citado por Buainaim, 2006).

Figura 18 - Projeto Arquitetônico da Aldeia Urbana Marçal de Souza



Fonte:

Batistoti e Latosinski (2019).

A aldeia urbana Marçal de Souza, enquanto espaço de (re)territorialização da cultura indígena, se insere em um contexto de mundialização do espaço, em que a globalização impõe seus padrões e lógicas. Conforme Santos (2000), a mundialização do espaço não elimina as disparidades regionais, mas as intensifica pelas diferentes capacidades de aplicação da ciência e da técnica na produção e circulação. No caso da aldeia urbana Marçal de Souza, a falta de acesso dos indígenas à ciência e à técnica pode contribuir para a exclusão social da comunidade, mesmo em um contexto de globalização.

Segundo Batistoti e Latosinski (2019) a migração marcada pela saída do homem do campo para a cidade é um processo histórico e, desde a década de 1930, é motivada por fatores diversos, como a epidemia espanhola, por exemplo. Silva e Bernardelli (2016) discorrem que o processo de migração indígena se inicia por volta da década de vinte e, no então Mato Grosso, é representada pela etnia Terena. Conforme os autores, os deslocamentos desses povos buscam cidades como Campo Grande, Aquidauana e Miranda.

Esse processo de reterritorialização é bastante complexo, marcado pela presença de costumes indígenas nas Aldeias Urbanas da capital, sendo manifestada

pela territorialidade que abrange não apenas uma dimensão política mais restrita, mas também está relacionada às dinâmicas econômicas e culturais. Isso ocorre devido à maneira como as pessoas utilizam o espaço, organizam-se nele e atribuem significado ao lugar (Haesbaert, 2004).

Bauman (2001), sobre a modernidade líquida, conceito produzido por este autor que trata da fluidez presente nas relações sociais no contexto contemporâneo, apresenta reflexão que o aproxima de Haesbaert (2004), analisando que o indivíduo vem perdendo seus elos culturais por conta da tecnologia, com o afastamento de costumes e práticas de seus ancestrais. Ocorre uma perda da solidez que era marca do período precedente, tornando as instituições e identidades mais frágeis e permeáveis. Isso se reflete no processo de desterritorialização, quando deixam suas raízes e terras e passam a vivenciar novas experiências, remodelando sua identidade cultural. Assim, a relação entre os indígenas, com a cidade e a modernidade, passa pelo processo de reconhecimento no qual encontramos a capacidade dos povos indígenas em se adaptar, resistir e reinventar suas identidades em um contexto de globalização.

A partir do relato anteriormente destacado, feito pelo ex-prefeito André Puccinelli, e analisando o artigo de Batistoti e Latosinski (2019), podemos observar as características da Aldeia Marçal de Souza, desde seu projeto arquitetônico visto na figura 18.

Cabe destacar que o nome recebido de Aldeias Urbanas é uma expressão simbólica, visto que essas áreas não são regulamentadas pela Funai e, sim, pela prefeitura. Para Silva e Bernardelli (2016) trata-se, na verdade, de um conjunto habitacional, anda que voltado para um grupo cultural específico, com algumas características peculiares, como o formato da varanda, lembrando uma oca (Figura 20). Para Vietta (2011, p. 102), o termo Aldeia Urbana é considerado como marco inicial de seu uso no Brasil e, internacionalmente, para servir como propaganda de ações da gestão local da época.

As habitações da Aldeia Urbana Marçal de Souza, como se pode observar na imagem e no modelo arquitetônico (Figura 20), refletem a complexa interação entre a tradição e a modernidade na vida dos indígenas que residem neste conjunto habitacional.

Figura 19 - Habitação na AU Aldeia Urbana Marçal de Souza



Fonte: Google Maps. (2025)

A ideia de associar às moradias urbanas convencionais os símbolos tradicionais da cultura indígena, parece uma tentativa de articular o vínculo da modernidade com a cultura indígena.

A noção de 'aldeia urbana' suscita debates que passa pelo sublinhamento do já esborado conceito de aldeia, aqui acoplado ao inusitado contexto urbano. A origem do termo 'aldeia urbana' em Campo Grande parece servir para enfatizar, digamos, a benemérita intervenção do então prefeito André Puccinelli, que assumiu como ação de governo substituir barracos de lona e madeira por um projeto habitacional, no qual as casas se espremem em minúsculos terrenos e o espaço coletivo não vai além de ruas e calçadas, criando a Marçal de Souza, apregoada como a 'primeira aldeia indígena urbana brasileira'. Termo rapidamente consolidado pelo uso, especialmente, entre os índios. (Vietta, 2011, p. 102).

Podemos observar o processo de individualização, retratado por Bauman (2001) em sua obra, no qual as pessoas que vivem no mundo atual tendem a perder seus vínculos com os outros, tornando-se indivíduos autônomos, algo que se contrapõe ao que é cultivado pela cultura indígena, em que todos são bem unidos em busca da sua própria liberdade e a coletividade é um aspecto crucial da identidade. Apesar das casas terem sido construídas com base em um modelo padronizado, a diversidade de cores, materiais e elementos decorativos evidencia a busca por uma identidade própria e a negociação entre a tradição e a modernidade na construção do espaço doméstico.

Outro ponto importante a destacar, sobre a representatividade da Aldeia Marçal de Souza, é seu marco cultural, também conhecido como Monumento da Cultura Indígena, um espaço cujo modelo arquitetônico também remete à uma grande oca, sendo construído com materiais como o bambu e a palha. Ele abriga um acervo de artesanato próprio da etnia Terena e tem uma função social para a celebração da cultura e a comercialização das peças, sendo um importante ponto de encontro e de referência para a comunidade indígena de Campo Grande.

Na figura 21 destaca-se a via de acesso à Aldeia Urbana Marçal de Souza, nela podemos observar a imagem de uma criança indígena tocando flauta, nesse sentido podemos observar a relação da identidade desses jovens com projetos sociais que envolvem música e dança. Como sugere o próprio artista de grafite Paulo Green, a ideia era criar algo que unisse atualidade e tradição. "Sugeri temática relacionada ao a nova geração está fazendo. Como as crianças estão desenvolvendo o conhecimento na flauta, é até uma forma de incentivar." (Modema, 2023, s.p.)¹².

¹² MODENA, C. Painel belíssimo sinaliza acesso à 1a aldeia urbana do Brasil. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/painel-belissimo-sinaliza-acesso-a-1a-aldeia-urbana-do-brasil>>. Acesso em: 25 out. 2024.

Figura 20 - Visão do painel na Avenida Marques de Pombal



(Foto: Paulo Francis) - Crédito: Campo Grande News (2023).

A Aldeia Marçal de Souza, conforme observado nas visitas de campo, mantém vivas suas referências culturais e arquitetônicas, mesmo em um contexto urbano. A Figura 22 demonstra alguns desses aspectos.

Figura 21 - Aspectos da Aldeia Marçal de Souza



Fonte: A Autora, (2025).

Percebe-se que nos espaços públicos os povos que residem na Aldeia Marçal de Souza se esforçam para manter a sua identidade viva, em tempos que a modernidade líquida (Bauman, 2001) impõe enormes dificuldades para a manutenção de seus costumes e valores culturais, estimulando os indivíduos e a comunidade ao afastamento de suas ancestralidades.

CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS URBANOS: INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CIDADE

A análise dos resultados parte do entendimento de que a presença de menor renda, insuficiência de equipamentos públicos, carência de áreas de lazer, limitações de arborização e exposição ao calor não demonstra, isoladamente, a existência de racismo ambiental. Esses elementos são tratados, inicialmente, como indicadores de vulnerabilidade socioespacial. Sua interpretação como racismo ambiental decorre da articulação entre tais indicadores e a condição histórica, territorial e étnico-racial das comunidades estudadas, uma vez que quilombolas e indígenas ocupam posições historicamente subalternizadas na produção do espaço urbano. Assim, busca-se evitar a simples associação entre carência e racismo ambiental, explicitando o nexo estrutural entre desigualdade urbana, racialização dos territórios e seletividade das políticas públicas.

Este capítulo apresenta os resultados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre abril e junho de 2025. Foram entrevistados representantes de diversas secretarias, incluindo a Secretaria de Estado da Cidadania (Subsecretaria de Políticas Públicas para os Povos Originários e da Subsecretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial), e, no âmbito municipal, a Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos (com suas Coordenadorias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa das Populações e Comunidades Indígenas); do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB). Além disso, foram entrevistadas as lideranças das comunidades, totalizando 38 moradores da Comunidade Tia Eva e 54 da Aldeia Marçal de Souza.

A entrevista semiestruturada mostrou-se uma ferramenta para aprofundar a compreensão do racismo ambiental nas comunidades estudadas, permitindo capturar as narrativas e percepções tanto dos moradores da Comunidade Tia Eva e da Aldeia Marçal de Souza, quanto dos representantes dos órgãos municipais, estaduais e federais.

Primeiramente, fizemos uma entrevista com o Subsecretário de Políticas Públicas para Povos Originários, o Sr. Fernando, que atua há mais de quatro anos na subsecretaria. Ele destacou a importância das secretarias para a melhoria de

infraestrutura e serviços públicos oferecidos para essa população, além de destacar que sua atuação é restrita ao estado de Mato Grosso do Sul.

3.1 Perspectivas Institucionais e Gestão Pública

Para o subsecretário, as ações nas aldeias urbanas de Campo Grande têm sido intensificadas nos últimos dois anos. A subsecretaria conseguiu mapear as comunidades indígenas existentes, com foco em levar serviços essenciais para a população carente, como, por exemplo, emitir a documentação básica que possa viabilizar a assistência social, o acesso à educação indígena e a atenção à saúde indígena (realizado por meio do Cadastro Único)¹³.

Para o subsecretário, os indígenas que residem fora de suas aldeias, precisam receber ações de forma específica e diferenciada, assim como temos dentro dos territórios reconhecidamente indígenas.

De acordo com informações fornecidas pelo subsecretário, o município de Campo Grande possui 24 aldeias urbanas (no momento da entrevista), entre áreas regularizadas e não regularizadas. Para a ação da subsecretaria, é necessário que o município disponibilize o terreno, que serve como a base territorial de uma aldeia. Além disso, a articulação com o ente federado, em conjunto com a organização do movimento indígena da capital e o Conselho Municipal de Direitos dos Povos Indígenas, tem tido ação atuante. Outrossim, o subsecretário afirmou que não compete ao governo do estado a função de regularizar o território dessas comunidades locais, por ser uma área municipal.

Em termos de ações concretas, o subsecretário destacou a parceria entre a Agência Estadual de Habitação (AGEHAB) e da Empresa Municipal de Habitação (EMHA). Atualmente, duas aldeias urbanas estão estruturadas: a Marçal de Souza e a Água Bonita, ambas com investimentos significativos.

¹³ Conforme informações no sítio eletrônico do governo federal: “O Cadastro Único é a principal ferramenta do Governo Federal para identificar as famílias brasileiras de baixa renda e saber suas condições de vida. Ele dá visibilidade às famílias e permite o seu acesso aos programas e benefícios sociais.”. Disponível em: https://ead.mds.gov.br/webview.php/srv/www/htdocs/badiunetdata/files/1/456ijuka1uuoi57hy0an_packge/uni1/slide01.html. Acesso em 19 ago. 2025.

Na parte de infraestrutura habitacional, as famílias indígenas vivenciam uma realidade complexa. Elas chegam cientes das dificuldades no meio urbano em relação ao acesso aos serviços básicos, como a obtenção da documentação essencial que viabilize buscar assistência social, e depois sofrem um processo de adaptação, marcando sua reterritorialidade.

Esses fatos corroboram com o conceito de território proposto por Saquet (2007), que o compreende como um espaço onde se engendram relações de poder e disputas políticas entre grupos privilegiados no processo de formação socioespacial.

Assim, as dificuldades de acesso enfrentadas pelas comunidades indígenas em Campo Grande podem ser vistas como reflexo de inúmeras disputas territoriais, que se articulam a múltiplas escalas (do global ao local).

Por fim, o subsecretário ressaltou a importância de uma união entre estado (do Mato Grosso do Sul) e prefeitura, pois conforme ele afirmou: "...para que ocorra um processo habitacional, de fato, muitas vezes é necessário que esses terrenos estejam em situação regularizada, para que possa, de fato, chegar investimento em infraestrutura". O subsecretário apontou os setores que, em sua avaliação, carecem de melhor atendimento: educação, saúde e no fortalecimento das práticas culturais por meio da geração de renda.

Essa premissa de regularização territorial evidencia uma das manifestações de injustiça ambiental, onde a falta de reconhecimento e de suporte efetivo impede o acesso a direitos básicos, como acesso à água tratada, saneamento, energia elétrica, entre outros. A marginalização dessas comunidades no planejamento urbano reforça a demanda por novas ações e políticas públicas locais.

Com base na entrevista com a subsecretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, por meio da representante designada Vânia Baptista, a pasta atua com foco na população negra, população quilombola, povos de matrizes africanas e de terreiros, bem como população cigana, por meio de escuta, desenvolvimento de ações, apoio e projetos voltados a essas populações.

A subsecretaria confirma a existência de 22 comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, sendo que há a presença de três comunidades quilombolas no município de Campo Grande: a Comunidade Tia Eva, a Chácara Buriti e o Quilombo São João Batista.

A respeito das ações desenvolvidas pela subsecretaria, Vânia esclareceu que a pasta busca trabalhar em transversalidade com outras subsecretarias e setores do governo estadual, como, por exemplo, apoio às festas tradicionais, com articulações para as atrações musicais dos eventos realizados. Ela destacou a ação do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas e Quilombolas de Mato Grosso do Sul (PROACINQ), executado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC) e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (Agraer). O PROACINQ tem o objetivo de fortalecer a produção sustentável dos agricultores familiares dessas comunidades, garantindo geração de renda, bem-estar social, cidadania e qualidade de vida, beneficiando agricultores familiares, mulheres, jovens indígenas e toda a comunidade quilombola do estado.

Durante a entrevista, a subsecretaria enfatizou que o processo de escuta qualificada envolve visitas nas comunidades quilombolas locais e de todo o estado e na busca de articulação para atendê-las (envolvendo lideranças políticas e das comunidades). Esse processo é fundamental para a tomada de decisões, garantindo a participação das comunidades.

Em relação à vulnerabilidade socioambiental, a subsecretaria, compreende que as comunidades quilombolas apresentam diversas realidades. Para a Comunidade Tia Eva (área urbana), ela destacou que antigamente o Córrego Segredo era usado para fins domésticos e para a recreação, mas atualmente não está em condição de uso. O saneamento básico (esgoto) foi implementado ano passado (2024), e as residências ainda estão em processo de ligação à rede. Por outro lado, a Comunidade Tia Eva não sofre com alagamentos no período atual.

A Chácara Buriti, por sua vez, depende da agricultura familiar, para a comunidade obter a renda, por meio da comercialização dos produtos. Contudo, a comunidade sofre em períodos de chuvas, pois as estradas não possuem asfalto, o que acaba dificultando a acessibilidade e a mobilidade dos residentes, impactando, também, na venda de produtos agrícolas e na renda da comunidade.

Para complementar o panorama das iniciativas no âmbito municipal, elencamos as ações e programas desenvolvidos pela Coordenadoria Municipal de Igualdade Racial e da Coordenadoria de Defesa das Populações Indígenas, ambas de Campo Grande.

A entrevista na Coordenadoria da Igualdade Racial, representada pela Sr.^a Rosana, elencou alguns programas desenvolvidos, são eles:

- Programa de Qualificação e Letramento Racial: visa qualificar e capacitar servidores e a sociedade em geral no enfrentamento ao racismo e no letramento racial.
- Selo Campo Grande Sem Racismo: selo direcionado à empresas que contratarem e mantiverem em seu quadro funcional e de colaboradores pessoas negras, de terreiro e ciganas.

Essas parcerias são desenvolvidas pela Coordenadoria com empresas que atuam nesse sentido. Um exemplo, segundo Rosana, é a parceria com a Empresa Águas Guariroba, que investe na formação e na qualificação de pessoas negras, possibilitando alcançarem cargos de chefia. Outras empresas, como o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) já formalizaram sua atuação sobre o tema.

A capital já conta com o Programa S.O.S Racismo¹⁴, que visa prestar atendimento direto às vítimas de racismo, oferecendo acompanhamento psicológico, para auxiliar no pós-trauma, devido às sequelas que podem permanecer.

Já a relação das comunidades quilombolas com a Coordenadoria é pautada pela participação das comunidades, pela escuta e parceria. O envolvimento dessas comunidades manifesta-se por meio das reuniões, gerando um Movimento Negro desde 2017, inclusive, possuem um documento de proposituras de ações elaborado pelos participantes. Além disso, as comunidades possuem autonomia de procurar a Coordenadoria e buscar apoio, enquanto a Coordenadoria se desloca até as comunidades, para promover rodas de conversar e reconhecer a rotina e as necessidades dos moradores.

Em relação à entrevista junto à Coordenadoria de Defesa das Populações e Comunidades Indígenas, o representante, Sr. Arceniel, de origem Terena, ofereceu uma perspectiva aprofundada sobre as realidades e os desafios enfrentados pelas populações indígenas urbanas locais.

¹⁴ Programa "SOS Racismo" de Campo Grande, instituído pela Lei nº 6.909/2025, ainda não está plenamente implementado na prática, embora o projeto de lei tenha sido aprovado e seja garantido apoio para as vítimas de discriminação.

A Coordenadoria atua nas 24 comunidades indígenas espalhadas pelas sete regiões urbanas de Campo Grande. Entre as etnias presentes nessas aldeias estão Terena, Kadiwéu, Guaraní e Guató, mas há a presença de outros grupos em menor número. Para o coordenador, as aldeias urbanas enfrentam múltiplos desafios, relacionados à moradia e à regularização fundiária. Destaca-se o exemplo de algumas comunidades indígenas, que lutam há anos pela regularização de seus terrenos, como o caso do Jardim Inápolis, que existe há aproximadamente 30 anos de forma irregular e somente agora será beneficiada com casas e terrenos, garantindo maior acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços para os residentes.

Para que essas ações aconteçam, há uma complexidade de processos que transitam em diversas esferas governamentais e, em casos de áreas com vegetação nativa exigem, até mesmo, a aprovação dos senadores. Um fator limitante identificado é a falta de orientação jurídica, que atrasa a regularização de algumas áreas, conforme comentou o Sr. Arceniel.

A respeito da vulnerabilidade socioambiental, a exposição a riscos ambientais é uma realidade comum em algumas aldeias. Segundo o coordenador, as chuvas do mês de abril de 2025 afetaram algumas aldeias urbanas, uma delas está localizada no Jardim Noroeste, conhecida como Água Funda, de onde foram recebidos vídeos mostrando os impactos das chuvas. Essa comunidade já está em processo de mudança para outro local, devido à suscetibilidade a inundações.

Para o coordenador, apesar de estarem inseridas no meio urbano, a preservação da cultura e da identidade indígena é uma prioridade para as comunidades. O Sr. Arceniel, de origem Terena, ressalta a importância de conversar com os filhos no idioma materno, para assegurar que a língua e a identidade não se percam. Ele conta, também, que nesse processo a tecnologia, como vídeos, é empregada para ensinar danças tradicionais, reforçando sua identidade cultural. Contudo, existem desafios significativos na educação e na saúde: há uma preocupação com a falta de uma escola bilíngue com suporte contínuo nas escolas municipais, e, atualmente, o município não conta com um polo de saúde indígena específico.

Após explorarmos as questões levantadas pelas Coordenadorias municipais, voltamos nossa atenção para a Planurb (Agência Municipal de Meio Ambiente e

Planejamento Urbano), representada pelo Sr. Estevan, gerente de tecnologia da informação.

O gerente pontua que, oficialmente, o município não possui aldeias indígenas reconhecidas, mas que os funcionários reconhecem a existências delas e das comunidades quilombolas. A atuação da Planurb é pautada por uma visão territorial, eles não desenvolvem leis específicas para determinados grupos, como os quilombolas e os indígenas. A Agência foca no planejamento e monitoramento do território de Campo Grande como um todo, buscando agir onde há maior necessidade, operando como um órgão meio, focando, atendendo as demandas da prefeitura, incluindo o Plano Diretor.

No entanto, a Agência realiza ações pontuais como o Reurb (Regularização Fundiária Urbana), que consiste em regularizar ocupações¹⁵ e transformá-las em loteamentos. Por meio do Reurb, a Planurb pode, inclusive, regularizar comunidades e criar áreas de moradia específicas, como ocorreu na Comunidade Água Bonita, que se tornou um conjunto habitacional com moradias destinadas somente à indígenas.

O processo de regularização da Comunidade Tia Eva possui marcos históricos distintos, o reconhecimento identitário ocorreu em 29 de fevereiro de 2008, quando a Fundação Cultural Palmares, atuando como órgão oficial no processo de reconhecimento identitário e cultural das terras quilombolas. Contudo, houve avanços recentes na regularização fundiária, ocorrido em setembro de 2025, com a titulação oficial dada pelo INCRA, responsável pela delimitação do território das comunidades quilombolas. Desse modo, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria de reconhecimento que declara uma área de 21,5 hectares como território da comunidade, um passo importante para a garantia da posse da terra e proteção contra a vulnerabilidade socioespacial dos residentes da Comunidade Tia Eva.

A respeito das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos disponibilizados para essas áreas, as comunidades estudadas enfrentam realidades distintas.

Na Comunidade Tia Eva, há a presença da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira e de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), a E. M. Demócrito

¹⁵ As comunidades, em geral, adotam o nome de ocupações, pois as áreas que ocupam, sejam públicas ou privadas, não estão sendo utilizadas, não cumprindo a função social da propriedade, conforme determina a Constituição Federal.

Martins, que atende também ao entorno. Na Aldeia Marçal de Souza, a escola Municipal Núcleo Tupi atende o Ensino Fundamental (do 5º ano ao 9º ano). Em relação ao lazer, a Comunidade Tia Eva apresenta uma grande defasagem e a Aldeia Marçal de Souza também não possui áreas de lazer, somente existindo em ambas as áreas de convivência.

Quanto ao saneamento, o esgoto foi implementado recentemente na Comunidade Tia Eva, seguindo o cronograma da empresa concessionária que atua em Campo Grande, mas que resultou no aumento do valor das contas de água e esgoto na Comunidade, fato observado pelos moradores durante a pesquisa.

A Comunidade Tia Eva enfrentou grande burocracia para conseguir a restauração da igrejinha dedicada à São Benedito. Conforme aponta o gestor local da comunidade, a restauração de patrimônios públicos como a igreja da Comunidade Tia Eva é extremamente complexa e burocrática, envolvendo Gerência de Patrimônio Histórico e do Instituto do Patrimônio Histórico Cultural (IPHAN). Recentemente, em janeiro de 2026, verificou-se que o cenário de invisibilidade institucional e entraves burocráticos sofreu uma alteração significativa, pois o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul destinou um investimento de R\$2,213 milhões para a restauração do templo religioso.

Em relação à gestão democrática, a participação das comunidades não ocorre de forma direta, mas ocorre via “gestão democrática”, composta por sete conselhos regionais junto à Planurb, onde participam representantes dos bairros, levando as demandas aos conselhos e secretários.

Quanto ao papel e aos procedimentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) junto a essas comunidades, representada pela Sra. Caroline, nos informou que o órgão reconhece a existência de três quilombos na capital, dos quais dois já se encontram georreferenciados. No âmbito estadual, o INCRA reconhece oficialmente 22 quilombos em Mato Grosso do Sul, cujo processo de reconhecimento teve início a partir da Fundação Cultural Palmares. Desses, 18 quilombos estão atualmente em processo de regularização fundiária.

As ações do INCRA para atender os quilombos, incluindo o Quilombo Comunidade Tia Eva, encontram-se em processo de regularização fundiária e reconhecimento territorial. Esse processo é fundamental para o acesso a uma série de políticas públicas essenciais, como os benefícios do Programa Nacional de

Reforma Agrária (PNRA), programas educacionais e as ações promovidas pela Mesa Quilombola. A representante do INCRA, pontuou que o órgão opera sob normativas próprias, como as Instruções Normativas (IN) 57, 128 e 130. Além disso, as ações do Instituto são embasadas pelo Decreto 4887, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169), entre outros.

Por fim, consideramos fundamental destacar a importância da participação ativa das comunidades tradicionais nos processos de tomada de decisões que impactam suas vidas e territórios, especialmente em questões ambientais e territoriais. Somente esse envolvimento e atuação pode garantir maior acesso às políticas públicas que promovam, efetivamente, seus direitos e cidadania. Também ficou evidente com as entrevistas que os membros das Comunidades, por meio de suas lideranças e outros representantes, empreenderam uma série de ações e lutas para sair da invisibilidade e conquistarem direitos e melhorias urbanas, ou seja, tornaram-se sujeitos ativos de sua própria mudança, garantindo maior justiça ambiental.

3.2. Entrevista com o líder da Comunidade Tia Eva

Após explorar as perspectivas institucionais da Planurb, do INCRA, das coordenadorias, e das subsecretarias, a pesquisa se voltou para as experiências e desafios enfrentados pela Comunidade Tia Eva. Registramos na sequência a entrevista com o sr. Ronaldo, líder atual da comunidade.

A liderança pontuou sobre os problemas ambientais e o saneamento básico do local, que foi implantado no ano passado (2024), antes disso, a comunidade dependia de fossas, o que se tornou um problema ambiental devido à falta de espaço para novas instalações. Ainda assim, algumas casas não têm esgoto, pois a instalação requer investimento individual e os moradores da comunidade apresentam uma baixa renda. A adaptação das residências para receber o esgoto foi, segundo ele, “bastante trabalhosa”.

Em relação aos alagamentos, a comunidade não sofre inundações, pois está em uma “área alta”, a uma distância adequada do Córrego Segredo, afirmou o Sr. Ronaldo. Segundo esta liderança, um problema ambiental percebido é a presença de

muito mato em terrenos que não são da Comunidade. Em relação à presença de infraestrutura e serviços na comunidade, como a energia elétrica, a internet e a coleta de lixo, considera estar bem assistida. Em relação à educação, só é ofertado o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), dentro da Comunidade Tia Eva, não existe creche para atender a comunidade, especialmente as crianças menores (berçário); as escolas de Ensino Fundamental I e do Ensino Médio, sendo que crianças e jovens devem frequentar as escolas existentes no entorno do bairro.

As condições habitacionais são marcadas pelos terrenos que abrigam, muitas vezes, mais de uma família, alguns terrenos comportam até quatro famílias morando no mesmo lote urbano. Outro ponto importante é a respeito da Igrejinha (Igreja São Benedito): a comunidade luta pela reforma desde 2019, quando o projeto foi elaborado. Em 2025, o processo ainda estava em processo de licitação das obras de restauro, o que revela um processo burocrático e demorado. A liderança compara essa situação com outras obras em diferentes pontos da capital, que receberam restauração mais de uma vez, destacando a disparidade. A comunidade também conta com apoio de algumas figuras políticas que atendem às suas solicitações. Mais recentemente, em janeiro, as obras foram finalmente iniciadas, conforme já comentado.

3.3. Entrevista com o líder da Aldeia Marçal de Souza

A entrevista com o Cacique Josias, da Aldeia Marçal de Souza, buscou explorar as condições da infraestrutura e a percepção dos moradores sobre as políticas públicas locais. Os dados coletados não apenas trouxeram informações esperadas, como questões sobre poluição e desmatamento, mas também aspectos inesperados, como a falta de áreas verdes e a luta pela regularização fundiária. Essa abordagem permitiu uma visão mais abrangente das necessidades e desafios da comunidade.

A Aldeia Marçal de Souza é reconhecida como uma comunidade bem atendida em termos de infraestrutura, equipamentos e serviços básicos. Desde 2002, a comunidade passou por um processo de estruturação que incluiu a implementação de esgoto, iluminação e outras políticas essenciais, como a de saúde, tornando-a um modelo para outras comunidades em Campo Grande e, até mesmo, de fora do estado.

Como pode ser observado na fala do Cacique: Bom, a gente mora numa comunidade que ela é bem estruturada, questão de esgotos, questão de água encanada ...” (Entrevista realizada em junho de 2025).

Em termos de infraestrutura e serviços básicos na Aldeia Urbana (AU), o Cacique Josias relatou que o esgoto e a água encanada são considerados bons. A energia elétrica e a internet também foram avaliadas positivamente. A coleta de lixo ocorre três vezes por semana. O posto de saúde é visto como bom e atende à comunidade. Contudo, no que se refere à educação, a comunidade não possui uma creche interna, dependendo de uma unidade nas proximidades. Existe escolas de Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), como a Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira Tumune Kalivono “Criança do Futuro”, localizada na comunidade. Entretanto, a aldeia não dispõe de escola de Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano) nem Ensino Médio, obrigando os alunos a se deslocarem para outras instituições de ensino, como a Escola Estadual Hercules Maymone (Integral), que apresenta uma distância considerável da Comunidade.

Quanto ao lazer, a comunidade enfrenta uma situação "regular, porque não tem" uma área dedicada, para as atividades físicas, sendo que os moradores utilizam a quadra da escola em dias específicos da semana. Embora haja uma praça fora da Marçal de Souza, o Cacique enfatiza a preferência dos indígenas por estarem entre seus parentes, o que torna o uso de espaços externos mais complexo para eles.

Apesar de bem estruturada, há uma carência de plantio de árvores, sejam frutíferas ou nativas do Cerrado. Como afirmou o Cacique:

Acho que a gente sempre falta na questão do verde. Não tem muito, então essa é uma das questões que a gente se preocupa, porque não tem uma área verde para a Comunidade. Falta mais plantio de árvores, seja a frutífera ou seja do cerrado. Acho que falta dentro da comunidade” (Cacique Josias, Marçal de Souza, 2025)¹⁶.

A Aldeia não sofre com a poluição sonora. A respeito de alagamentos, recentemente, a comunidade começou a registrar alguns, principalmente na Rua da Serra, devido aos empreendimentos ao redor. O volume de água da chuva é muito alto e a drenagem não suporta. O Cacique lembra de um alagamento que ocorreu na capital, há dois anos, que também afetou a comunidade.

¹⁶ Entrevista com Cacique Josias (Aldeia Marçal de Souza) em 10/06/2025.

Atualmente, a comunidade possui 617 moradores e 233 famílias, sendo considerada uma das maiores em contexto urbano. A preocupação é onde as futuras gerações (já está na 4ª geração) irão se estabelecer, dada a tradição de morar próximo aos parentes. A Aldeia Marçal ainda não é totalmente reconhecida pelas instituições do governo federal. Há solicitações em andamento via Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF) e FUNAI, para que a área seja reconhecida "em papel" (oficialmente), garantindo seus direitos presentes e futuros. O Cacique Josias menciona ter documentos que atestam que a área de 6,7 hectares é uma área indígena reconhecida, faltando a aprovação da FUNAI.

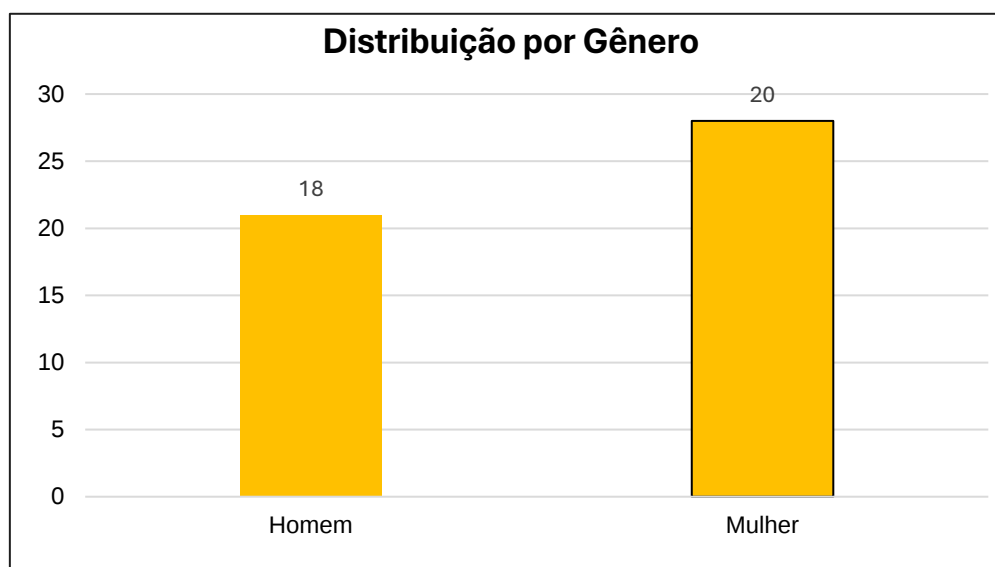
Sobre a relação com as autoridades, a liderança se sente ouvida pelas diversas esferas públicas, afirmou que recebe apoio de algumas instituições, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que prestam serviços de garantia de direitos e oferecem oficinas de capacitação.

Entre as práticas tradicionais promovem o plantio de árvores e o cuidado com elas. Eles têm como grande símbolo a pintura corporal com tintas naturais, como o jenipapo e o urucum, que carregam significados de proteção de animais e respeito pela mata e tradições. Essas práticas são realizadas na própria aldeia e passadas para as novas gerações pelos mais antigos. Sobre os costumes, a comunidade tende a ser mais "retraída" quando há pessoas de outras etnias ou fora de seu círculo de parentesco.

3.4. Entrevistas com moradores: Comunidade Tia Eva e o Perfil Socioeconômico

As entrevistas com os moradores da Comunidade Quilombola Tia Eva foram realizadas em maio, com a participação de 38 respondentes, de forma anônima, em conformidade com a LGPD e a resolução CNS 510/2016. Desses, 20 participantes (52,6%) se identificaram como mulheres, enquanto 18 (47,4%) eram do sexo masculino (Figura 23).

Figura 22 - Distribuição por Gênero (Comunidade Tia Eva)

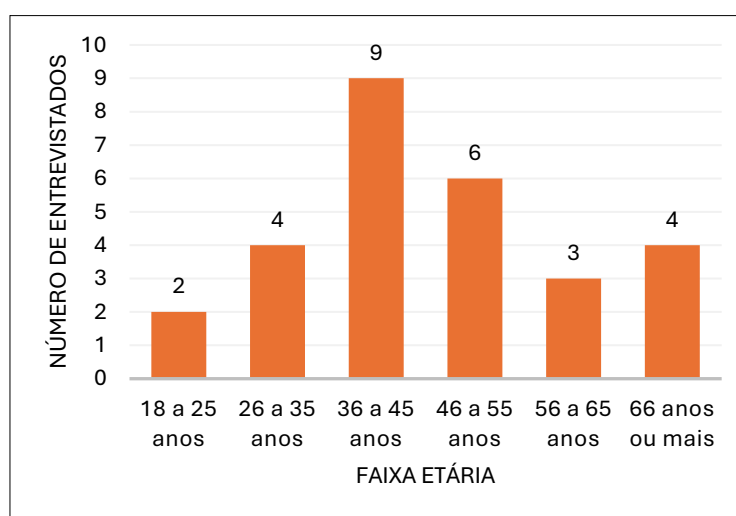


Org.: Autora.

Essa diferença sugere uma maior representatividade da mulher nas atividades comunitárias, com maior engajamento feminino no processo de escuta social.

Em relação à faixa etária dos entrevistados (Figura 24), variou entre 19 e 77 anos, com uma idade média de aproximadamente 46 anos. O maior grupo entrevistado está na faixa entre 36 e 45 anos (25%), e a maioria dos entrevistados acima desta faixa, indicando uma população madura e ativa.

Figura 23 - Distribuição etária dos entrevistados na Comunidade Tia Eva

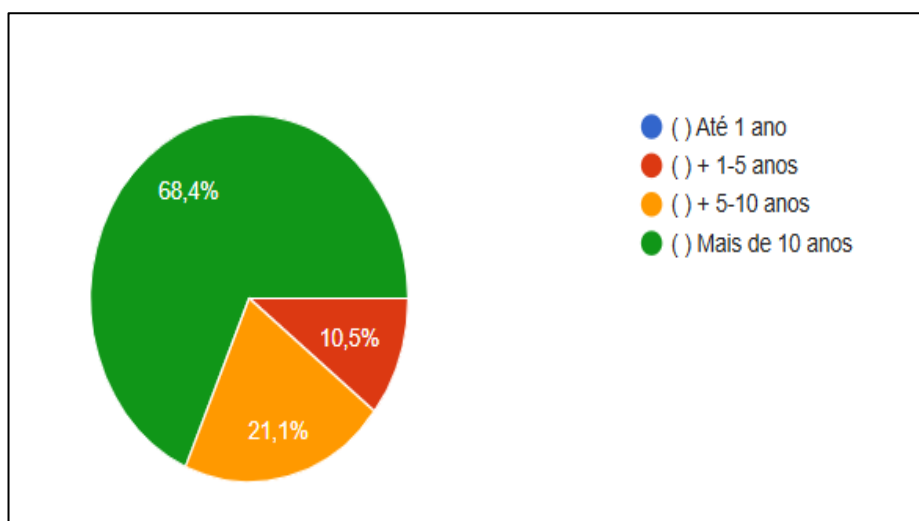


Org.: A Autora.

Os dados demográficos revelam uma comunidade composta por famílias negras, grande parte com descendência da Tia Eva, com uma forte presença de idosos, que mantêm viva a memória coletiva e as tradições culturais.

Acerca do tempo de residência na Comunidade (Figura 25), os dados evidenciam que grande parte dos entrevistados vivem há mais de dez anos no local e que possuem vínculo com a comunidade, alguns casos são de moradores que saíram e, posteriormente, retornaram. Os dados coletados apontam que 68,4% dos entrevistados vivem na Comunidade há mais de 10 anos e outros 21,1% entre 5 e 10 anos, enquanto 10,5% residem tem menos de cinco anos na Comunidade Tia Eva.

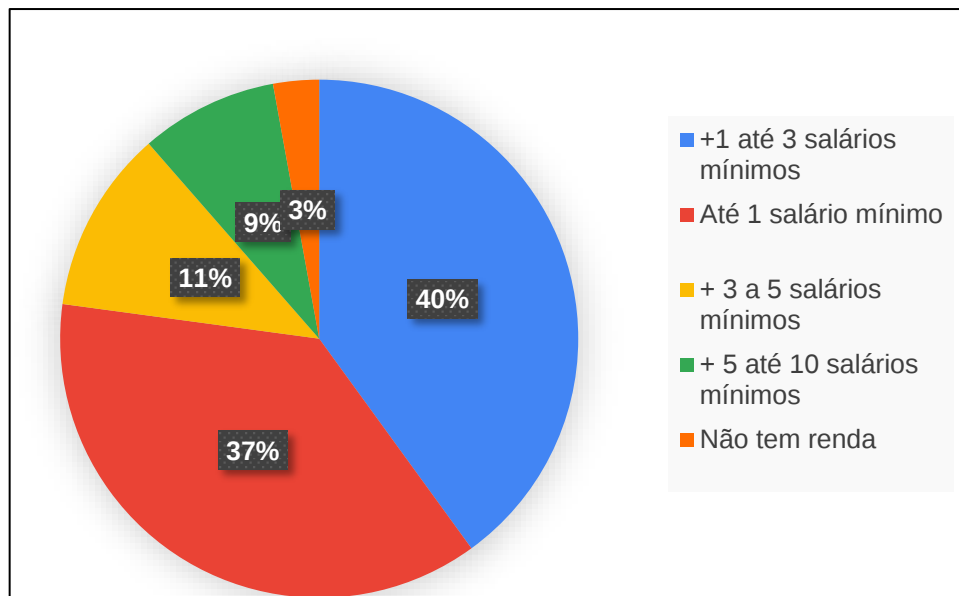
Figura 24 - Tempo de residência na Comunidade Tia Eva



Org.: A Autora.

Sobre o perfil socioeconômico, a Comunidade Quilombola Tia Eva demonstra uma diversidade de atividades laborais. Embora as profissões “do lar” e pedreiro sejam as mais recorrentes, há a presença de estudantes e aposentados. A análise da renda familiar mensal revela que a maioria se situa na faixa entre 1 até 3 salários-mínimos, seguidos por quem ganha 1 salário-mínimo. Uma parcela menor recebe entre 3 até 5 salários-mínimos, havendo, ainda, uma pequena porcentagem (3%) que não possui renda (Figura 26). Esses dados indicam que a Comunidade é predominantemente composta por famílias de renda baixa à média.

Figura 25 - Renda familiar Comunidade Tia Eva

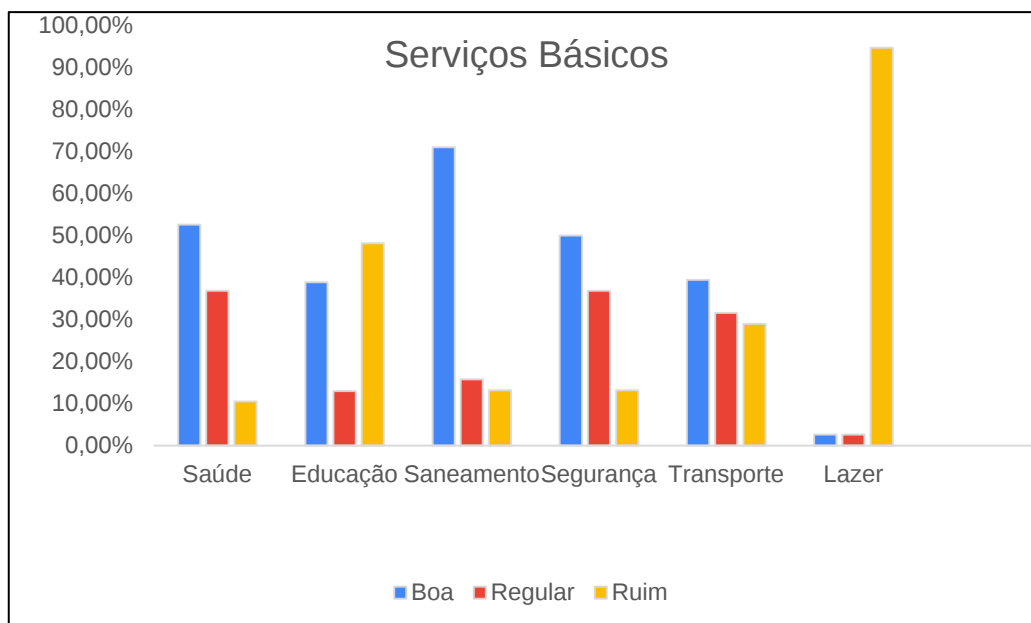


Org.: A Autora.

Durante as entrevistas, duas pessoas declararam que não possuem renda e uma tem renda acima de 10 salários-mínimos. Estes dados indicam que a comunidade é predominantemente composta por famílias de renda baixa e média.

Em relação à avaliação dos serviços oferecidos na Comunidade Quilombola Tia Eva observamos que se apresenta com uma realidade complexa e desafiadora (Figura 27). Os dados indicam que, em relação à saúde, 30% dos moradores consideram os serviços bons, enquanto 50% os avaliam como regulares e 20% como ruins. Na educação a situação é semelhante, com 25% considerando os serviços bons, 40% regulares e 35% ruins. O saneamento básico apresenta uma preocupação maior, com apenas 20% avaliando como bom, 30% como regular e 50% como ruim. A segurança é percebida de forma negativa, com 15% considerando os serviços bons, 35% regulares e 50% ruins. No transporte, 40% avaliam os serviços como bons, mas 30% os consideram regulares e 30% ruins.

Figura 26 - Serviços básicos – Comunidade Quilombola Tia Eva



Org.: A Autora.

Destarte, o lazer é o serviço mais criticado, com apenas 3% dos moradores avaliando como bom, 3% como regular e alarmantes 94% como ruins. Esses resultados ressaltam a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura, nos equipamentos e nos serviços, além da qualidade oferecida à comunidade, evidenciando um panorama de vulnerabilidade e a luta por direitos e reconhecimento.

À luz de Acselrad, Mello e Bezerra (2009), a avaliação negativa dos serviços públicos e a escassez de áreas de lazer podem ser interpretadas como expressões de injustiça ambiental, na medida em que revelam a distribuição desigual dos benefícios urbanos e dos ônus ambientais. Entretanto, no caso da Comunidade Quilombola Tia Eva, essa desigualdade adquire densidade racial e territorial por incidir sobre um território quilombola historicamente marcado pela resistência, pela luta por reconhecimento e pela permanência no espaço urbano. Nesse sentido, a vulnerabilidade observada não se resume à ausência de equipamentos, mas expressa a seletividade com que determinadas populações são integradas à cidade e às políticas públicas.

Quanto a existência de espaços públicos, destinado como área de lazer, os dados são marcantes em ambos os casos, revelando um cenário que evidencia um descaso com a população mais vulnerável (Figura 28).

Figura 27 - Área de Lazer



Além disso, os resultados indicam a necessidade de aprofundar, em estudos futuros, a relação entre a insuficiência de arborização urbana, a densidade térmica e os efeitos sobre a saúde dos moradores das comunidades tradicionais urbanas. Investigações posteriores poderiam analisar, por exemplo, se áreas com menor cobertura vegetal e maior temperatura de superfície apresentam maior incidência de problemas respiratórios, alergias, desconforto térmico e outros agravos associados à exposição ao calor. No caso da Comunidade Tia Eva e da Aldeia Urbana Marçal de Souza, esse caminho permitiria integrar dados ambientais, como temperatura de superfície, cobertura vegetal e infraestrutura urbana, aos relatos dos moradores, contribuindo para políticas públicas de arborização, conforto térmico e saúde ambiental nesses territórios.

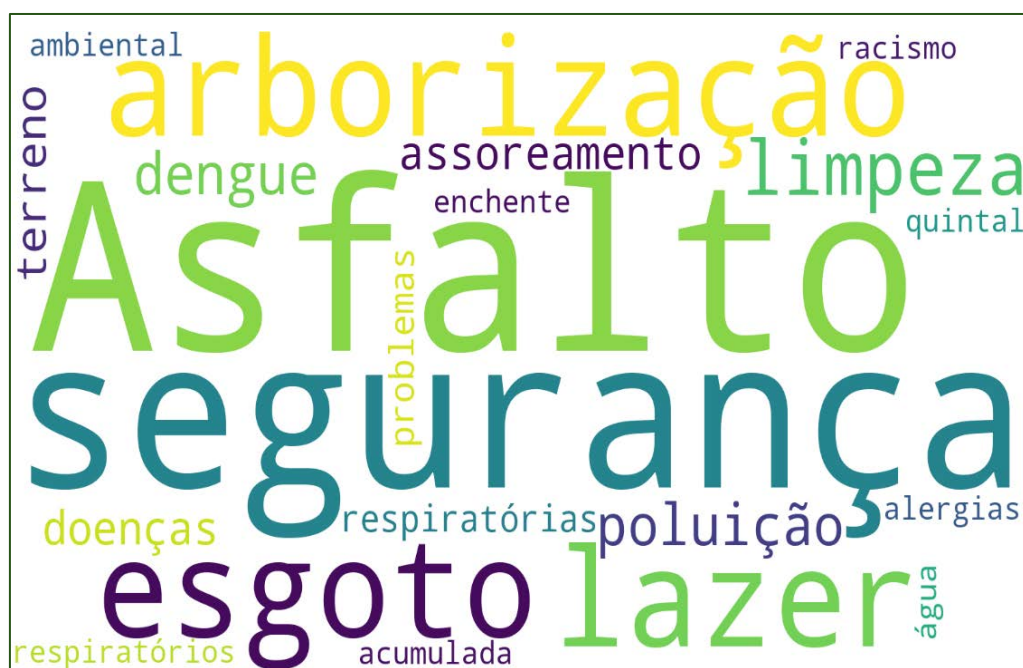
A Figura 28 destaca a insatisfação da Comunidade em relação às áreas de lazer, quando perguntados sobre a existência de espaços de lazer avaliaram não ter espaço suficiente. Durante o trabalho de campo observou-se as crianças brincando no meio da rua, correndo o risco de sofrerem atropelamentos ou qualquer tipo de acidente, também se observou a existência de um campinho de futebol, na qual os moradores comentaram ser o único lazer existente nos finais de semana, embora o

terreno seja particular, existe um processo tramitando no Incra, para que seja incorporado à Comunidade Tia Eva.

Em relação sobre a ocorrência de inundações nos últimos 12 meses, foi relatado por 6 respondentes (15,79%), enquanto a maioria (32 respondentes, ou 84,21) não sofreu com este problema. As menções sobre alagamentos, mesmo que por uma minoria, são importantes para a compreensão das vulnerabilidades ambientais sofridas pela Comunidade.

Na Figura 29, optou-se por utilizar um quadro visual e acessível com os elementos observados como as principais preocupações da comunidade, a partir da criação de uma nuvem de palavras. Essa abordagem permite identificar rapidamente o peso de cada termo utilizado, que foram os mais recorrentes usados pelos moradores, destacando os temas que marcam o cotidiano local.

Figura 28 - Nuvem de Palavras - Comunidade Tia Eva



Org.: A Autora.

No que tange aos principais problemas enfatizados pelos entrevistados, 32 respondentes (84%) indicaram “NÃO” haver qualquer problema em relação à saúde e poluição; no entanto, 8 entrevistados responderam “SIM” (15,79%), apontando problemas respiratórios, "doenças respiratórias, bem como fizeram referência à "água

acumulada no quintal (enchente)". Outras questões mencionadas foram alergias e dengue. A predominância de problemas respiratórios, especialmente quando vinculados às condições ambientais (como enchentes), reforça a hipótese de racismo ambiental e a relação entre degradação do ambiente e saúde da população.

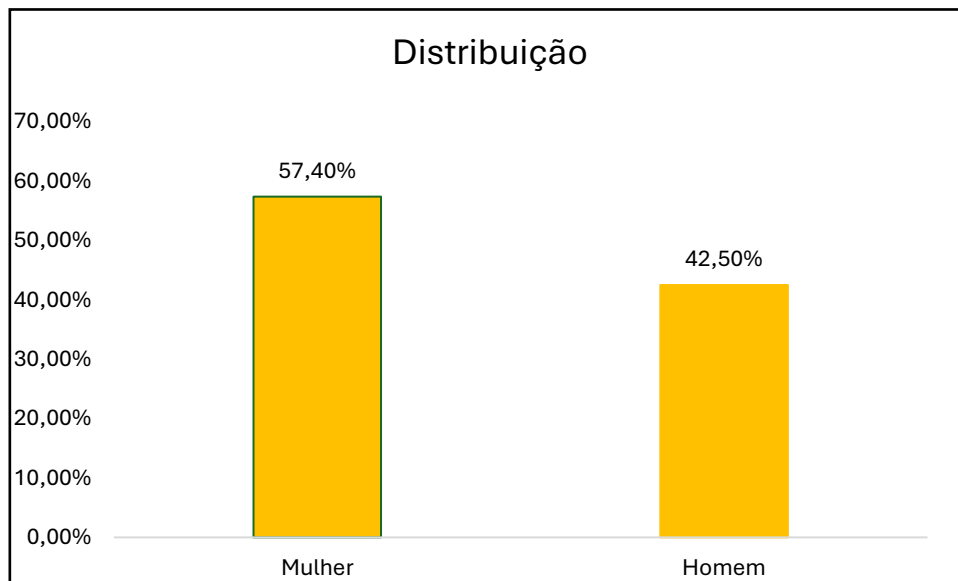
Sobre os principais desafios enfrentados pela Comunidade Tia Eva, os respondentes citaram alguns pontos a ser destacados como necessidade de melhorias na infraestrutura (asfalto, esgoto), nos equipamentos de lazer, nos serviços de limpeza do bairro. Foram registradas, também, preocupações com a poluição e à ocorrência de dengue, além de haver comentários sobre existência de assoreamento no Córrego Segredo.

A percepção ambiental da Comunidade revela um cenário de relativa tranquilidade quanto aos impactos ambientais diretos. A maioria dos respondentes (98,1%) não sofreu com questões de alagamentos. Ficou evidente a ausência total de conhecimento de "racismo ambiental" entre os entrevistados, que afirmou não conhecer o termo, o que sinaliza uma lacuna para a conscientização ambiental e social da comunidade estudada.

3.5. Entrevistas com moradores: Aldeia Marçal de Souza e Perfil Socioeconômico

A pesquisa realizada na Aldeia Marçal de Souza contou com a presença de 54 participantes e oferece uma visão detalhada sobre a população, que apresenta rendimentos ainda mais limitados. A maior parte dos entrevistados é do sexo feminino (Figura 30) representados por 57,4%, enquanto os homens registraram 42,5%.

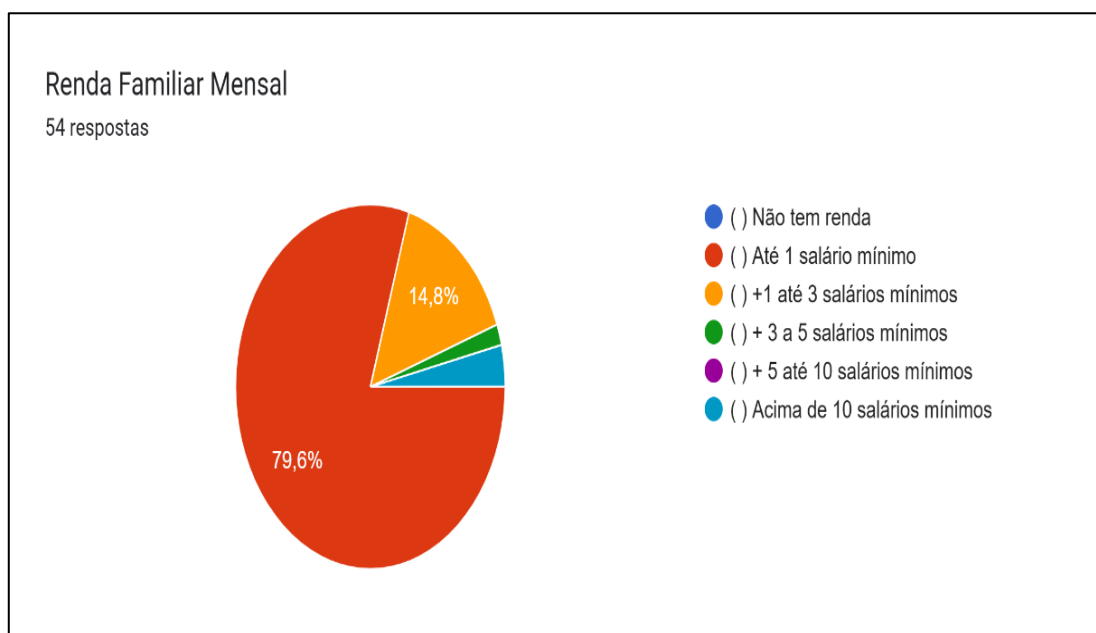
Figura 29 - Distribuição por gênero dos entrevistados - Aldeia Urbana Marçal de Souza



Org.: A Autora.

Do ponto de vista da renda familiar mensal, os moradores da AU Marçal de Souza, conforme a Figura 31, revela maior presença de residentes com menor faixa de rendimentos. A maior parte dos respondentes (79,6%) indicou ter uma renda familiar de até um salário-mínimo. Outrossim, 8% dos participantes declararam ter renda familiar entre 1 até 3 salários-mínimos. Consequentemente, esse perfil de baixa renda agrava a vulnerabilidade da Comunidade, que também sofre com a oferta dos serviços públicos oferecidos e não consegue ter acesso a serviços privados.

Figura 30 - Renda – Aldeia Urbana Marçal de Souza

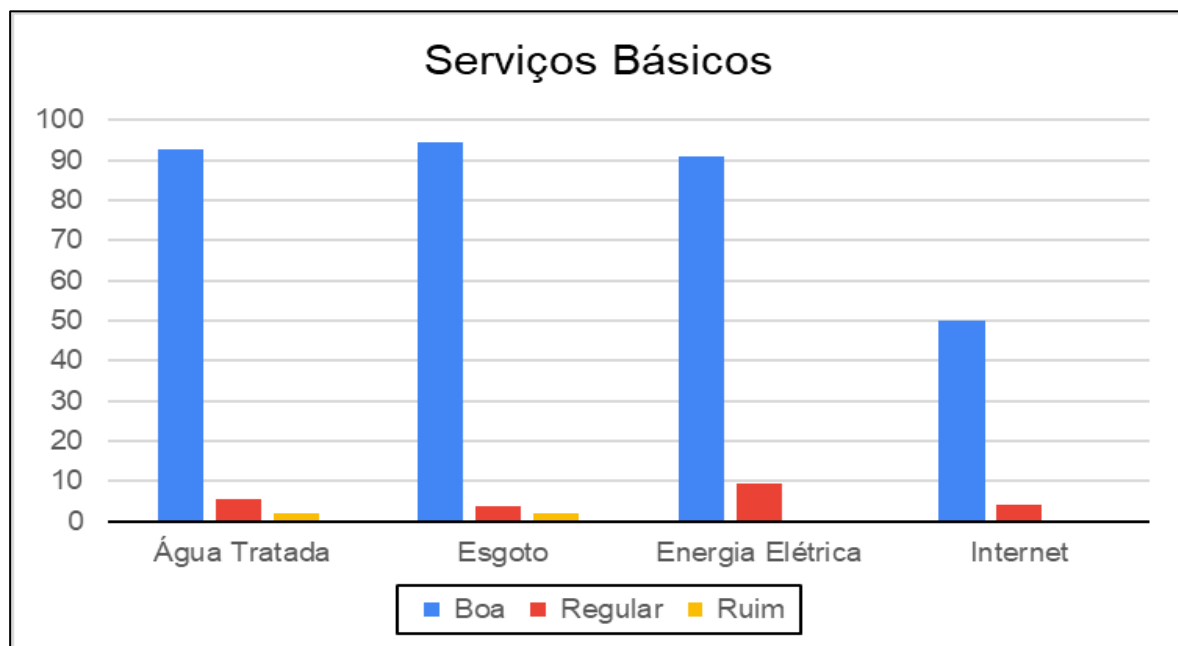


Org.: A Autora.

A respeito da infraestrutura e dos serviços básicos, os entrevistados disseram estar satisfeitos com a oferta de água, energia, esgoto, coleta de lixo, internet (Figura 32), o que revela que a Aldeia Marçal recebeu uma infraestrutura desde a construção do conjunto habitacional, para abrigar as famílias.

Este fato é diferente ao identificado na Comunidade Tia Eva, que recebeu o esgoto somente no ano de 2024, como destacaram os moradores e o líder comunitário, indicando que existem residências que não fizeram a ligação à rede pública de esgoto por falta de recursos financeiros para pagar a instalação em seus lotes/residências.

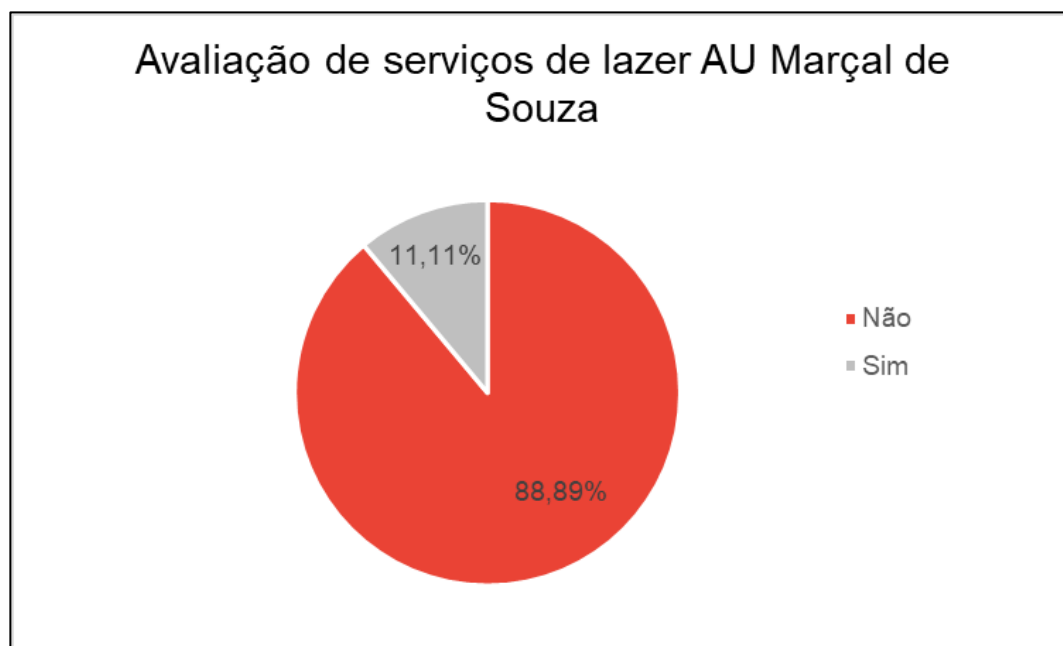
Figura 31 – Infraestrutura e Serviços básicos - Aldeia Marçal de Souza



Org.: A Autora.

Sob a ótica da infraestrutura e equipamentos voltados ao bem-estar, os dados apontam para uma carência marcada pela falta de infraestrutura de lazer, convergindo com os achados identificados na Comunidade Tia Eva (Figura 33).

Figura 32 - Avaliação de área de lazer suficientes na Aldeia Urbana Marçal de Souza



(Org.: Autora)

Em dados quantitativos, os achados na Aldeia Marçal mostram que 88,89% dos entrevistados afirmam não haver áreas de lazer suficientes para atender as famílias. Dessa maneira, nota-se que a ausência de equipamentos públicos de lazer e convivência é um traço comum de vulnerabilidade socioespacial que atinge as comunidades estudadas, relegando a esses povos práticas culturais e de lazer em espaços improvisados ou restritos, como o Memorial da Cultura indígena - Cacique Enir Terena, que fica aberto somente em horário comercial, permanecendo fechado nos finais de semana e feriados.

Quanto à percepção ambiental negativa da Comunidade identificamos um cenário tranquilo quanto aos impactos diretos, pois 98,1% dos entrevistados alegaram que nunca sofreram com alagamentos, indicando que a infraestrutura local parece ser eficaz na prevenção desse tipo de ocorrência. Outro ponto a destacar foi a ausência de algum problema relacionada à poluição.

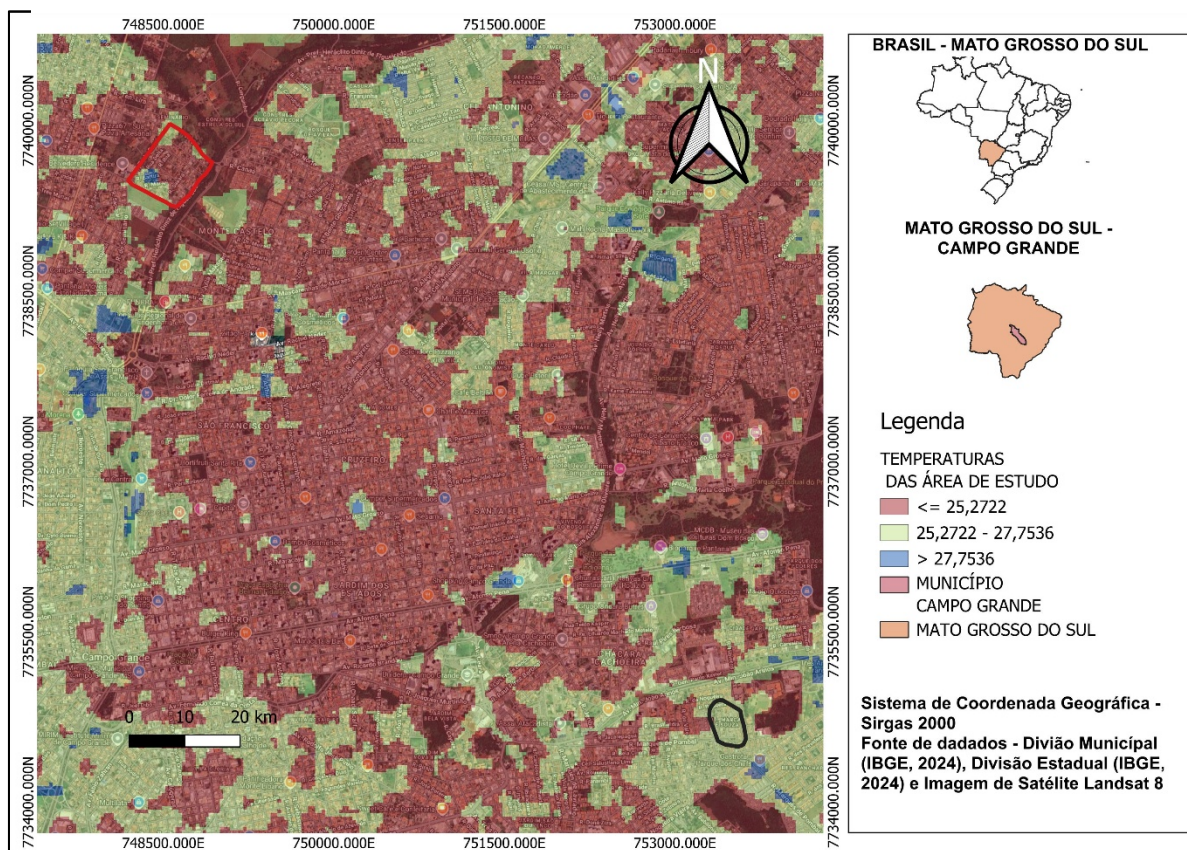
Dessa maneira, a busca pela definição do racismo ambiental e a identificação das vulnerabilidades encontradas nas comunidades em estudo, revelou uma desigualdade socioespacial que relega as comunidades às áreas com infraestrutura deficitária e de invisibilidade institucional. Os moradores entrevistados desconhecem o termo racismo ambiental, embora presenciem e vivenciem em parte seus efeitos, como a insegurança, a falta de áreas de lazer e identificação de problemas respiratórios agravados pelas condições ambientais. Essa análise corrobora com as ideias de Bullard (2000), apontando que o racismo ambiental não é um acidente, mas um produto de estruturas sociais que selecionam grupos vulneráveis para suportar o ônus do desenvolvimento.

O estudo revela dinâmica distintas de resistências e adaptação das comunidades. Na Comunidade Tia Eva, a Igreja de São Benedito e as festividades tradicionais, surgem como rugosidades, mostrando que o passado resiste no presente. No período atual iniciou-se um novo capítulo, pois após décadas de abandono estatal, em 2026 conquistaram investimentos em relação a um dos símbolos mais marcantes e a Igreja da Comunidade será restaurada, representando um marco na justiça reparatoria, além da construção de um condomínio quilombola, com 300 casas. Tal fato pode ser lido como uma nova fase em seu processo de territorialização, na qual o espaço vivido dá destaque às práticas ancestrais que passam de geração a geração.

3.6. Microclima e Racismo Ambiental: Desigualdade térmica

A seguir, apresentam-se as análises cartográficas da Temperatura da Superfície Terrestre (TST) (Figura 34), obtidas via sensoriamento remoto térmico, que permitem observar como os padrões de uso e cobertura do solo impactam diretamente o microclima nas áreas estudadas.

Figura 33 - Mapa de Temperatura- Comunidade Tia Eva e Aldeia Marçal de Souza.



Org.: Oliveira, 2026

Na Figura 34, observa-se o resultado do processamento de imagens de satélites Landsat 8 (Banda 10 - TIRS), obtidas por meio da plataforma Earth Explorer (USGS). Através da aplicação de equações matemáticas na Calculadora Raster em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), os níveis digitais de radiância foram convertidos em graus Celsius ($^{\circ}\text{C}$). Esse procedimento permitiu identificar variações nítidas na Temperatura da Superfície Terrestre, as quais corroboram a existência de Ilhas de Calor Urbanas (ICU) em Campo Grande - MS. Essa correlação aponta que a carga térmica urbana é distribuída de forma desigual sobre os bairros,

observando-se que as áreas periféricas e as comunidades tradicionais enfrentam dinâmicas microclimáticas distintas. Cabe destacar que as delimitações dos bairros, do município e do Estado foram geradas a partir das bases cartográficas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa correlação aponta que a carga térmica urbana é distribuída de forma desigual sobre os bairros, e observa-se áreas mais afetadas à temperaturas mais elevadas que outras.

A leitura do mapa térmico revela que a cidade possui, por natureza, temperaturas médias elevadas. Neste cenário de clima tropical, a arborização não é apenas estética, mas um elemento vital para a mitigação do desconforto térmico.

A Figura 35 detalha o comportamento térmico nas áreas estudadas, a Comunidade Tia Eva, área que configura um polígono em vermelho inserida na porção superior esquerda, apresenta uma área com uma alta densidade de construções, que aponta para uma carência de áreas verdes; já a Aldeia Marçal, no polígono em preto, apresenta temperaturas mais frias, que variam entre médias de 25 a 27°C, que coincidem com a presença de maior vegetação no seu entorno, como o Parque das Nações Indígenas.

Figura 34 - Comparação entre as superfícies da Comunidade de Tia Eva e da Aldeia Marçal de Souza



Fonte: Google Earth

Desse modo, observa-se uma distribuição desigual do conforto térmico. As oscilações térmicas observadas na Figura 35 podem ser discutidas a partir das reflexões de Takebayashi e Moriyama (2007). Estes autores demonstram que superfícies de concreto e materiais de baixa refletância elevam o fluxo de calor sensível para a atmosfera, enquanto superfícies verdes mitigam esse calor por meio do fluxo de calor latente, associado à evapotranspiração.

Na Comunidade Tia Eva as manchas térmicas são superiores a $27,75^{\circ}\text{C}$ no entrono do Bairro Seminário, validando a percepção dos moradores e a carência de arborização destacada nos questionários. Portanto, essa configuração térmica contribui para o aumento de doenças respiratórias, conforme relatada pelos entrevistados.

Como explica Weng (2009), as propriedades físicas das superfícies e as atividades antropogênicas determinam o microclima local, em que o ônus térmico recai sobre as comunidades mais vulneráveis, que possuem renda limitada,

mostrando uma face do racismo ambiental, onde a falta de arborização mais adequada acentua o problema.

Por outro lado, no Bairro Tiradentes, onde se localiza a AU Marçal de Souza, a Comunidade está localizada em uma zona com maior presença de áreas verdes, o que contribui para que a variação de temperatura esteja entre 25,27°C e 27,75°C. Isso se deve, em parte pela sua localização em relação à expansão urbana de bairros de classe média.

Dessa forma, a análise comparativa entre as comunidades revela que a variação térmica decorre de escolhas políticas públicas sobre o planejamento urbano. Enquanto a Aldeia Marçal de Souza se beneficia de um conforto térmico um pouco melhor, decorrente de sua proximidade com bairros de maior poder aquisitivo, a Comunidade Tia Eva enfrenta o oposto, verificando-se superfícies que possuem alta absorção radiante. Isso pode ser considerado uma segregação socioespacial que além da perversidade social, é também, climática, mostrando que a temperatura superficial é, em última análise, um marcador de segregação social onde a existência das ilhas de calor necessitam de urgente intervenção pública, com a extensão da arborização e outras medidas para amenizar tais condições. Trata-se, na verdade, da necessidade de uma reparação histórica, que se torna ainda mais urgente com o aquecimento global.

3.7 Promoção da Justiça Ambiental e Mitigação de Vulnerabilidades

A promoção da justiça ambiental em Campo Grande manifesta-se por meio de ações que buscam romper com a lógica da “colonialidade da natureza”, visando à redistribuição dos ônus ambientais. Cabe considerar as disparidades mensuradas pelo índice de inclusão/exclusão social. Segundo estudo de Sauer, Campêlo e Capillé (2012), as regiões onde se encontram as comunidades do estudo apresentam desafios estruturais que vão além da renda, manifestando-se de forma acentuada na dimensão educacional e na supressão de direitos (Tabela 1).

Tabela 1 - Indicadores de Vulnerabilidade Social (IVS) 2016

Indicador	Região B. Seminário	Região B. Tiradentes
Pobreza do Chefe de Família	0,19	0,38
Desigualdade de Renda	0,54	0,60
Famílias no CadÚnico	40%	42%
Baixa Escolaridade (Chefe)	0,95	0,94
Direitos Suprimidos (Criança/Adolescente)	0,49	0,44

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Sauer, Campêlo e Capillé (2012).

É importante ressaltar que a exclusão social, ou a inclusão precária, como enfatizado por outros autores, é um processo multifacetado e a utilização de um indicador, que permite observar o comportamento das variáveis, possui limitações técnicas. Como apontam Sauer, Campêlo e Capillé (2012):

A exclusão social é um processo multifacetado que se revela através de vários indicadores, como distribuição de renda, capacitação dos chefes de família, composição etária da família, direitos suprimidos dos componentes da família, entre outros. A análise individual destes componentes permite a verificação de sua associação com a exclusão social. A composição de um indicador único, geral, da exclusão social permite observar o comportamento conjunto dela. Existem limitações técnicas na construção deste indicador, como por exemplo, os pesos fornecidos para cada componente, os quais poderiam ser questionados. Também é possível a discussão de quais indicadores deveriam compor um índice de exclusão social, sugerindo outras variáveis ou até excluindo algumas daquelas utilizadas (Sauer; Campêlo; Capillé, 2012, p. 59).

Esses indicadores refletem uma estrutura urbana que distribui de forma desigual as oportunidades e os riscos. Para promover essa mitigação de vulnerabilidades socioespaciais, exige-se que o Estado deixe de atuar de maneira tecnicista e passe a adotar medidas de justiça reparatória. Para Herculano, sob esse viés, o conceito de justiça ambiental:

[...] implica desenvolver articuladamente as lutas ambientais e sociais: não se trata de buscar o deslocamento espacial das práticas danosas para áreas onde a sociedade esteja menos organizada, mas sim de democratizar todas as decisões relativas à localização e às implicações ambientais e sanitárias

das práticas produtivas e dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura. (Herculano, 2008, p. 13).

Os dados quantitativos do IVS são ratificados pelos achados qualitativos desta pesquisa. Durante a aplicação dos questionários, observamos que as disparidades socioespaciais da capital se mantêm: a maioria da população das comunidades apresenta renda inferior ou igual a um salário-mínimo. Na Comunidade Tia Eva, grande parte é composta por mulheres que são donas de casa e, outra parte, por trabalhadores da construção civil; já na Aldeia Marçal de Souza é composta por mulheres que são donas do lar e que recebem até um salário-mínimo.

Essa precariedade econômica poderia ser mitigada por mais políticas públicas (projetos envolvendo saúde, educação, cultura, entre outras), que visassem a reparação histórica nesses territórios. No caso da Comunidade Quilombola Tia Eva, a pesquisa identificou que foram destinados investimentos recentes, como os R\$2,213 milhões destinado à restauração da Igreja de São Benedito¹⁷, um projeto de requalificação urbana e cultural do estado de Mato Grosso do Sul, que além de promover a preservação cultural da comunidade, também pode representar uma melhoria nas condições de moradia dos residentes.

Outro ponto a ser destacado é a regularização fundiária como medida de mitigação, pois a Comunidade Tia Eva recentemente conquistou seu reconhecimento como território quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em setembro de 2025, com a publicação oficial de uma portaria no Diário Oficial da União. O ato reconheceu oficialmente os 21,59 hectares da Comunidade Tia Eva, após um processo de quase duas décadas¹⁸.

Pontua-se que esse reconhecimento não seja apenas um ato burocrático, mas uma ferramenta que busca mitigar a vulnerabilidade da comunidade. Com essa delimitação o Estado busca oferecer segurança jurídica contra a pressão imobiliária e a desterritorialização, que sempre foram ameaças presentes no território quilombola.

Também está previsto a implementação do Condomínio Quilombola Tia Eva, com um investimento de R\$ 32 milhões para a construção de unidades habitacionais.

¹⁷ RESTAURAÇÃO da Igreja de São Benedito na Comunidade Tia Eva em Campo Grande. **A Crítica**, 2023. Disponível em: <https://www.acritica.net/light/restauracao-igreja-sao-benedito-comunidade-tia-eva-campo-grande/869744/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

¹⁸ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/comunidade-tia-eva-e-oficialmente-reconhecida-como-territorio-quilombola>. Acesso em: 03 fev. 2026.

Essas medidas buscam promover a justiça ambiental no nível local, o que depende diretamente do fortalecimento de políticas federais e do reconhecimento da especificidade de cada território.

Diferentemente do processo de regularização fundiária observado na Comunidade Tia Eva, a Aldeia Urbana Marçal de Souza enfrenta desafios sobretudo em relação à manutenção da identidade cultural dos indígenas. Embora tenha sido a primeira aldeia urbana do país, os indicadores de vulnerabilidade apresentados por Sauer, Campêlo e Capillé (2012) (Tabela 1) indicam o nível de baixa escolaridade dos chefes de família (0,94), o que compromete as condições de vida em ambiente urbano; outro ponto a destacar é em relação ao trabalho dos moradores da comunidade. Os dados coletados indicam uma maior concentração de mulheres “donas do lar” com renda de até um salário-mínimo, exigindo políticas públicas que fortaleçam o aumento da renda dessas famílias, por meio de oficinas e cursos de artesanato local e economia solidária que possibilitem maior autonomia financeira da comunidade.

Na visita *in loco*, observou-se a expansão imobiliária em seu entorno, destacando que não há área disponível para uma ampliação da comunidade, pois a construção foi feita no formato de um conjunto habitacional. Cabe destacar que desde sua criação, em 1995, a Aldeia enfrenta desafios que expõem suas vulnerabilidades. Se, por um lado, houve o pioneirismo de uma política municipal que ofereceu condições mais adequadas de moradia urbana aos indígenas, por outro lado, é um indicativo de que os territórios indígenas carecem de políticas que atendam suas necessidades, empurrando-os para o contexto urbano. O fato de ter havido um grande crescimento populacional entre 2010 e 2022 na capital e aumentado o número de áreas ocupadas, é revelador da precariedade em que tais comunidades se encontram, marcados pela falta de políticas públicas contínuas, que tendem a ampliar as demandas e a vulnerabilidade dessa população.

Na última audiência pública realizada na aldeia, em novembro de 2025, lideranças locais afirmaram que o modelo original de habitação não acompanhou o crescimento das famílias. A realidade de famílias, dividindo espaço num mesmo terreno e/ou casa, muitas vezes ocupando o fundo dos pequenos quintais de parentes, é revelador das contradições geradas, refletindo a supressão dos direitos habitacionais e a necessidade de ampliação das moradias ou da construção de novas unidades residenciais, que possam atender aos que se encontram em espaços

cedidos. Portanto, cabe destacar a responsabilidade do Estado em direcionar novas políticas públicas que possam garantir condições socioespaciais mais dignas às comunidades analisadas, ampliando isso para outros grupos, provavelmente ainda mais afetados pelo racismo e injustiça ambiental em Campo Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou abordar a gênese da reflexão sobre o racismo ambiental e injustiça ambiental, evidenciadas inicialmente nos EUA, em meados da década de 1980, e incorporadas no Brasil a partir dos anos 1990. Tendo como ponto de partida questões históricas e estruturais, buscamos compreender a partir da reflexão geográfica os conceitos essenciais que permeiam a temática do racismo ambiental, da justiça e da injustiça ambiental nas comunidades tradicionais urbanas Tia Eva e Aldeia Urbana Marçal de Souza em Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Consideramos que esta análise contribui para uma reflexão verticalizada na compreensão da forma como tem ocorrido a degradação do planeta, identificando seus pilares constituintes e, dessa maneira, destacou-se neste trabalho como tais conceitos podem auxiliar na análise das comunidades urbanas que apresentam uma vulnerabilidade maior.

Nesta perspectiva, consideramos que a pesquisa mostrou como a Geografia pode contribuir para uma análise dos territórios, da territorialidade e da desterritorialidade, demonstrando como esses conceitos se conectam com o estudo de áreas suscetíveis ao racismo ambiental. Logo, destacou-se que as raízes do racismo ambiental são históricas e, ao longo dos séculos, esse processo vem sendo ampliado e se aprofundado com a globalização, manifestando-se na produção de um espaço marcado pelas desigualdades socioambientais nas comunidades locais, notadamente, naquelas mais frágeis em termos étnicos e socioeconômicos.

Dessa forma, o estudo revela que o racismo ambiental em Campo Grande apresenta especificidades em relação à gênese norte-americana, pois, tanto no Brasil quanto na América Latina, observa-se uma estrutura de classes etnizadas, onde a cor e a etnia são critérios determinantes para o acesso ou não aos serviços públicos essenciais, bem como à sua exposição a riscos ambientais graves.

O estudo evidenciou a Comunidade Tia Eva e a Aldeia Marçal de Souza, sendo que cada uma delas apresenta especificidades, como sua própria constituição histórica.

No período recente, a Comunidade Quilombola Tia Eva, após décadas de invisibilidade institucional e de deterioração de seus símbolos, passou a vivenciar avanços significativos. O ano de 2026 marca a conquista de importantes direitos,

como o reconhecimento oficial de seu território pelo INCRA, incluindo a titulação de 21,59 hectares, além da destinação de recursos para intervenções relevantes, como o restauro da Igreja de São Benedito e a modernização do centro cultural. Soma-se a isso a proposição de um projeto voltado à implantação de um condomínio residencial destinado aos remanescentes da comunidade. Nesse contexto, tais iniciativas podem ser compreendidas, em certa medida, como expressões de justiça reparatória, na medida em que buscam assegurar a permanência do grupo em seu território ancestral.

No que se refere à Aldeia Marçal de Souza, as conquistas têm início ainda na década de 1990, quando um grupo de indígenas Terena passou a ocupar parte de um território pertencente à FUNAI. Esse movimento representou um passo fundamental na luta pela garantia de moradia, materializada em habitações cujo desenho arquitetônico frontal remete à forma de uma oca. Durante as visitas de campo realizadas *in loco*, constatou-se a escassez de arborização no espaço ocupado pela comunidade, o que compromete o conforto térmico dos moradores. No que diz respeito ao lazer, conforme apontado nas entrevistas, o Memorial Indígena funciona em horário comercial e apresenta uma orientação voltada predominantemente ao turismo, o que limita as possibilidades de uso do espaço pelas crianças da comunidade. Embora reconhecida como a primeira aldeia urbana do país, a comunidade segue reafirmando sua resistência ao buscar reconhecimento dos seus direitos por meio da Defensoria Pública e do Ministério Público Federal. Apesar dos desafios enfrentados, a Aldeia Marçal de Souza é considerada, por outras aldeias urbanas, uma referência no que se refere à sua infraestrutura, o que demonstra a precariedade dos demais territórios urbanos onde a população indígena se concentra.

Nesse contexto, o racismo ambiental identificado nas comunidades estudadas está relacionado com problemas como: precariedade na moradia, escassez de áreas verdes e infraestrutura urbana inexistente ou insuficiente. A análise das condições socioespaciais na Comunidade Tia Eva e na Aldeia Marçal de Souza apontam que as disparidades socioeconômicas e raciais impactam na saúde e nas oportunidades oferecidas aos moradores. Os resultados confirmam a precariedade habitacional e a carência de áreas de lazer que são reflexos de uma invisibilidade institucional. Os resultados reforçam a importância da reflexão e discussão acerca do tema. A base metodológica adotada permitiu captar a percepção do sujeito sobre a noção de

racismo ambiental e vulnerabilidade ambiental, enfatizando a importância da utilização da geografia como ferramenta de análise. O estudo também deixou evidente a lacuna sobre a conscientização das comunidades acerca do tema, visto que a maioria dos participantes desconhecem a problemática, embora sinta seus efeitos cotidianamente.

A análise contribui para a necessidade de elaboração de medidas para frear essas injustiças, como políticas públicas integradas, que incluam qualificação profissional, oficinas de artesanato e economia solidaria, que possibilitem fortalecer a autonomia dessas comunidades. A pesquisa revelou que há muito a ser estudado sobre a temática, que ainda se mostra escassa em termos da literatura local, revelando um campo ainda a ser explorado. Considera-se, também, que mais pesquisas sobre o assunto podem resultar em contribuição às políticas públicas que se direcionem a essas comunidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. S. **A vulnerabilidade e o racismo ambiental no Brasil**: uma análise a partir da perspectiva biopolítica foucaultiana. 2018. 230 f. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018.

ACOSTA, A. **Bem viver**: a oportunidade de imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002.

ACSELRAD, H; MELLO, C. C. A; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARISTIDES, A. Com 108 anos, Igreja São Benedito será restaurada: verba de aproximadamente R\$ 128 mil deve ser destinada para o projeto. **Correio do Estado**, Campo Grande, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/com-108-anos-igreja-sao-benedito-sera-restaurada/365626/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BATISTOTI, A. F; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. *Rua, Campinas*, v. 25, n. 2, p. 329-355, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8655545>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLAUT, J. M. ***The colonizer's model of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history***. New York: The Guilford Press, 1993.

BRANDÃO, Z. A dialética macro/micro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Incra reconhece terras de comunidades quilombolas em três estados**. Brasília, DF: Incra, 23 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-reconhece-terras-de-comunidades-quilombolas-em-tres-estados>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BUAINAIN, M.S. C. N (Org.). **Campo Grande: memória em palavras**: a cidade na visão de seus prefeitos. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006.

BULLARD, R. D. ***Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality***. 3. ed. Boulder: Westview Press, 2000.

BULLARD, R. D. ***Environment and morality: confronting environmental racism in the United States***. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2004. 31 p. (Identities, Conflict and Cohesion Programme Paper, n. 8).

CASTEL, R. “As armadilhas da exclusão”. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.

CASTEL, R. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

COLE, L. W.; FOSTER, S. R. ***From the Ground Up: Environmental Racism and the Rise of the Environmental Justice Movement***. New York; London: New York University Press, 2001. p. 19.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

CUTTER, S. L.; BORUFF, B. J.; SHIRLEY, W. L. *Social vulnerability to environmental hazards*. ***Social Science Quarterly***, v. 84, n. 2, p. 242-261, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1540-6237.8402002>. Acesso em: 22 mar. 2025.

DEUTSCH, S. F; COURI, G. A. **Avaliação de glebas com restrições ambientais**. In: Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, 17., 2013, Florianópolis. Anais [...]. São Paulo: IBAPE, 2013. p. 24. Disponível em: <https://biblioteca.ibapenacional.com.br/wpcontent/uploads/2013/12/Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-glebas-com-restri%C3%A7%C3%B5es-ambientais-Simone-Feigulson-Gilberto-Couri.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DIACÓPULOS, J. R. **Comunidade quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): memória, ensino de história e educação antirracista**. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/724338>. Acesso em: 17 fev. 2026.

EAKIN, H; L, A.L. *Assessing the vulnerability of social-environmental systems*. ***Annual Review of Environment and Resources***, v. 31, p. 365-394, 2006. DOI: 10.1146/annurev.energy.30.050504.144352.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001, 324 p.

FERNANDES, F. **O que é racismo ambiental e por que falar sobre isso na escola**. Disponível em: <<https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/17388-o-que-%C3%A9-racismo-ambiental-e-por-que-falar-sobre-isso-na-escola>>. Acesso em: 12 maio 2024.

FERNANDES JÚNIOR, J.R.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. A migração Terena para o perímetro urbano de Campo Grande, MS (2003-2023). **Interações**, Campo Grande,

v. 25, n. 3, p. e2534554, 2024. Disponível em:

<https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4554>. Acesso em: 3 set. 2025.

FRANCE 24. ***Desde Brasil denuncian racismo ambiental en medio de las inundaciones***. France 24, Paris, 18 mar. 2024. Disponível em:

<https://www.france24.com/es/programas/medio-ambiente/20240318-desde-brasil-denuncian-racismo-ambiental-en-medio-de-las-inundaciones>. Acesso em: 12 jun. 2026.

FRIAS, S. Comunidade Tia Eva é oficialmente reconhecida como território quilombola. **Campo Grande News**, Campo Grande, 2025. Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/comunidade-tia-eva-e-oficialmente-reconhecida-como-territorio-quilombola>. Acesso em: 3 fev. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. SP: Atlas, 2002. p.p.21-128.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In Bastos, Elide Rugai et.al. (org). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C.W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In: Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, 2004.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L.

(Orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.166-205.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. **Racismo ambiental, o que é isso**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: indígenas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 12 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bases cartográficas contínuas**: Brasil, unidades da Federação e municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas.html>. Acesso em: 12 jun. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>. Acesso em: 7 fev. 2025.

KASHIMOTO, E. M; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, v.3, n 4, set. 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969. 133 p.

LEFF, E. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Los tormentos de la materia**: aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 21-39.

LIMA FILHO, L. M. A. **Amostragem**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, s.d. Disponível em: <http://www.de.ufpb.br/~luiz/Adm/Aula9.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 112 p.

MARQUES, L. C. F. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2. ed. rev. ampl. 2016

MARTÍNEZ-ALIER, J. Introducción a la economía ecológica. **Cuadernos de Medio Ambiente**. Rubens: Barcelona, 1999.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura. **Comunidades indígenas**. Disponível em: <https://www.setesc.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em: 7 jan. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Cidadania. **Dados sobre comunidades indígenas urbanas de Campo Grande/MS**. Campo Grande: SEC, 2025. Informação fornecida à autora durante pesquisa de campo.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura. **Comunidades indígenas**. Campo Grande: SETESC, s.d. Disponível em: <https://www.setesc.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em: 7 jan. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL). **Com início das obras, moradores da Comunidade Tia Eva vivem sonho de ver restauro da igreja e entorno.** Campo Grande: Portal MS, 2026. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/com-inicio-das-obras-moradores-da-comunidade-tia-eva-vivem-sonho-de-ver-restauro-da-igreja-e-entorno/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

MINAYO, M. C.S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MODENA, C. Painel belíssimo sinaliza acesso à 1ª aldeia urbana do Brasil. **Campo Grande News**, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/painel-belissimo-sinaliza-acesso-a-1a-aldeia-urbana-do-brasil>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MOSER, C. **The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies.** *World Development*, v. 26, n. 1 p. 1-19, 1998.

MUSSI, V. P. L. Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras. **História Unisinos**, v. 15, n. 2, p. 206-215, Maio/Agosto 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/146> Acesso em: 25 mar. 2025.

NASCIMENTO, B.L; ZANGALLI JUNIOR, P.C. Racismo ambiental e geografia: uma abordagem possível? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, edição especial, p. 9-24, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1337>. Acesso em: 7 fev. 2025.

OLIVEIRA, M.D.M. **Comunidade Tia Eva: bairro de negros, herança de fé.** 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

PACHECO, T. ***Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond. Development in Practice***, v. 18, n. 6 (nov., 2008), p. 713-725 (13 pages) Published By: Taylor & Francis, Ltd.

PAULA, V. T. de. **Índice de (In) Justiça Espacial?** Equacionando as Injustiças Socioeconômicas, Culturais e Ambientais no Território: O caso da pandemia na cidade do Rio de Janeiro. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

POCINHO, M. T. S; MATOS, F. N. **Metodologias de pesquisa e de investigação:** qualitativa, quantitativa, quantiquantitativa, qualiquantitativa e revisões sistemáticas. Coimbra: Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360061984>. Acesso em: 12 jun. 2026.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROWSE, M. *Towards a clearer understanding of ‘vulnerability’ in relation to chronic poverty*. **CPRC Working Paper**, n. 24, 2003. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08d11e5274a31e000160c/24Prowse.pdf> Acesso em: 25 mar. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; CANDIOTTO, L. Z. Z. P.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos. Considerações sobre a geografia e o conceito de território em Friedrich Ratzel. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 159, 2000. Acesso em: 15 ago. 2025.

RIBEIRO, D.O **povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade.

Revista Cidades, v. 4. n. 6, p. 73-88, 2007.

SÁNCHEZ-GONZÁLEZ, D.; EGEA-JIMÉNEZ, C. *Enfoque de vulnerabilidad social para investigar las desventajas socioambientales. Su aplicación en el estudio de los adultos mayores. **Papeles de Población***, vol. 17, núm. 69, julio-diciembre, 2011, pp. 151-185 Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México
https://www.redalyc.org/pdf/112/Resumenes/Abstract_11221117006_2.pdf

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.

SANTOS, C. A. B. P. dos. **Fiéis descendentes**: redes – irmandades na pós abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006. 392 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, M.A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins, RS. 1. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2003. 240 p.

SAUER, L; CAMPÊLO, E.H. R; CAPILLÉ, M. L. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande – MS**: uma nova reflexão. Campo Grande: Editora Oeste, 2012.

SAQUET, M.A; SPOSITO, E.S (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

SILVA, L. F. B. L.; BERNARDELLI, M. L. F. H. A constituição da comunidade urbana Água Bonita em Campo Grande – MS: territorialidade e identidade indígena. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 17., 2016, São Luís. Anais [...]. São Luís: AGB, 2016.

SILVA, L. F.B. L. **Mobilidade Terena para assentamentos informais urbanos na periferia da cidade**: processos de (re)territorialização da comunidade Indígena no Jardim Inápolis em Campo Grande-MS. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2022.

SILVA, R. C.; MARTINS, C. H. S. Lei 10.639: novos rumos para as relações raciais no Brasil. In: **Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades**, 2014, Salvador. Anais [...]. Salvador: CONINTER, 2014.

SILVA, H. P. L. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro, **e-cadernos CES** [Online], 17 | 2012, posto online no dia 01 setembro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>
Acesso em: 28 mar. 2025.

SOJA, E. **Seeking Spatial Justice**: An innovative new way of understanding. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/371876281/Globalization-and-Community-Edward-W-Soja-Seeking-Spatial-Justice-Univ-Of-Minnesota-Press-2010-pdf>. Acesso em 07.fev. 2025.

SOUZA, M. L. de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Editora, 2013.

SOUZA, M. L. de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et al., **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116

SPOSITO, E. S. et al. Considerações sobre a geografia e o conceito de território em Friedrich Ratzel. **Faz Ciência- Sociedade, Espaço e Economia**, v. 5, n.1, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEINBRENNER, R. M. A.; Brito, R. S.; Castro, E. R. Lixo, racismo e injustiça ambiental na Região Metropolitana de Belém. **Cadernos Metr pole**, 22, 935–961, 2020.

SVAMPA, Maristella. No colapso, mas contra a distopia: alianças globais de lutas por justiça ecossocial e econ mica no Antropoceno: entrevista com Maristella Svampa. [Entrevista cedida a] Felipe Milanez e Isabella Alves Lamas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5915, p. 1-17, maio 2022. Disponível em: maristellasvampa.net. Acesso em: 3 set. 2026.

WENG, Qihao. *Thermal infrared remote sensing for urban climate and environmental studies: methods, applications, and trends*. **ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing**, v. 64, n. 4, p. 335-344, 2009.

TAKEBAYASHI, H.; MORIYAMA, M. *Surface heat budget on green roof and high reflection roof for mitigation of urban heat island*. **Building and Environment**, v. 42, n. 8, p. 2971-2979, ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2006.06.017>. Acesso em: 18 fev. 2026.

TETILA, L. **Marçal de Souza Tupã'I**: um guarani que não se cala. Campo Grande: Editora UFMS, 1994.

TOPMIDIA NEWS. **Governo inicia restauração da Igreja de São Benedito, na Tia Eva**. Campo Grande, 08 abr. 2024. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/campo-grande/governo-inicia-restauracao-da-igreja-de-sao-benedito-na-tia-eva/235086/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIETTA, K. Os “valores” da cerâmica terena campo-grandense: um patrimônio em busca de reconhecimento. **Cadernos Do LEPAARQ** (UFPEL), 12(24), 97-132. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/download/6530/4681>> Acesso em: 25 ago. 2025.

WENG, Q. *Thermal infrared remote sensing for urban climate and environmental studies: Methods, applications, and trends*. **ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing**, v. 64, n. 4, p. 335-344, 2009.

YAHN, Natalia. Com risco de desabar, situação de igreja na Comunidade Tia Eva é investigada: o prédio pode cair por conta do apodrecimento do forro de madeira. **Correio do Estado**, Campo Grande, 28 nov. 2018. Cidades. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/com-risco-de-desabar-situacao-de-igreja-na-comunidade-tia-eva-e-inves/341907/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

APÊNDICE - A

Pergunta	Resposta
Gênero	() Homem () Mulher () Outro: _____
Idade	
Comunidade de Origem	
Tempo de Residência	() Até 1 ano () + 1-5 anos () + 5-10 anos () Mais de 10 anos
Anteriormente, onde residia?	() Área urbana do mesmo município () Área rural do mesmo município () Outro: ____
Profissão	
Renda Familiar Mensal	() Não tem renda () Até 1 salário mínimo () +1 até 3 salários mínimos () + 3 a 5 salários mínimos () + 5 até 10 salários mínimos () Acima de 10 salários mínimos

Há quanto tempo	Sim	Não	Tempo de disponibilidade do serviço	Qualidade
Esgoto				() Boa () Regular () Ruim
Água				() Boa () Regular () Ruim
Luz				() Boa () Regular () Ruim
Internet				() Boa () Regular () Ruim
Telefone				() Boa () Regular () Ruim

1. Questionário socioeconômico

2. Quais infraestrutura e serviços são disponíveis em sua comunidade.

Asfalto				() Boa () Regular () Ruim
Coleta de lixo				() Boa () Regular () Ruim
Segurança				() Boa () Regular () Ruim
Creche				() Boa () Regular () Ruim
Escola de Ensino Fundamental				() Boa () Regular () Ruim
Escola de Ensino Médio				() Boa () Regular () Ruim
Posto de Saúde				() Boa () Regular () Ruim
Arborização				() Boa () Regular () Ruim
Limpeza				() Boa () Regular () Ruim
Áreas de lazer				() Boa () Regular () Ruim
Asfalto				() Boa () Regular () Ruim
Coleta de lixo				() Boa () Regular () Ruim
Segurança				() Boa () Regular () Ruim
Creche				() Boa () Regular () Ruim
Escola de Ensino Fundamental				() Boa () Regular () Ruim
Escola de Ensino Médio				() Boa () Regular () Ruim
Posto de Saúde				() Boa () Regular () Ruim
Arborização				() Boa () Regular () Ruim
Limpeza				() Boa () Regular () Ruim
Áreas de lazer				() Boa () Regular () Ruim

3.Você ou algum parente já sofreram com alagamentos em sua comunidade? Se sim, qual ano e período?

4.Você já ouviu ou leu sobre o termo Racismo Ambiental? Se sim, qual seu entendimento a respeito dele?

5.Você sente o apoio dos órgãos competentes em relação à sua comunidade?

6.Quais os principais problemas enfrentados na comunidade?

Esgoto	
Água	
Luz	
Internet	
Telefone	
Asfalto	
Coleta de lixo	
Segurança	
Creche	
Escola de Ensino Fundamental	
Escola de Ensino Médio	
Posto de Saúde	
Arborização	
Limpeza	
Áreas de lazer	
Violência	
Falta de trabalho	
Transporte	
Preços no comércio	
Ausência de serviços	
Cultura e tradições	

7.Quais são os principais problemas ambientais que sua comunidade enfrenta?

8.Como a poluição afeta sua saúde ou a saúde da sua família?

-

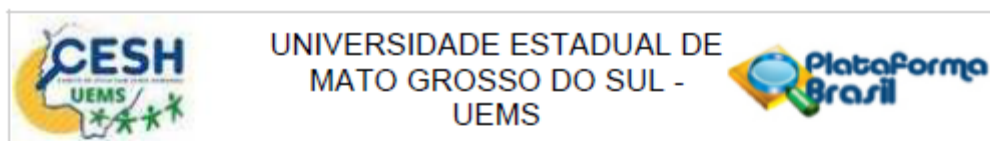
9.Você acha que a infraestrutura (estradas, transporte) da sua comunidade é adequada?

- () Sim
- () Não
- () Não sei

10.Há espaços de lazer e cultura suficientes na sua comunidade?

- () Sim
- () Não
- () Não sei

APÊNDICE - B



Continuação do Parecer: 7.284.222

políticas públicas podem mitigar os efeitos de vulnerabilidade socioespacial enfrentadas pelas comunidades tradicionais, considerando as desigualdades sociais e econômicas existentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios foram apresentados adequadamente, e constam em todos os documentos onde estes itens devem ser abordados, indicando como a pesquisadora agirá em caso de identificação de algum dano aos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto é importante, trata de um tema relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que é a promoção de um ambiente saudável entre eles o objetivo 6 "Água limpa e saneamento" e o 11 "Cidades e comunidades sustentáveis", pois visa identificar o racismo ambiental, porventura existentes em duas comunidades tradicionais que são o quilombo Tia Eva e a aldeia urbana Marçal de Souza.

A metodologia da pesquisa pretende abordar os conceitos de racismo ambiental, globalização, território, territorialidade, desterritorialidade, reterritorialidade. A pesquisa será realizada do ponto de vista qualitativo e quantitativo, a abordagem qualitativa como lembra, Triviños (1987), destaca que alguns estudiosos veem a pesquisa qualitativa como uma "expressão genérica". Isso implica que ela abrange atividades de investigação que podem ser designadas de maneira específica, ao mesmo tempo em que compartilham características comuns. São apresentados os sujeitos de pesquisa, assim como os critérios de exclusão e exclusão que são:

Critério de Inclusão: Os critérios de inclusão para a pesquisa, serão moradores da comunidade quilombola Tia Eva e da Aldeia Marçal de Souza, maiores de 18 anos, que se autodeclaram indígenas ou quilombolas e residem nas respectivas comunidades há mais de um ano. Esse refinamento visa garantir a representatividade e a pertinência dos dados coletados. No projeto, também foram incluídos como sujeitos de pesquisa os secretários das secretarias de Habitação e Assuntos Fundiários (AMAHASF) de Campo Grande, para Fundação de Serviço Social e Habitação/AGEHAB e Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul, para Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cujos RCLE foram elaborados especificamente para cada órgão.

Segundo o projeto ocorrerá a seleção das pessoas a serem entrevistadas a partir do número de imóveis urbanos existente nas comunidades selecionadas faremos a aplicação dos questionários com um grau de confiança de 95%, sendo que na comunidade Tia Eva aplicaremos um percentual de 63,33% (38 lotes) e na Aldeia Marçal de Souza 46,96% (54 lotes). A autora coloca como resultado que Com base nesses cálculos podemos entrevistar as

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloco A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970
UF: MS Município: DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br

Página 02 de 05



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 7.284.222

comunidades de acordo com cada amostra e mantermos um nível de confiança de 95%, com a margem de erro de 10%. O processo de amostragem da seleção será aleatório dos lotes urbanos, mas em outro momento afirma que serão sorteados.

Em relação ao critério de Exclusão consta : Para os critérios de exclusão serão adotados caso haja a impossibilidade de os entrevistados responderem à pesquisa, estipulando-se as seguintes situações: a) moradores que residam há menos de um ano na comunidade; b) moradores que apresentam dificuldade em responder ao questionário devido à idade avançada; c) dos moradores apresentarem alguma incapacidade (neuropsicológica) que impossibilitem a compreensão das perguntas que inviabilize sua participação de forma consciente e voluntária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados e constam no projeto.

Recomendações:

A documentação geral do presente projeto e as recomendações solicitadas anteriormente foram atendidas adequadamente. Como foram adequadas a metodologia, os riscos e benefícios para os respondentes e para a comunidade, tanto no projeto básico, na brochura e no RCLE, assim foi explicitada a atuação da pesquisadora para o caso dos participantes sentirem/perceberem algum dano a sua saúde e individualidade, também houve alteração nos questionários conforme solicitado, e houve adequação no cronograma. Recomendo a aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após o atendimento das pendências anteriores e como o projeto está atendendo as questões éticas previstas na legislação, o mesmo está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior. Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloco A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970
UF: MS Município: DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br

Página 03 de 05



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 7.284.222

* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

** O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2368052.pdf	22/11/2024 21:20:35		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_7234140.pdf	22/11/2024 21:14:39	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_QUARTAVERSAO.pdf	22/11/2024 21:12:40	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Brochura Pesquisa	BROCHURA_DE_PESQUISA_PROJETO_JACKELINE_QUARTAVERSAO_RODRIGUES.pdf	22/11/2024 21:04:57	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_investigador_QUARTAVERSAO.pdf	22/11/2024 21:04:27	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_QUARTA_VERSAO.pdf	22/11/2024 21:03:09	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Declaração de concordância	OFICIOS_ANUENCIAS_ASSINADOS.pdf	20/09/2024 21:51:46	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_ok.pdf	02/07/2024 11:31:18	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	02/07/2024 11:27:01	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloco A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970
UF: MS Município: DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL EM CAMPO GRANDE- MS

Pesquisador: JACKELINE FRANCO RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 81810724.0.0000.8030

Instituição Proponente: Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.284.222

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma adequada, pois o que consta na plataforma nas informações básicas é compatível com o projeto. A documentação obrigatória está adequada, com os documentos que demonstram o conhecimento do projeto pela instituição com respectivas assinaturas, as autorizações dos órgãos envolvidos na pesquisa, além dos documentos de concordância das lideranças do Quilombo Tia Eva e da Aldeia Marçal e Souza na realização da pesquisa. Também foram apresentados os questionários para cada responsável das instituições, lideranças do Quilombo Tia Eva e da Aldeia Marçal e Souza e todas as autorizações.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral é identificar as manifestações de racismo ambiental no município de Campo Grande, com foco, especificamente, nas comunidades tradicionais do Quilombo Tia Eva e da Aldeia Marçal de Souza, propondo medidas e estratégias para enfrentar as vulnerabilidades socioespaciais identificadas. Os objetivos específicos incluem conceituação dos termos-chave, levantamento e mapeamento das comunidades, avaliação de políticas públicas e investigação de casos específicos. 1) identificar, a partir de um levantamento quantitativo e qualitativo, as comunidades tradicionais localizadas em Campo Grande; 2) examinar e cartografar a distribuição das comunidades tradicionais no espaço urbano da cidade; 3) analisar e refletir sobre o conceito de racismo ambiental e sua aplicabilidade a casos concretos; 4) pensar quais

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloco A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br

Continuação do Parecer: 7.234.140

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2368052.pdf	20/09/2024 22:05:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_SEGUNDAVERSAO.pdf	20/09/2024 22:00:36	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_investigador_TERCEIRAVERSAO.pdf	20/09/2024 21:57:39	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Brochura Pesquisa	BROCHURA_DE_PESQUISA_PROJETO_JACKELINE_TERCEIRA_VERSAO_RODRIGUES.pdf	20/09/2024 21:52:12	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Declaração de concordância	OFICIOS_ANUENCIAS_ASSINADOS.pdf	20/09/2024 21:51:46	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_TERCEIRA_VERSAO.pdf	20/09/2024 21:51:23	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_ok.pdf	02/07/2024 11:31:18	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	02/07/2024 11:27:01	JACKELINE FRANCO RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 19 de Novembro de 2024

Assinado por:
ROSELI PEIXOTO GRUBERT
(Coordenador(a))

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloco A, sala 11, piso superior
 Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970
 UF: MS Município: DOURADOS
 Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br